



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP/BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
POLÍTICAS SOCIAIS

**AS MULHERES E AS SENTENÇAS JUDICIAIS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NA SOCIEDADE DO VALOR**

HELENE YURI ANAGUCHI TIBA

Santos
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP/BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
POLÍTICAS SOCIAIS

HELENE YURI ANAGUCHI TIBA

**AS MULHERES E AS SENTENÇAS JUDICIAIS DE ACOLHIMENTO
INSTITUCIONAL NA SOCIEDADE DO VALOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob orientação da Profa. Dra. Sônia Regina Nozabielli.

Santos
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP/BAIXADA SANTISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICAS
SOCIAIS

Defesa da dissertação de mestrado de **Helene Yuri Anaguchi Tiba**, intitulada: “**As mulheres e as sentenças judiciais de acolhimento institucional na sociedade do valor**”, orientado pela Profa. Dra. **Sônia Regina Nozabielli**, apresentado à banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, em 26 fevereiro de 2019.

Os membros da Banca Examinadora consideraram a candidata APROVADA.

Banca Examinadora:

1ª avaliadora: Professora Dra. Renata Gonçalves – UNIFESP/BS

2ª avaliadora: Professora Dra. Eunice Teresinha Fávero – PUC-SP

3º avaliador: Professor Dr. Camilo Onoda Luiz Caldas – Faculdade São Judas Tadeu

4ª avaliadora (suplente): Dra. Angélica Gomes da Silva – Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Dedico às mulheres, pobres e sozinhas, que reiteradamente e injustamente têm seus filhos/suas filhas institucionalizados/as pelo Estado.

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora por criar dentro das estruturas da universidade um espaço de diálogo, respeito e confiança. Seu apoio, nos momentos difíceis, e sua calma, ao apontar caminhos e equívocos, foram essenciais para esta produção. Professora Sônia, a sua dedicação está muito além da função!

À Unifesp, aos professores e colegas e em especial ao Programa de Pós-Graduação de Serviço Social, pela aposta no meu ingresso, como mulher, trabalhadora, mãe, distante há 15 anos da academia. Nesse espaço retomei os estudos e construí laços afetivos de amizade generosas (em especial: Bira, Camila, Jacque, Kajali, Mari e Su) que contribuíram para o resultado desta pesquisa.

Aos professores Alysson Leandro Mascaro (USP) e Angela Araújo (Unicamp), pela oportunidade de cursar as disciplinas externas ao programa e que enormemente complementaram a formação. Meu agradecimento também aos colegas e companheiros e companheiras de turma!

Ao Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti, pelas reflexões importantes sobre gênero e patriarcado.

Aos colegas do TJSP de Cabreúva, pelo apoio e consideração nos momentos difíceis de conciliação trabalho/produção. À amiga Debinha, Patrícia e Ubirajara!

Ao juiz a frente da Vara da Infância e Juventude do TJSP de Jundiaí, pela autorização de acesso às informações da pesquisa, e à equipe técnica do TJSP de Jundiaí, pela disponibilidade, em especial à amiga Elen.

Às crianças e adolescentes da Casa-Lar de Varginha-MG, às mulheres-mães destas crianças/adolescentes, às mães sociais e colegas da Prefeitura Municipal de Varginha e TJMG de Varginha, pela oportunidade e intensa experiência em 2007-2009! Foram as inquietações desta experiência profissional que deram corpo ao projeto de pesquisa.

Às bancas examinadoras pelas valiosas contribuições: Professoras Renata, Eunice e Angélica e Professor Camilo.

Agradeço em especial a minha querida mãe Maria e ao meu querido pai Anaguchi (*in memoriam*), pelo alto investimento afetivo que dispenderam a vida toda a mim. Serei eternamente grata pelo privilégio da vinculação construída e pelo apoio integral recebido.

Ao meu companheiro Flávio, por caminhar ao meu lado acreditando no amor e se dispondo a refletir e construir caminhos mais equilibrados e de respeito no nosso relacionamento.

Ao meu filho Léo, por permitir que eu me renove a cada momento como mulher-mãe e me apresente humildemente pequena diante da grandeza que se exige na arte de educar um filho!

À minha irmã Kikizinha e ao meu cunhado Alexandre, à minha sogra Regina e ao meu sogro Dario, as minhas avós (*in memoriam*) Anézia e Takiko e avôs (*in memoriam*) Geraldo e Rioychi, à minha avó Cida (*in memoriam*), minhas cunhas Monique, Keninha e meus cunhados Deco e Edmur, ao meu amorzinho de sobrinho Miguel e minha recém sobrinha Liz! Aos meus familiares em geral, tios, tias, primas e primos, obrigada pela convivência!

Às minhas amigas e aos meus amigos tão gratos presentes que recebi da vida, obrigada por partilharem comigo a louca caminhada de enfrentar o sistema estando nele, com lágrimas e sorrisos, tocando em frente. Em especial as de longa data: Angélica, Fifi, Má, Rê, Rita, Tanis, Tina, Tati.

Às feministas de todo mundo pela resistência e luta no patriarcado e contra ele!

Há um pouco de todos e todas nesta dissertação, pois foi um processo coletivo de construção e aprendizados!

A mãe

A mãe

Trocou de roupa

A saia virou calça;

Os sapatos, botas;

A pasta, mochila.

Já não canta cantigas de ninar,

Canta canções de protesto.

Vai despenteada e chorando

Um amor que a envolve e assombra.

Já não ama somente seus filhos,

Nem se dá somente a seus filhos.

Leva suspensas nos peitos

Milhares de bocas famintas.

É mãe de meninos maltrapilhos

De molequinhos que rodam pião em calças empoeiradas.

Pariu a si mesma

Sentindo-se – às vezes –

Incapaz de suportar tanto amor sobre os ombros,

Pensando no fruto de sua carne

– distante e sozinho –

Chamando por ela na noite sem resposta,

Enquanto ela responde a outros gritos,

A muitos gritos,

Mas sempre pensando no grito solitário de sua carne

E lhe arranca até os próprios filhos

E seus braços.

(Gioconda Belli – O Olho da Mulher)

“Nolite te bastardes carborundorum”

(Não deixam os idiotas te desanimarem)

(Margaret Atwood – O conto da “Aia/The Handmaid’s Tale”)

RESUMO

A institucionalização pelo Estado de crianças e adolescentes pobres é uma prática comum, desde a expansão da industrialização no Brasil. Entretanto, a tutela da infância e da adolescência pelo Estado oprime, sobremaneira, as mulheres que permanecem respondendo juridicamente pelas ações de cuidado e de proteção de seus/suas filhos/as por ocuparem, historicamente, o espaço privado doméstico. Nessa situação, o Poder Judiciário é acionado, frequentemente, para julgar mulheres denunciadas por negligência, maus-tratos, violência e abandono de crianças e adolescentes, em processos com pedido de aplicação de medida protetiva de acolhimento institucional. Quando o Poder Judiciário decide por essa medida de acolhimento institucional, manifesta o poder estatal de impedir à mulher sentenciada o exercício da guarda. Esse mesmo ato jurídico individualizado que discrimina e responsabiliza uma determinada mulher, reafirma, por seus fundamentos estruturais, o lugar das mulheres na sociabilidade burguesa. Esse impedimento de guarda e a consequente retirada da função social da mulher de cuidar de seus/suas filhos/as são atos jurídicos que possibilitam analisar a intencionalidade e a justificação do modo como opera o poder estatal. Assim, este trabalho visa apreender como a forma valor determina o controle repressivo e ideológico das mulheres, presentes nas sentenças judiciais de acolhimento institucional, utilizando do método do “novo marxismo”, apresentado por Mascaró (2013). A pesquisa bibliográfica e documental demonstraram que a forma de subjetividade jurídica e a forma política estatal operam para que socialmente as mulheres, marcadas por profundas adversidades e sofrimentos constituídos pelo patriarcado, pelo racismo e pelas classes desprotegidas a que pertencem, sejam consideradas culpadas pelo não cuidado à infância, consequência do “menor valor” atribuído a elas nas relações sociais. As sentenças judiciais produzidas nesses processos responsabilizam, em grande medida, mulheres, pobres e sozinhas, com argumentos jurídicos atravessados por formas sociais derivadas da forma valor-mercadoria.

Palavras-chave: Mulheres; Estado; Cuidado; Sentenças Judiciais; Acolhimento institucional.

ABSTRACT

State institutionalization of poor children and adolescents is a common practice since the expansion of industrialization in Brazil. However, the protection of childhood and adolescence by the State overwhelms, especially, women who remain legally responding to the care and protection of their children by historically occupying the private domestic space. In this situation, the Judiciary is often called upon to prosecute women accused of negligence, mistreatment, violence and abandonment of children and adolescents, in cases requesting the application of a protective institutional measure. When the Judiciary decides for this institutional reception measure, it manifests the state power to prevent the sentenced woman from exercising custody. This same individualized legal act that discriminates and blames a particular woman reaffirms, by its structural foundations, the place of women in bourgeois sociability. This impediment of custody and the consequent withdrawal of the woman's social function of caring for her / his children are legal acts that make it possible to analyze the intentionality and justification of the way in which state power operates. Thus, this work aims to understand how the value form determines the repressive and ideological control of women, present in judicial sentences of institutional reception, using the method of "new Marxism" presented by Mascaro (2013). Bibliographical and documentary research has shown that the form of legal subjectivity and the state political form operate so that women, marked by deep adversities and sufferings constituted by patriarchy, racism and the unprotected classes to which they belong, are found guilty of non-care to infancy, a consequence of the "lower value" attributed to them in social relations. The judicial sentences produced in these processes largely blame women, poor and alone, with legal arguments crossed by social forms derived from the value-commodity form

Keywords: Women; State; Care; Judicial decisions; Institutional home.

LISTA TABELAS

Tabela 1:	Registro de genitores por criança/adolescente em acolhimento institucional.....	100
Tabela 2:	Crianças e adolescentes com registro paterno <i>versus</i> vinculação	101
Tabela 3:	Relação de trabalho das mulheres-mães	102
Tabela 4:	Renda das mulheres-mães	103
Tabela 5:	Motivo do acolhimento institucional.....	105

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1: O MÉTODO E UM BREVE ESTUDO SOBRE O ESTADO E FORMAS DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO	19
1.1. Estado e o sujeito de direitos na sociedade do valor	22
1.2. Estrutura de sociedade, poder de estado e aparelhos de estado para Louis Althusser	29
1.3. Concepção de Estado, forma política e sociedade a partir da análise de Alysso Mascaro.....	32
1.3.1. Estado e política	33
1.3.2. Estado e sociedade	41
CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DO CONTROLE ESTATAL DAS MULHERES ...	49
2.1. Mulheres negras e brancas: vivências e resistências no capitalismo e no patriarcado	50
2.2. Divisão sexual do trabalho e o cuidado	63
CAPÍTULO 3: AS MULHERES E O PODER JUDICIÁRIO NA SOCIEDADE DO VALOR.....	78
3.1. Políticas sociais para infância e a prática da institucionalização.....	79
3.2. Poder Judiciário e o processo de acolhimento institucional pós Estatuto da Criança e do Adolescente.....	88
3.3. As mulheres e os processos de acolhimento institucional	92
3.4. As mulheres na pesquisa documental na Comarca de Jundiaí-SP: análise dos processos de acolhimento institucional	97
3.4.1. Apresentação dos dados dos processos pesquisados	100
3.5. As mulheres na pesquisa documental na Comarca de Jundiaí-SP: análise das sentenças de acolhimento institucional	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS	122
REFERÊNCIAS.....	127

INTRODUÇÃO

A ideia central a ser apresentada propõe entender algumas determinações sociais que provocam sistematicamente a intervenção estatal no acolhimento institucional de crianças e adolescentes pobres, na responsabilização quase integral das mulheres pelo cuidado no âmbito doméstico, na sociedade do valor.

A escolha do objeto a ser investigado não se deu por um acaso, mas foi fruto de questionamentos durante a prática profissional, ao perceber o quanto o Estado controla as mulheres nos processos de acolhimento institucional. Se por um lado a temática da infância gera clamor social por provocar sensibilidade à causa, por outro lado é quase unânime a identificação da irresponsabilidade materna ao cuidado, quando há violação de direitos à infância¹.

A experiência profissional desde 2004 na atuação como assistente social do Projeto Casa Lar em Varginha-MG e como perita judiciária no TJSP possibilitou o conhecimento de várias histórias de vida de mulheres que foram afastadas do convívio de seus filhos/suas filhas por intervenção judicial nos processos de acolhimento institucional. Diversos eram os motivos que levavam crianças e adolescentes ao acolhimento, todavia, a sentença tendia a ser a mesma: incapacidade para o cuidado.

No entanto, comumente as mulheres acusadas apresentavam histórias de vida na qual também não foram cuidadas. Nessas histórias, percebia-se pontos de equivalência: tratavam-se de mulheres pobres, geralmente abandonadas por seus companheiros e pais de seus filhos, vítimas de violência, sem apoio comunitário e muitas vezes envoltas ao uso de álcool e entorpecentes.

Sabe-se que há uma infinidade de histórias contendo situações difíceis de abusos intermitentes e violações graves contra a infância, todavia, as poucas políticas sociais, quase sempre indicam o acolhimento institucional como via única de proteção.

Assim, o acolhimento institucional, como prática secular, configura-se como medida de proteção às crianças e adolescentes e uma forma de “punição social” às

¹ A temática da maternidade atravessa perspectivas complexas e envolve o conhecimento de individualidades que não são tratados nesta pesquisa.

mulheres, pois a função do cuidado no capitalismo é executada pelo núcleo familiar e quase que integralmente pelas mulheres.

Diariamente, no ambiente profissional de assistentes sociais judiciários/judiciárias, há uma demanda crescente de processos de acolhimento institucional, denunciando a violação dos direitos de crianças e adolescentes. O trabalho dos/das técnicos/técnicas segue os preceitos da legislação e exige cotidianamente posicionamentos que têm como prioridade absoluta a proteção dos direitos de crianças e adolescentes, no geral, em detrimento de quem desempenha os cuidados deles/as.

Quando as instituições repressoras do Estado indicam que a família não soma condições suficientes para cuidar dos filhos/das filhas, considerando-a negligente e suscetível à reprodução de violências, em última análise, o Estado responsabiliza quase unicamente as mulheres negras e pobres, retirando-as do papel de cuidadoras, já que esse é o perfil comumente encontrado de quem compõe a parte passiva desses processos. Esse dado foi importante para buscar entender historicamente e politicamente qual fundamento sustenta o desligamento mãe/filho, por determinação do Estado.

A motivação para entender como os processos de acolhimento institucional reforçam o lugar das mulheres na sociedade levou a análise do funcionamento do poder de Estado e suas instituições para melhor vislumbrar o movimento político existente e quais mecanismos e relações que regem a reprodução das relações sociais, tendo como objetivo principal apreender como a forma valor determina o controle repressivo e ideológico das mulheres, presentes nos processos judiciais de acolhimento institucional.

Assim algumas perguntas permearam as reflexões diante ao objeto posto: Qual o valor atribuído às mulheres nessa sociedade e especificamente nas sentenças judiciais nos processos de acolhimento institucional de crianças/adolescentes? Como o poder de Estado e seus aparelhos institucionais de controle operam na produção de sentenças de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, que reforçam o papel histórico de dominação e exploração da mulher nessa sociabilidade? Como o Estado, em sua forma política, promove, historicamente, o controle das mulheres e reafirma, na reprodução da produção, as desigualdades de classe, sexo e raça/etnia?

Diante da complexidade dos conceitos adotados para responder as perguntas acima, a escolha metodológica para realização da pesquisa foi a hermenêutica-dialética que, conforme Minayo (1994, p. 23), é o método "mais capaz de dar conta de uma interpretação aproximada da realidade. Ele coloca a fala em seu contexto para entendê-la a partir do seu interior e no campo da especificidade histórica e totalizante em que é produzida".

O método da hermenêutica dialética contribuiu para análise dos dados coletados, o mais próximo da realidade, em um movimento permanente de ida e volta da aparência à essência, do concreto ao abstrato. "A relação dialética entre a essência e aparência está vinculada ao processo de transformação do mundo. À medida que o homem, na práxis, representa a realidade, ele faz, adaptando o que abstrai em relação ao que se lhe torna necessário modificar" (FALEIROS, 2011a, p.80).

O primeiro movimento da pesquisa foi a busca de referências bibliográficas que fundamentem o estudo do objeto de pesquisa. O estudo bibliográfico permitiu ao longo da construção da dissertação o embasamento teórico para investigação.

Após a definição dos caminhos metodológicos da pesquisa, à luz de autores que embasariam as reflexões, seguiu-se com a pesquisa documental, no levantamento de processos judiciais de acolhimento institucional na Comarca de Jundiaí-SP, que estavam em andamento, e que obrigatoriamente tivesse vinculação entre as mulheres-mães e seus filhos/suas filhas, excluindo-se os processos com destituição do poder familiar concluída ou prestes a concluir, além de outros fundamentados na pesquisa.²

Os dados foram coletados, categorizados, ordenado e sistematizados, porém, não na intenção de compactar ou fragmentá-los, mas a fim de elucidar o que, no momento da coleta, foi possível identificar como movimento de retorno ao objeto da pesquisa, após as mediações realizadas na análise da totalidade.

Essencialmente a pesquisa documental procurou investigar se nos processos judiciais pesquisados de acolhimento institucional havia o perfil de mulheres, pobres, negras e sozinhas, informado por Fávero (2007, 2008 e 2011) nos processos de

² Esse recorte foi essencial para investigar as realidades de vida das mulheres com possibilidades de reverter a guarda dos filhos/filhas e também diante da intenção, ainda no projeto, de realizar entrevistas com as mulheres-mães, que foi modificada durante a execução do cronograma da pesquisa. Conforme Faleiros aponta: "O processo de conhecimento modifica-se na relação com a realidade, na construção de categorias de análise, traduzindo no plano de análise a própria complexidade da realidade que determina as modificações no conhecimento" (2011a, p. 79).

destituição do poder familiar. Sendo demonstrado em forma elucidativa de tabelas, as condições de trabalho e renda, a participação dos genitores nos processos judiciais e a motivação do processo.

Durante a pesquisa, observou-se que seria importante focar na interpretação das sentenças de acolhimento institucional como forma de manifestação do poder político estatal. Para tanto, a partir da análise documental, analisou-se as primeiras cinco sentenças judiciais dos processos investigados, apresentando vida dessas mulheres, conforme estão dispostas nos processos e interpretadas nas sentenças. Essas análises partiram do método de estudo das formas sociais.

O método de análise a partir das formas sociais, apresentado logo no primeiro capítulo, estabeleceu um esforço para reflexão das múltiplas mediações necessárias, partindo da abstração do valor que tem por núcleo a mercadoria. Nas premissas de Marx, o valor é uma abstração real e o capital tem estratégias de valorização do valor por meio da lógica da acumulação. O Estado é o poder do capital, sendo a mercadoria o fundamento da sociabilidade capitalista.

A apreensão desses conceitos exigiu que, em vários momentos, se retomasse as premissas do método ao longo da pesquisa, como estratégia da construção do texto sem que se perdesse a conexão e reflexão do objeto. Em razão dessa preocupação, de início, destacou-se o estudo do método, destinando-se um capítulo para o estudo do Estado, buscando a aproximação com o objeto. Os capítulos seguintes pretenderam refletir sobre as perguntas iniciais da pesquisa e pontuar algumas reflexões, como demonstrado abaixo:

O Capítulo 1 – O método e um breve estudo sobre o Estado e formas de reprodução das relações de produção – expressa a introdução de conceitos para apreender o método e as formas sociais, tendo o Estado, na forma política, ações repressoras e ideológicas que operam para reprodução do valor. A pesquisa galgou seguir o recorte epistemológico – que será explicado adiante – buscando se fundamentar em dois autores para entender a dinâmica do Poder de Estado: Louis Althusser e Alysso Mascaro³. As produções desses autores contribuíram para

³ Com uma descrição precisa dos recortes epistemológicos das obras de Marx, na Introdução do seu livro Estado e Forma Política (2013), Mascaro delimita as inspirações por tempo cronológico a produção das obras: “A compreensão marxista sobre o Estado e a política pode se delinear espalhada por alguns períodos. Confirmando-se nesse sentido a divisão inferida por Ingo Elbe, revelam-se três grandes fases teóricas do marxismo sobre o campo da política: a primeira, o marxismo tradicional, que vai do século XIX até os tempos da Revolução Soviética; a segunda largamente identificada com o chamado marxismo ocidental, que passa pelos meados do século XX; e, finalmente, a terceira, de

apreender, a partir de uma perspectiva crítica, o quanto o Estado e seus aparelhos repressores e ideológicos sustentam a base produtiva e reprodutiva da forma valor.

O Capítulo 2 – A construção do controle estatal das mulheres – partiu do entendimento de que o Estado⁴ impera suas leis de forma a desprivilegiar historicamente as mulheres, já que a sociedade capitalista se fundou numa clara divisão de sexos para sua produção/reprodução, adotando o patriarcado e determinando que o valor se materializa no homem.⁵ Com o desenvolvimento secular desse sistema de produção, por meio de lutas e resistência, a mulher vem ocupando o espaço público, todavia, cumula suas atividades carregando quase que integralmente a responsabilidade de manutenção do privado, recaindo a ela as funções domésticas, da maternidade e de cuidado. Para tanto o capítulo traz reflexões sobre as vivências e resistências das mulheres negras e brancas no capitalismo e como foi se constituindo a divisão sexual do trabalho e o cuidado nessa sociabilidade, destacando como historicamente se construiu o controle estatal das mulheres.

O capítulo 3 – As mulheres e o Poder Judiciário na sociedade do valor – preliminarmente apresenta a história das políticas sociais para infância e a prática da institucionalização, focando nas intenções do Estado brasileiro, desde as primeiras movimentações de legislações e serviços, com traços higienistas e eugênicos

uma nova leitura do marxismo, que procura extrair do fundamentos da sociabilidade capitalista a própria natureza estrutural do Estado e da política. Essas diferentes fases dos pensamentos marxistas sobre o campo político também compreendem distintas apreensões a respeito da própria obra de Marx. Assim, o marxismo tradicional se vale daquelas referências mais diretamente políticas escritas por Marx ou, ainda, da obra política de Engels, como o *Anti-Duhring* e *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*. O chamado marxismo ocidental, desde Lukács, aponta a uma preferência pelos textos do jovem Marx. Por sua vez, a nova leitura marxista se baseará então no Marx da maturidade, apropriando-se d' *O Capital* como arcabouço para a construção de uma teoria política crítica do capitalismo" (p.11 e 12).

⁴ "Ao contrário de outras formas de domínio político, o Estado é um fenômeno especificamente capitalista. Sobre as razões dessa especificidade, que separa política de economia, não se pode buscar suas respostas, a princípio, na política, mas sim no capitalismo. Nas relações de produção capitalistas se dá uma organização social que em termos históricos é muito insigne, separando os produtores diretos dos meios de produção, estabelecendo uma rede necessária de trabalho assalariado. A troca de mercadorias é a chave para desvendar essa especificidade. No capitalismo, a apreensão do produto da força de trabalho e dos bens não é mais feita a partir de uma posse bruta ou da violência física. Há uma intermediação universal das mercadorias, garantida não por cada burguês, mas por uma instância apartada de todos eles. O Estado, assim, se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada. As instituições jurídicas que se consolidam por meio do aparato estatal – o sujeito de direito e a garantia do contrato e da autonomia da vontade, por exemplo – possibilitam a existência de mecanismos apartados dos próprios exploradores e explorados (MASCARO, 2013, p. 18).

⁵ Conforme tese apresentada por Roswitha Scholz, da crítica da teoria do valor, defendendo de que a dissociação do valor garante acumulação do capital por meio de que o Valor é o Homem.

(conceitos apresentados no capítulo) até o Estatuto da Criança e do Adolescente. E na proximidade maior ao objeto, apresenta a pesquisa documental com reflexões de como o Estado, por meio do Poder Judiciário, cumpre um papel repressor e ideológico de responsabilização integral da mulher-mãe, que comumente apresenta características de classe e raça/etnia, sendo: mulheres pobres, negras e solitárias, conforme as pesquisas realizadas por Fávero (2007, 2014 e 2014a). Além de demonstrar se as sentenças judiciais de acolhimento institucional pesquisadas reúnem os preceitos trabalhados nos primeiros capítulos e que representam o papel repressor e ideológico do Estado no controle das mulheres por meio da aplicação de medida de acolhimento institucional.

Assim, fica o convite para leitura da pesquisa: *As mulheres e as sentenças judiciais de acolhimento institucional na sociedade do valor*, desde já ressaltando os limites teórico-metodológicos para produzir todas as reflexões sobre o objeto, no tempo da pesquisa, contudo, buscou-se incitar a permanente procura por entender as estratégias burguesas de dominação e reprodução do valor.

CAPÍTULO 1: O MÉTODO E UM BREVE ESTUDO SOBRE O ESTADO E FORMAS DE REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

As mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias. (MARX, 2017, p. 125)

O objetivo deste capítulo consiste em demonstrar o método utilizado para apreender o modo como o poder de Estado e seus aparelhos institucionais de controle operam na produção de sentenças de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, reforçando o papel histórico de dominação e exploração da mulher nessa sociabilidade.

Aparentemente, a intervenção estatal na vida de uma mulher que responde pela família, pode indicar a proteção do Estado às crianças e adolescentes motivadas pelo anseio de resolutividade às necessidades próprias desse grupo etário, em detrimento da atenção à família de origem (FÁVERO, 2014). No entanto, essa aparente proteção de crianças e adolescentes, exercida pelo Estado, por meio do Poder Judiciário, reforça, em sua forma política, a determinação da ocupação da mulher no espaço privado doméstico. Uma das formas de manifestação desse poder é por meio de sentenças judiciais que revelam o poder repressor e ideológico do Estado, ao institucionalizar crianças/adolescentes, insistindo em responsabilizar a família exclusivamente pelo cuidado e, em maior medida, as mulheres.

Para desenvolver essa reflexão sobre o valor atribuído às mulheres nas sentenças de acolhimento institucional, em princípio, foi preciso entender o método de análise que considera a circulação mercantil como determinante do poder político e jurídico por meio das formas sociais.

Nessa direção, para pensar o Estado e o Direito no capitalismo, parte-se, por opção teórica-metodológica,⁶ do uso dos conceitos das formas sociais apresentados na teoria crítica marxista, que examina a constituição do Estado e do Direito

⁶ Diante da diversidade de interpretações do método em Marx, optou-se pela análise deste objeto de pesquisa a partir do conhecimento científico da corrente filosófica mais próxima da escola althusseriana e apresentada pelo professor Alysson Leandro Mascaro como “novo marxismo”.

atravessada pela forma valor-mercadoria.⁷ Assim, para desenvolver a análise nessa perspectiva, é fundamental apreender alguns conceitos sobre o Estado e aparelhos repressivos e ideológicos em Louis Althusser e algumas reflexões filosóficas no Brasil sobre Estado e forma política defendidas pelo professor Alysson Leandro Mascaro.

Destaca-se que a escolha pela apresentação inicial das ideias de Althusser se deve à contribuição teórica desse autor para os estudos marxistas de Mascaro, (2013 e 2016) sobre análise da totalidade social a partir de determinantes econômicos e estruturais da produção e reprodução do capitalismo. Esta pesquisa delimitou os estudos em Althusser de parte da obra *Sobre a reprodução*, traduzida e divulgada mundialmente em livro independente intitulado: *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*.

Não se tem a pretensão de esmiuçar a densa obra do autor, mas apenas realçar certos pontos considerados essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Porém, incita-se como um convite para que outras pesquisas do Serviço Social possam explorar mais as contribuições deixadas por Althusser⁸, que já teve influência política e teórico-metodológica na profissão em toda América Latina, no período da ditadura militar no Brasil. Nesse período, o Serviço Social buscava romper com as suas práticas conservadoras, na aproximação com o marxismo. Porém o movimento de intenção de ruptura veio adiante a interpretar Althusser como um autor marxista com perspectiva estruturalista e de tendência positivista.⁹

⁷ O conhecimento e a escolha desse método deram-se pela participação em cursos proferidos pelo professor Alysson Mascaro e principalmente por ter cursado a disciplina “Marxismo e Direito” no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP. Exposição oral em aula da disciplina “Marxismo e Direito”, no Programa de Pós-Graduação em Direito da USP, segundo semestre de 2017.

⁸ A revista *Lutas Sociais* (n. 33, v. 18, 2014) dedicou exclusivamente ao apresentar textos com a temática: “Louis Althusser, 50 anos depois”, que traz na sua apresentação o objetivo de fazer “um balanço crítico sobre o pensamento deste filósofo marxista” (MARTUSCELLI; PINHEIRO; ALMEIDA, 2014, p. 8).

⁹ Para Barroco: “Althusser não nega explicitamente uma ética; o que ele recusa é o caráter ontológico do pensamento marxiano e da ética, donde sua reatualização da ética marxista-positivista: uma aplicação prática de leis científicas, isentas de juízos de valor porque se orienta por juízos de fato comprovados pelo método correto de apreensão, ou seja, pela lógica de sua articulação racional. O proletariado, nesses termos, é capaz de apropriar-se da ‘verdade’ e dos ‘valores autênticos’, pois sua veracidade é dada por uma ciência, por uma filosofia do conhecimento e por uma prática nelas fundada. Essa filosofia não se refere ao conjunto da obra marxiana, mas ao Capital; sua tese, que afirma ser esta verdadeira obra científica de Marx, se apoia no ‘corte epistemológico’ que, fragmentando o pensamento de Marx, nega suas obras juvenis. Com isso, ele nega a influência hegeliana, a teoria da alienação, a presença de valores e, consequentemente, a possibilidade de sistematização de uma ética fundada em Marx” (2008, p. 155).

Althusser assim foi interpretado pela análise anti-humanista e fatalista à profissão, sendo superado. Ascendeu outro referencial hegemônico profissional, de caráter humanista e ontológico, na aplicação do método em Marx – reafirmado por Lukács – na análise da totalidade social por meio da mediação¹⁰ (singularidade-particularidade-totalidade).

Todavia, em que pese as críticas construídas por grandes intelectuais da profissão como Iamamoto (2000), Netto (2015) e Barroco (2008), em outra via marxista, talvez mais cética, Althusser abre caminhos para interpretações mais amplas e apresenta uma leitura de realidade, principalmente quanto ao papel do direito – como fenômeno histórico e burguês – numa perspectiva de reprodução ideológica das formas de reprodução do valor, desenvolvendo conceitos como da ideologia atrelada ao inconsciente, esclarecendo a dificuldade de qualquer transformação por via dos direitos e pela tomada de consciência. Daí a aproximação com as reflexões althusserianas, apresentadas pelo “novo-marxismo”. “Sua filosofia [de Althusser] transcende a subjetividade como sendo o ponto de explicação da sociabilidade, rompendo ainda com uma teleologia do progresso dos modos de produção ou do destino inexorável do socialismo” (MASCARO, 2016, p. 559).

Tendo o estudo das mulheres e das sentenças judiciais na sociedade do valor, encontrou-se, no método do “novo-marxismo”, um caminho crítico para refletir sobre os determinantes que vinculam o valor a partir das formas sociais e as estruturas ideológicas que formam os sujeitos (antes mesmo de se constituírem como tal), partindo de alguns preceitos althusserianos.

Mascaro apresenta as reflexões de Althusser como inovadoras no campo do marxismo:

O pensamento do filósofo francês Louis Althusser (1918-1990) representou a maior inovação do marxismo da parte final do século XX. Althusser apresenta uma leitura marxista bastante distinta da tradição já estabelecida, na medida em que propõe um afastamento radical das ideias de Marx em

¹⁰ Netto traz a importante contribuição de Iamamoto sobre tradição marxiana para profissão afirmando que: “(...) é importante realçar um elemento axial, que a singulariza dentre as elaborações construídas no marco do Serviço Social: *a justa compreensão que Iamamoto tem da postura teórico-metodológica marxiana*. Provavelmente auxiliada pelo fato de enfrentar as fontes ‘clássicas’, só adjetivamente recorrendo a intérpretes, ela consegue superar os vieses mais generalizados na tradição marxista e comprometer-se com a perspectiva ontológica original de Marx. É esta correta postura teórico-metodológica que garante a Iamamoto uma angulação do processo social que está sempre inscrita no *ponto de vista da totalidade* (que, desde 1923, Lukács insistia ser o próprio e o pertinente do método de Marx) e lhe assegura a base para procedimentos sempre felizes na caça às mediações” (2015, p. 371; grifo do autor).

relação à filosofia hegeliana. Além disso, enseja horizontes de análise ampliados quanto à sociabilidade capitalista. (2016, p. 553-554)

Para entender os preceitos althusserianos do poder de Estado e os aparelhos ideológicos é preciso buscar os caminhos reflexivos de Mascaró (2013) sobre sociedade do valor e a constituição do sujeito de direitos nessa sociedade, partindo da produção para entender a reprodução do valor.

Para tanto, a escolha desse método busca entender os conceitos de poder de Estado, aparelho de Estado (repressivo e ideológico) e o Estado como forma política e sua penetração à forma jurídica, ambos em derivação da forma valor-mercadoria, para interpretar o valor atribuído à mulher nessa sociabilidade capitalista e como se reflete nas sentenças de acolhimento institucional.

1.1. Estado e o sujeito de direitos na sociedade do valor

No campo das aparências, a livre circulação de mercadorias passa a mensagem de que há liberdade e igualdade material entre os sujeitos de direitos. Porém, Karl Marx demonstra em seu método que há mais a ser revelado, já que a relação entre sujeitos de direitos (proprietários dos meios de produção e trabalhadores/as) é desigual e há exploração, pois há trabalho não pago (mais-valor) sendo apropriado pelos proprietários dos meios de produção.¹¹ Para desmistificar esse campo das aparências, é preciso partir do concreto na investigação que se inicia pela mercadoria,¹² entendendo que as formações sociais se estruturam a partir da forma valor.

Diante da diversidade de mercadorias (produto do trabalho humano) em circulação, esta sociedade do capital estabeleceu **o valor** como um elemento fundante para dar igualdade ao que é diferente. O valor está materializado no dinheiro como forma comum de transação de todas mercadorias. Porém, seu conceito é mais amplo. De acordo com Mascaró, o valor é uma abstração real, uma

¹¹ Descreve K. Marx, ao explicar o mais-valor na fórmula D-M-D, “O valor originalmente adiantado não se limita, assim, a conservar-se na circulação, mas nela modifica sua grandeza de valor, acrescenta a essa grandeza um mais-valor ou se valoriza. E esse movimento o transforma em capital” (2017, p. 227).

¹² Ao iniciar sua obra *O Capital*, Marx introduz no primeiro capítulo que: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece [erscheint] como uma “enorme coleção de mercadorias”, e a mercadoria individual, por sua vez, aparece como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria” (MARX, 2017, p. 113).

operação da realidade que nasce a partir da formação das estruturas do capital (2013, p. 22).

Como a força de trabalho é vendida em troca de salário, ela deixa de ser algo do sujeito que vende sua força de trabalho, para tornar-se do seu comprador,¹³ portanto, a relação jurídica de trabalho contribui para gerar valor à mercadoria produzida. Quanto menor valor pago à força de trabalho, maior o mais-valor extraído pela produção da mercadoria. Nesse processo de produção, há o uso frequente de uma força de trabalho excedente, mais espoliada, à disposição do capital para garantia da própria sobrevivência. Para Iamamoto e Carvalho, esse contingente de trabalhadores/trabalhadoras excedentes é um produto da acumulação e uma das condições para que esta se efetive (2013, p. 66).

Além dos excedentes, existe outro grupo que há muito tempo deixou de compor a massa de trabalhadores/trabalhadoras excedentes e se submete a trabalhos informais, degradantes e desregulamentados, recebendo muito aquém ao necessário para sobrevivência. Destacam Iamamoto e Carvalho que: “Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência” (2013, p.45). Nessa perspectiva, as classes não proprietárias dos meios de produção ficam na total dependência para sobrevivência das classes privilegiadas. O capital se reproduz pela lógica da acumulação na exploração das classes não proprietárias dos meios de produção.

Mascaro (2013) afirma que são as estruturas do mundo que formam os indivíduos detentores ou não das mercadorias e quem não tem os meios de produção, não tem escolha de não vender sua força de trabalho para sobreviver:

No capitalismo, estabelece-se a separação dos produtores diretos em face dos meios de produção. A produção passa a ser empreendida no regaço de uma esfera privada. Mas se os produtores das mercadorias parecem a

¹³ Iamamoto e Carvalho, ao fazerem uma análise marxista sobre salário como mercadoria, descrevem: “A força de trabalho é uma potência que só se exterioriza em contato com os meios de produção; só sendo consumida, ela cria valor. O consumo da força de trabalho pertence ao capitalista, do mesmo modo que lhe pertencem os meios de produção (2013, p. 46). A autora e o autor advertem para diferença entre preço do trabalho e preço da força de trabalho: “O salário, embora à primeira vista apareça como o preço do trabalho é o preço da força de trabalho. Se o trabalho fosse vendido no mercado como mercadoria, teria que existir antes de ser vendido. No entanto, se o trabalhador pudesse dar uma existência independente a seu trabalho, venderia o produto do mesmo, e não o trabalho” (2013, p. 55).

princípio agentes privados e suficientes, cuja produção independe de terceiros, a mercadoria, no entanto, assim só se constitui porque é trocada. De tal modo, também o trabalho que está na base da produção das mercadorias é conectado a um circuito de trocas. Tais intercâmbios de mercadorias estabelecem uma igualdade entre coisas distintas. Trata-se da equivalência. Se os trabalhos que produzem as mercadorias distintas terminam por se equivaler na troca, eles se apresentam, então, como trabalho abstrato, que se generaliza e impessoaliza por conta da sua condição de mercadoria trocada por dinheiro. Assim, nesse circuito generalizado, não se especula sobre a qualidade intrínseca de cada trabalhador, de cada trabalho ou de cada coisa produzida ou trocada. Em vez de valerem por si, valem na troca. Trabalho e mercadoria se constituem sob o dístico de uma forma-valor. (2013, p. 23)

Essa dominação/exploração de classes perpassa pelo domínio político e ideológico por aqueles que detêm a propriedade dos meios de produção, por meio do poder de Estado e dos aparatos ideológicos. Mascaro, nas suas exposições orais, descreve que as determinadas formas de portar, agir, vestir, sentir, pensar e reproduzir foram construídas para atuarem para além da consciência, compondo as estruturas de uma “forma psiquê”, do inconsciente, que determinam a introspecção de regras e normas sociais de conduta, comportamento, preconceitos e discriminação, ao ponto de criar coletivamente a ideia do que vem a ser bom e ruim, belo e feio. Essas apropriações se dão por meio da ideologia e se reproduzem no cotidiano, na convivência em família, nas propagandas na mídia e na escola.¹⁴

Tal introspecção desse determinado modo de agir é o que garante a reprodução dessa sociabilidade, já que o capitalismo vive em cada indivíduo. “As diversas organizações sociais (...) são dissolvidas, e, nos Estados modernos, famílias, clãs, tribos e grupos passam a ser politicamente considerados a partir de uma célula indivisível e universal – o sujeito de direitos” (MASCARO, 2013, p. 77).

Silvio Almeida destaca que há três elementos essenciais de constituição do capitalismo: a liberdade individual, a igualdade formal e a propriedade, sendo que “a existência da sociedade capitalista depende que os indivíduos que nela vivem relacionem-se entre si” (2018, p.71), ou seja, que os sujeitos de direitos se relacionem na forma contratual. A forma como é gerida a execução dos contratos se dá por meio do Estado burguês e seus aparatos repressivos e ideológicos.

Mas alerta Silvio Almeida que não há linearidade histórica de que o Estado apenas atue sob a perspectiva do interesse das classes dominantes, apesar da afirmação da premissa de que o Estado é capitalista. Esse autor defende que “o

¹⁴ Exposição oral em aula da disciplina “Marxismo e Direito”, no Programa de Pós-Graduação em Direito da USP, em 1º de novembro de 2017.

Estado tem uma autonomia relativa em relação à economia, algo importante, inclusive, para a preservação do próprio capitalismo. Todavia, a relação é constantemente colocada em questão pelas lutas políticas e sociais” (2018, p. 73).

Esses preceitos vão ao encontro de Mascaró, quando este descreve as contradições de reprodução do Estado ampliado.¹⁵ Como o Estado ampliado é composto por instituições sociais que atravessam diversas formas sociais, “Daí a aparência de que as instituições do Estado ampliado possibilitariam um acesso mais facilitado à contra-hegemonia (...) são instituições relativamente autônomas, mas é preciso ponderar que todas elas operam sob uma mesma estrutura de reprodução das formas do capitalismo” (2013, p. 72).

Dessa forma, a aparelhagem estatal muitas vezes enrijece, outras se afrouxa nesse processo de controle social, todavia, há um limite próprio estabelecido pelo atravessamento das formas sociais. Ora observa-se uma cessão de direitos progressistas, ora o recrudescimento dos direitos, porém os pilares de sustentação do capital são inabaláveis, como a propriedade privada. Se por um lado, as mazelas do capitalismo despertam para identidade de classe e de luta, por outro, o Estado ampliado oferece migalhas para desestabilizar a luta e proteger o que mais lhe importa que é o motor da produção.

Toma-se como virtude estrutural do Estado ampliado o fato de que não funda o aparato político apenas nos pilares tradicionais de burocracia e repressão – dado que a concentração permitiria ataques frontais a núcleos vitais de reprodução da forma política e da própria sociabilidade geral. Mas, justamente porque espraiado, o Estado ampliado é a causa da permanência de relações diversas, contraditórias, conflituosas e em crise, cuja dinâmica de reiterado rearranjo e refazimento somente alimenta a constância da forma pela qual se instituem e a qual se prestam: a forma-mercadoria. A seu modo, a multiplicidade, concorrência e convergência das instituições políticas e sociais é a multiplicidade, concorrência e convergência da sociabilidade capitalista, num jogo de formação recíproca. As aparentes fragilidades e contradições da política ampliada são, na verdade, a força de estabilização de um sistema de amarras múltiplas. (MASCARÓ, 2013, p. 72-73)

Para além do conflito de classes, mas associado a ele, há outros elementos que são estruturantes dessa sociabilidade, como destaca Almeida:

¹⁵ “O Estado se encontra aglutinado, estrutural, formal e funcionalmente, a muitas instituições sociais que lhe são íntimas. A alta conexão entre o Estado e tais instituições sociais permite compreender a política contemporânea, no tecido social capitalista, como um Estado Ampliado” (MASCARÓ, 2013, p. 68).

O conflito social de classe não é o único conflito existente na sociedade capitalista. Há outros conflitos que ainda que se articulem com as relações de classe, não se originam delas e, tampouco desapareceriam com ela: são conflitos raciais, sexuais, religiosos, culturais e regionais que podem remontar a períodos anteriores ao capitalismo, mas que nele tomam uma forma especificamente capitalista. Portanto, entender a dinâmica dos conflitos raciais e sexuais é absolutamente essencial à compreensão do capitalismo, visto que a dominação de classe se realiza nas mais variadas formas de opressão racial e sexual. A relação entre Estado e sociedade não se resume à troca e produção de mercadorias, as relações de opressão e de exploração sexuais e raciais são importantes na definição do modo de intervenção do Estado na Organização dos aspectos gerais da sociedade. Há, portanto, um nexos estrutural entre as relações de classe e a constituição social de grupos raciais e sexuais que não pode ser ignorado. (2018, p. 75)

As estruturas sociais repercutem diretamente na forma em que o Estado intervém na sociedade, à medida em que desenvolve formas de opressão e repressão que expressam as desigualdades de classe, raça e sexo. Esta forma, a força de trabalho da mulher e negra é de menor expressão de valor nessa sociedade, por determinações históricas a serem apresentadas em capítulos seguintes. Essa sociedade do valor, tem no homem seu protagonista, dominando e explorando reiteradamente as mulheres. E ao fazer o recorte histórico étnico-racial ainda se observa que o racismo é estrutural nessa sociedade da mercadoria (ALMEIDA, 2018), sendo a trabalhadora mulher mais espoliada quando é negra, nas diversas formas dos processos de trabalho e na vida reprodutiva.

E por ser a dominação/exploração das mulheres, algo latente nessa sociedade, os movimentos feministas tiveram fundamental importância ao criar debates intensos, provocando tensões sociais de luta contra o patriarcado.¹⁶ Muitas conquistas foram alcançadas na esfera da concessão de direitos, mas o patriarcado, como fundamento estruturante de outras relações, ainda determina de modo geral o lugar da mulher nesta sociedade.

Isso leva à reflexão de que esse movimento importante, travado pelas lutas sociais, por grupo ou classes, é importante para desnudar as práticas hegemônicas burguesas, fazendo com que parte dessa classe ou frações de classe percam privilégios aqui e acolá. Mas o processo de produção e reprodução do valor sobrevive a esses ataques. Toda vez que se insufla partes das classes trabalhadoras, concede-se direitos. Parte da burguesia perde, mas a matéria fundante do capitalismo é preservada. É o movimento de profunda contradição em

¹⁶ O conceito e críticas serão melhores apresentados no próximo capítulo. Utiliza-se do termo patriarcado nesta pesquisa referindo-se ao poder exercido dos homens sobre as mulheres.

que o Estado concede direitos pela reivindicação de parte da sociedade organizada, o que incorreu em todo processo de industrialização no Brasil, não sendo em nada complacente com as mulheres trabalhadoras e mães, como visto adiante, quando apresentados alguns elementos de construção das políticas sociais para infância no Brasil.

Para entender as relações jurídicas e o próprio direito na sociedade do valor, é necessário contextualizar alguns conceitos de Pachukanis.¹⁷ Esse autor apresenta um elemento essencial da relação jurídica para analisar o direito: os sujeitos. “O sujeito é o átomo da teoria jurídica, o elemento mais simples e indivisível, que não pode mais ser descomposto” (PACHUKANIS, 2017, p. 117).

Para o autor, como toda interação social é atravessada pela forma valor-mercadoria, é preciso investigar por intermédio do que se transacionam as mercadorias. Segundo Pachukanis, o direito opera entre os polos: proprietários dos meios de produção e vendedor da força de trabalho, por meio de relações contratuais. “O vínculo social da produção apresenta-se, simultaneamente, sob duas formas absurdas: como valor de mercadoria e como capacidade do homem de ser sujeito de direitos” (2017, p. 121).

A sociedade capitalista é antes de tudo uma sociedade de proprietários de mercadorias. Isso significa que as relações sociais entre as pessoas no processo de produção adquirem aqui a forma reificada dos produtos do trabalho, que se relacionam uns com os outros pelo valor. A mercadoria é um objeto por meio do qual a diversidade concreta de propriedades úteis se torna um simples invólucro reificado da propriedade abstrata do valor, que se manifesta como a capacidade de ser trocado por outras mercadorias a uma proporção determinada. Essa propriedade manifesta-se como uma qualidade intrínseca às próprias coisas graças a uma espécie de lei natural, que age sobre as pessoas de modo completamente independente de sua vontade. (PACHUKANIS, 2017, p. 119)

Dessa forma, o proprietário dos meios de produção, conscientemente, contrata uma dada força de trabalho para gerar valor na produção de uma mercadoria. Para gerar valor, pressupõe-se que o trabalho realizado pelo indivíduo seja mercadoria paga por parte do valor produzido pela mercadoria, produto do trabalho. O indivíduo porta um valor. Para este trabalho, ser mercadoria, ou seja, esse indivíduo adquire a condição de sujeito de direito para realizar um contrato de

¹⁷ Para Márcio Bilharinho Naves, em seu estudo de Pachukanis, apresenta que: “Relacionar a forma da mercadoria com a forma jurídica resume, para Pachukanis, o essencial de seu esforço teórico. De fato, a elaboração teórica de Pachukanis se dirige no sentido de estabelecer uma relação de determinação das formas do direito pelas formas da economia mercantil” (2008, p. 53).

trabalho e oferecer sua força de trabalho em troca de receber parte do valor gerado pela produção da mercadoria.

Com o desenvolvimento de sua narrativa argumentativa marxista sobre sujeitos de direitos, explica Pachukanis: “ao mesmo tempo que um produto do trabalho adquire propriedade de mercadoria e se torna o portador de um valor, o homem adquire um valor de sujeito de direito e se torna portador de direitos” (2017, p. 120).

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista e a concretização da subsunção real¹⁸ do trabalho, a qualidade de sujeito de direitos garante que este sujeito seja possuidor de mercadorias e essa propriedade privada seja protegida pela ordem jurídica e pelo Estado burguês.

A propriedade privada foi legitimada socialmente a partir do direito subjetivo, ou seja, o poder individual da posse. Para explicar esse fenômeno histórico, Pachukanis utiliza da mesma premissa do valor como abstração real:

A esfera do domínio que envolve a forma do direito subjetivo é um fenômeno social atribuído ao indivíduo do mesmo modo que o valor, também um fenômeno social, é atribuído à coisa como produto do trabalho. O fetichismo da mercadoria se completa com o fetichismo jurídico. Assim, em dado estágio de desenvolvimento, as relações entre as pessoas no processo de produção adquirem uma forma duplamente enigmática. Elas, por um lado, surgem como relações entre coisas, que são ao mesmo tempo mercadorias; por outro, como relações da vontade entre unidades independentes e iguais umas perante as outras, como as que se dão entre sujeitos de direitos. Ao lado da propriedade mística do valor aparece algo não menos enigmático: o direito. Ao mesmo tempo, a relação unitária e total adquire dois aspectos abstratos fundamentais: o econômico e o jurídico. (2017, 124)

Em contraponto ao jusnaturalismo e à explicação do surgimento do Estado pela via do contratualismo,¹⁹ Pachukanis entende o direito como um fenômeno histórico e uma forma de interação social, tendo em seu núcleo o sujeito de direitos como forma da subjetividade jurídica, ou seja, a relação abstrata que cada sujeito tem com a mercadoria, sendo reproduzida materialmente nas relações sociais para

¹⁸ A subsunção real do trabalho ao capital ocorre quando há fragmentação da produção e a indústria passa a controlar o trabalho humano e a produção. O homem deixa de ter controle sobre o modo de fazer. Com a máquina, qualquer trabalhador/trabalhadora vende sua força de trabalho para produção de uma mercadoria.

¹⁹ Como expoentes do contratualismo, os filósofos iluministas e teóricos burgueses Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, defensores da liberdade natural do homem, fundamentaram a tese contratualista da renúncia de direitos individuais, delegando ao Estado, por meio de um Contrato Social, com a finalidade do bem comum.

circulação das mercadorias, mediada pelo direito, na regulamentação de contratos. Portanto, a forma da subjetividade jurídica é o espelho da forma valor-mercadoria.

Da mesma forma que a subjetividade jurídica deriva do valor-mercadoria, assim ocorre com a forma política estatal. Antes de apresentar o desenvolvimento do pensamento científico sobre essa forma social, realizou-se uma introdução ao pensamento de Louis Althusser e sua proposta de interpretação de Estado na contemporaneidade, pois, de acordo com Mascaro (2013), Althusser desenvolveu conceitos essenciais de interpretação marxista, que são basilares para apreensão do método do “novo marxismo”.

1.2. Estrutura de sociedade, poder de Estado e aparelhos de Estado para Louis Althusser

Louis Althusser, ao realizar suas considerações à introdução de leitura do Livro I *Capital*, bem logo caracteriza o legado de Marx como a descoberta do Continente História²⁰ (2017, p. 39), por ter dedicado sua vida para descobrir as formas basilares de desenvolvimento capitalistas de produção e reprodução da produção, por meio do método do materialismo histórico dialético, inspirando seus sucessores a aventurar-se a partir do conhecimento de suas obras, para interpretá-las e complementá-las, conforme suas realidades concretas. Althusser assim o fez!

No seu ensaio “Ideologias e Aparelhos de Estado”, atualiza o pensamento de Marx, fundamentando sua leitura da estrutura de sociedade e demonstrando como se dá a reprodução das relações de produção.

Para tanto, ele apresenta o pressuposto em Marx de que qualquer sociedade possui níveis articulados por uma determinação específica: infraestrutura ou base econômica que são as unidades de forças produtivas e relações de produção; com a superestrutura que permite em si dois níveis articulados: jurídico-político e da ideologia (ALTHUSSER, 1980, p. 25-26).

²⁰ Em seu livro: *Sobre a Reprodução*, Althusser enfatiza que: “A influência dominante da ideologia burguesa é que impede essas ciências Sociais e Humanas de reconhecerem na teoria de Marx o fundamento de sua verdadeira existência e de persistirem em manter as noções ideológicas que as transformam em semiciências, falsas ciências ou simples técnicas da adaptação social” (1999, p. 40).

Ao utilizar a metáfora do edifício, apresentando-a como forma descritiva,²¹ o autor confirma o conceito de índice de eficácia respectivo. A infraestrutura não se sustenta sem a superestrutura econômica de base. Todavia os andares são afetados por índices de eficácia (ou de determinação) diferentes, pois há uma autonomia relativa da superestrutura e há um retorno da superestrutura sobre a infraestrutura (da sua base) (1980, p. 27). Para responder algumas questões conceituais dessa relação da infraestrutura com a superestrutura é que ele propõe a análise a partir da reprodução.

Aplicando a teoria marxista de Estado, Althusser (1980) amplia a análise das diferenciações entre o poder de Estado (domínio do poder por determinada classe ou frações de classe) e aparelho de Estado,²² desmembrando o aparelho de Estado em repressivo e ideológico. Por aparelho repressivo de Estado (ARE), elenca: “o Governo, a Administração, o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, etc.” (ALTHUSSER, 1980, p. 43), que funciona pela violência (física ou não).

Já o aparelho ideológico de Estado (AIE) funciona pela ideologia, considerando como AIE: “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob as forma de instituições distintas e especializadas” (ALTHUSSER, 1980, p. 43), como as instituições: religiosas, escolares, familiares, jurídicas, políticas, sindicais, de informação e culturais. Pontuando que os AREs pertencem “inteiramente ao domínio público” e os AIEs ao privado²³ (p. 44).

Ao descrever a reprodução das relações de produção, o autor enfatiza que cabe ao “Aparelho Repressor de Estado assegurar pela força as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração (...) assegurada pela repressão (...) as condições políticas do exercício

²¹A propósito, Althusser apresenta a metáfora do edifício e a teoria do Estado como teorias descritivas e recompõe as bases explicativas revelando que são importantes, sendo “o começo sem retorno da teoria” e ainda que exige “um desenvolvimento da teoria que ultrapassa a forma da descrição”. Ou seja, necessitando a superação desta fase da teoria descritiva, aprofundando a teoria e acrescentando algo a definição clássica (1980, p. 34-36).

²²Afirma que o sentido da existência do Estado é o “Poder de Estado”, que é a permanência do domínio do poder por determinada classe, ou aliança de classe, ou certas frações de classes (Althusser, 1980, p. 36). Mas destaca que há necessidade de tomar o “Poder de Estado” e o Aparelho de Estado (forma repressiva de se garantir do poder), descrevendo o caminho da revolução proletária descrita nos clássicos marxistas: a luta de classes tem como finalidade a transformação social e deve objetivar a ocupação do Poder de Estado, transformar os Aparelhos do Estado aos interesses das classes proletárias para então findar o Estado (p. 36).

²³Sobre a dicotomia público e privado o autor problematiza considerações já levantadas por Gramsci que tal distinção refere ao direito burguês. “A distinção entre o público e o privado é uma distinção ao direito burguês, e válida nos domínios (subordinados) em que o direito burguês exerce os seus poderes (...) O Estado da classe dominante, não é nem público nem privado, é pelo contrário a condição de toda distinção entre público e privado” (ALTHUSSER, 1980, p. 45-46).

do AIE” (p. 55-56). Isso implica que o aparelho repressivo de Estado tem um propósito claro de defender, por meio da força (ou não), os interesses de classe que ocupam o poder de Estado, utilizando as instituições dos aparelhos ideológicos de Estado para garantir a reprodução das relações produtivas, que emergem em graus distintos sua relação de superestrutura à infraestrutura da sociedade.

Os AIEs funcionam pela ideologia, sendo esta uma “representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições de existência”, mas contrapondo os ideais anteriores a Freud de que se tratava de um “puro sonho”, dando materialidade significativa ao termo. Desse modo, “não são as condições de existência reais, o seu mundo real, que os homens se representam na ideologia, mas é a relação dos homens com estas condições de existência que lhes é representada na ideologia” (ALTHUSSER, 1980, p. 80-81). A existência material da ideologia é garantida por ela existir sempre mediada por um aparelho (em suas práticas). Ademais, só é possível essa prática sob uma ideologia (de classe) e só existe ideologia mediada por sujeitos e para sujeitos (ALTHUSSER, 1980, p. 90-91)

“Os indivíduos são sempre-já sujeitos”, pois o mundo está cercado de mensagens ideológicas, praticadas por aparelhos ideológicos que já indicam o comportamento que devem desempenhar, as cores de roupa indicativa do sexo que devem usar, criando a expectativa de relações que deverão reproduzir, pois são as relações de sujeitos para sujeitos (ALTHUSSER, 1980, p. 102).

Nesse contexto da reprodução das relações produtivas, conclui que “as ideologias não nascem dos Aparelhos Ideológicos de Estado, mas nas classes sociais envolvidas na luta de classes: das suas condições de existência, das suas práticas, das suas experiências de luta, etc.” (ALTHUSSER, 1980, p.120). Portanto, o Poder de Estado (representados pelo interesse de classe dominante) e os aparelhos de Estado garantem, por meio da violência e da ideologia, a reprodução das relações produtivas. Esse movimento de reflexão e inflexão permite a sustentação das relações de exploração, da sociedade capitalista.

Althusser trouxe importantes subsídios sobre o controle do Estado por meio do funcionamento da ideologia para preservação das bases produtivas, demonstrando o movimento dinâmico e inseparável da produção/reprodução social no capitalismo. A apreensão do contexto de ideologia, utilizando os preceitos freudianos de que o inconsciente é eterno e que é “uma representação da relação imaginária dos indivíduos as suas condições de existência” (p. 75), implica em

considerar que o conhecimento e esclarecimento da opressão/ exploração não faz mudanças, já que a forma de se relacionar do sujeito é constituída antes da sua existência e posteriormente toma o lugar do inconsciente.

Dessa forma, a consciência da opressão não o liberta, já que o sujeito está preso a instituições pré-estabelecidas que o fazem incorporar um modo de ser específico, tendo cada ser uma unicidade, mas também a dependência de se inter-relacionar com outros sujeitos e as instituições carregadas de conotações ideológicas, portanto, as subjetividades capitalistas fazem com que o capitalismo viva em cada sujeito

Assim, a ideologia opera no inconsciente, não no consciente, sendo que as pessoas são constituídas subjetivamente pelo capitalismo e o inconsciente é gerado pela estrutura da vida social, o que leva a premissa de que o esclarecimento não liberta a humanidade da exploração capitalista.

1.3. Concepção de Estado, forma política e sociedade a partir da análise de Alysson Mascaro

Este subitem trata especificamente do conteúdo do livro: *Estado e Forma Política*, de Alysson Leandro Mascaro²⁴, que possui conteúdo na área de filosofia, política e direito, com fundamento na teoria crítica, seguindo a corrente econômica e filosófica do derivacionismo.²⁵ O autor bebe nas fontes de Marx e Engels, dialogando com autores clássicos do marxismo como Lênin e Pachukanis, dentre outros filósofos e economistas políticos importantes. Ele supera alguns conceitos e categorias desenvolvidas por autores marxistas como Althusser e Poulantzas, principalmente ao tratar sobre direito e ideologia nas formas sociais e de aparelhagem do Estado e da sociedade.

²⁴ O destaque a esse autor se deu por ter sido, a partir de sua obra e de suas aulas, o entendimento do método do “novo marxismo”. Portanto, o desenvolvimento da pesquisa aconteceu a partir de referências emaranhadas nas obras desse autor, para apreensão de como a sociedade capitalista se reproduz por meio da forma valor-mercadoria.

²⁵ Descreve Mascaro: “Nesse ponto alto das reflexões políticas críticas do final do século XX, não se trata apenas de proceder um mergulho de categorias políticas tradicionais em águas marxistas. Mais que isso, trata-se de fazer emergir, das próprias categorias da economia política e da própria forma do capital e das relações de produção capitalistas, o entendimento das estruturas políticas que lhe são próprias. Dentre outros teóricos derivacionistas, Joachim Hirsch é o mais importante pensador a propugnar, a partir de Marx – com as ferramentas da economia política, para além das meras instituições e seu funcionamento –, a compreensão da própria forma política como derivação da forma-mercadoria que se instaura no capitalismo” (2013, p. 12-13). Para saber mais da teoria da derivação, ver a tese de doutorado: Caldas (2013).

Assim, apresenta-se parte de sua obra *Estado e Forma Política* na apresentação do Estado e política; e Estado e sociedade.

1.3.1. Estado e política

Mascaro apresenta o Estado como uma manifestação moderna e capitalista, já que em outras sociedades, com modo de produção diferentes, como a feudal e escravista, os poderes econômicos e políticos não se dividiam. Todavia, no capitalismo, a classe dominante tem o poder econômico, mas não necessariamente representa o poder político estatal.

Assim, essa separação só pode ser compreendida ao se analisar o próprio capitalismo, pois, para que a classe burguesa explore a trabalhadora, por meio da compra da força de trabalho assalariada, é necessário haver uma regulamentação pelo Estado, já que essa apropriação não se dá mais por meio da “posse bruta ou da violência física”. Ademais também há necessidade de regulamentação para troca de mercadorias.

Portanto, as instituições jurídicas, “que se consolidam por meio do aparato estatal”, garantem as relações contratuais e os mecanismos legais de troca de bens e as relações de exploração. “O aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho” (MASCARO, 2013, p. 18).

O autor enfatiza que o caráter do Estado não só tem natureza negativa repressiva, mas também afirmativa de “constituição social”, garantindo a reprodução do capital na constituição de subjetividades e atribuições jurídicas e políticas. A chave de existência do Estado é o capital e o autor complementa: “é pela estrutura da reprodução do capital que se entende o *locus* desse aparato político específico e relativamente alheado das classes que se chama hodiernamente Estado” (2013, p. 19).

Entende-se que a constituição do Estado contribuiu para reprodução capitalista, mantendo-se a reprodução da produção e alimentando “a dinâmica de valorização do valor” (MASCARO, 2013, p. 20). Ao contextualizar a existência das classes sociais e a luta de classes, o autor ressalta que o processo estrutural de reprodução do capital utiliza inclusive das formas de luta de classes para se fortalecer e reproduzir, exemplificando a luta sindical por maiores salários que movimenta a troca de mercadorias. Portanto conclui: “para além da luta de classes,

as formas sociais do capitalismo, lastreadas no valor e na mercadoria, revelam a natureza da forma política estatal. Na *forma* reside o núcleo da existência do Estado no capitalismo”.

Diante desse preceito, entende-se que a dinâmica de sustentação da base econômica capitalista, que possui como origem a forma valor-mercadoria, reflete outras relações, inclusive, constitutivas do Estado. Este e seus aparatos repressivos e ideológicos auxiliam na reprodução das próprias relações produtivas, sendo um movimento permanente, constante e de dependência, que cria determinações sociais ou modos específicos de relações. Portanto, no modo de produção capitalista, tudo e todos são valorados, pois são mercadorias regidas por vínculos contratuais jurídicos. E ainda afirma que é da materialidade das relações sociais, das interações sociais dessa realidade que se consolida a forma social “Como exponenciação de interações materiais concretas, a noção de forma social sempre advém de relações específicas historicamente” (2013, p. 22).

A produção capitalista dá-se pela troca de mercadorias no uso de meios de produção e força de trabalho. A força de trabalho é utilizada no pagamento de salário aos trabalhadores/as que executam trabalho abstrato (impessoal, ou seja, “generalizado como mercadoria”). “Nesse processo todo, do trabalho abstrato ao dinheiro, a mercadoria se talha na forma do valor, valor de troca”. A forma valor-mercadoria surge na medida em que se estabelece igualdade a coisas distintas, na relação de troca (MASCARO, 2013, p. 23).

O capitalismo buscou, por meio de um ente terceiro dessas relações de troca, constituir formas de controle para manter e fiscalizar tais relações, instituindo-se o Estado e as relações contratuais jurídicas.

Para que o dinheiro assuma a universalidade de equivalência nas generalizações, é preciso que se constitua um espaço de garantia de tal universalidade para além dos específicos produtores e possuidores de mercadorias. Tal espaço, maior que a unidade da mercadoria, a princípio externo aos seus agentes econômicos, mas justamente o garante necessário dessa reprodução social, é o Estado. Somente quando as classes economicamente dominantes não tomam diretamente nas mãos o poder político é que se torna possível a própria sociabilidade do capital. (MASCARO, 2013, p. 23)

Mascaro adverte que o Estado no capitalismo tem outro tipo de estrutura e configuração ao comparar com outras sociedades com modos de produção diferentes. No sistema capitalista, a presença do Estado representa um “aparato

social terceiro e necessário” (2013, p. 25), pois é dele que nascem as relações contratuais que legitimam a relação de exploração “numa unidade de poder alheia ao domínio econômico do capital e do trabalho” (2013, p. 25). Pontua que, no sistema escravista, o poder político era do senhor do escravo por meio da força física e coação que se garantia a reprodução social; no sistema feudal era o poder da Igreja, já no capitalismo é necessário o Estado – ente terceiro da relação capital *versus* trabalho.

Entrando na conceituação de domínio ideológico, o mesmo autor afirma que “As formas sociais se dão às costas dos indivíduos” (MASCARO, 2013, p. 24). Elas operam no nível do inconsciente para que a reprodução aconteça de forma imediata. “As formas sociais capitalistas ensejam a estruturação da própria reprodução social” (MASCARO, 2013, p. 24).

Partindo-se da premissa de K. Marx de que todas as relações sociais são determinadas pela mercadoria, para Mascaro, tanto a forma jurídica como a forma política estatal são reflexos da forma mercadoria, por isso são instrumentos para circulação e reprodução capitalista.

Em suma: sendo o modo de produção capitalista produtor da mercadoria e necessitando que esta circule perante contratos entre as partes, é da própria mercadoria que nasce a necessidade de haver um ente terceiro, para dar forma política a todas as relações que permeiam a circulação da mercadoria, garantindo que “livremente”, ou seja, sem força física, possa haver a compra e venda de mercadorias, legitimando a relação de exploradores e explorados/as.

Quem detém a propriedade privada dos meios de produção não só detém o poder de produzir a mercadoria, mas também de controlar o trabalho e as relações sociais que o tornam abstrato e, portanto, torna também o sujeito de direitos que vende sua força de trabalho, uma mercadoria a ser dominada por quem o compra, sendo todas essas ações controladas pelo poder estatal.

Os indivíduos controlados por essa forma política Estatal, que vendem sua força de trabalho, reduzem-se a sujeitos de direitos. Da forma-valor mercadoria deriva tanto a forma de subjetividade jurídica como a forma política estatal. “As formas política estatal e jurídica advêm do cerne da vida social concreta que é a forma-mercadoria, resultado de interações reais de fundo” (MASCARO, 2013, p. 26).

Ao analisar a totalidade social, por mais que no âmbito da circulação aparentemente o que se observa é a predominância do econômico, garante o autor

que há um “emparelhamento” lógico e necessário entre o econômico e o político, constituindo o que chama de “unidade na multiplicidade”, uma “totalidade estruturada” (MASCARO, 2013, p. 27).

O emparelhamento estrutural de tais formas – econômica, capitalista, política estatal e jurídica – é, além da demonstração de sua totalidade, também a afirmação conjugada dos seus campos específicos e necessários de objetivação de relações sociais. A imagem didática que se faz a partir da leitura de Marx – de que um nível jurídico e político se levanta a partir do nível econômico – nesse sentido é prejudicial ao entendimento, se se tomar o político-jurídico como um acaso ou acessório do econômico. Na verdade, o político e o jurídico se estabelecem no mesmo todo das relações de produção, ainda que num entrelaçamento dialético de primazia das últimas em face das primeiras no que tange ao processo de constituição da sociabilidade. (MASCARO, 2013, p. 27)

No capitalismo, o poder político está intrínseco em todas as relações que passam por esse poder, por isso, diz o autor que a forma política estatal se identifica como uma “consolidação relacional” (MASCARO, 2013, p. 27). Ou seja, é estruturante, passando por todas as relações geradas pelo capital, por assim permitir que ele se reproduza.

O surgimento da economia capitalista e o Estado se deu por um processo histórico e as constituições de suas formas geraram poder econômico e político derivados do valor da mercadoria. As formas econômicas e políticas se relacionam e se entrecruzam produzindo relações sociais concretas. Portanto, não é no plano lógico, mas material que a política capitalista se forma a partir do econômico. Tais formas se imbricam e se reproduzem por meio de dinâmicas contraditórias.

Portanto, o Estado capitalista se constitui a partir de uma estrutura já determinada pelo econômico e que inclusive dita o “desenvolvimento social geral. Há um motor da constrição das formas que se dá pela dinâmica do capital” (MASCARO, 2013, p. 29).

Como já expressei que o Estado surge da forma mercadoria, cabe destacar que é dele que se materializam uma série de organismos e instituições sociais que, às vezes, no campo da aparência, entende-se erroneamente como insurgência do poder político: o Estado. Porém, as instituições são meras circunstâncias e o Estado é o agente terceiro fundamental para circulação das mercadorias, pois é dele que se nasce e administra as vinculações contratuais, endossando de forma pública o poder privado da propriedade dos meios de produção.

Entende o autor que mesmo que institutos e organismos sejam anteriores ao capitalismo, sendo apropriado por este, eles tomam outra forma social e incorporam a forma mercadoria para reprodução do valor, ganhando um “entrelaçamento estrutural” (MASCARO, 2013, p. 31). O autor ainda afirma que: “É por conta das formas sociais do capitalismo que a forma política se erige, possibilitando, a partir daí, a inteligibilidade de seus atributos internos e a congruência de suas instituições” (p. 32).

Nessa perspectiva, afirma o autor que a estabelecimento da forma política no capitalismo se dá por meio da derivação factual, pois a relação acontece de forma contraditória, tendo em vista o atravessamento pelas classes, grupos e indivíduos, bem como a própria luta de classes e seus interesses antagônicos. Se o uso de determinada condição social se faz hoje favorável para as classes dominantes, amanhã, todavia, pode já não ser e é nesse espaço de contramão, histórico e contraditório, que a burguesia dirige seus interesses e usa de fato do Estado (que é a própria forma da mercadoria). Então, o Estado não tem derivação lógica, pois seria lógica se houvesse determinantes contínuos e a história demonstra que não os têm.

Na estrutura estatal, há ainda as contradições institucionais que sofrem mais com o movimento das classes e das demandas da reprodução capitalista. O autor cita alguns órgãos da administração pública como exemplo e prossegue afirmando que “A diferença interna das dinâmicas, forças e pesos reais das instituições estatais se consolida historicamente e se deve tanto a espécies de eventuais capturas imediatas de espaços públicos na correlação da luta de classes quanto à própria natureza da sua forja estrutural” (MASCARO, 2013, p. 34).

Mascaro ainda complementa dizendo que o Poder Judiciário agindo estritamente na forma jurídica da legalidade e quando provocado, ampara-se na lei, criando um mecanismo de controle do indivíduo perante o Estado:

Garantindo a reprodução das condições sociais capitalistas em última instância, o Poder Judiciário está imune juridicamente a maiores injunções – quase sempre, age apenas quando provocado e julga argumentando de acordo com os quadrantes da legalidade. O respeito às decisões dos magistrados – mesmo quando em negação da vontade de um burguês específico – é, no entanto, a manutenção da própria estrutura de submissão dos indivíduos à conformação jurídica geral. Nesse sentido, a ligação às condições amplas de reprodução do sistema social é mais estrutural que contingencial”. (MASCARO, 2013, p. 34)

As instituições estatais e as do direito se relacionam de modo estrutural, pois a forma estatal se acopla e até transmuta a forma jurídica, o que o autor denomina de “conformação – ou, do mesmo modo, uma consubstanciação ou uma derivação secundária recíproca – institucionalizando suas formas conjuntamente” (p. 34).

As estruturas políticas de cada Estado são diversas, dividindo-se geograficamente e distribuindo funcionalidades e poderes. “É a partir das funções jurídicas de poder, em geral emanadas diretamente das Constituições, que se identifica em cada Estado, especificamente, o governo” (p. 36), sendo que, no âmbito jurídico, os órgãos administrativos (exercício da administração pública) são subordinados ao de governo. Também há classificações com pesos diferentes entre as normas de direito administrativo e constitucional. Quanto aos órgãos dentro do Estado, ainda, se têm os militares (poder repressivo) e os civis (poder organizador), porém reforça o autor que ambos possuem ações constitutivas e repressivas.

Mascaro, ao descrever as instituições políticas e sociais, as categoriza e as classifica, trabalhando com o conceito de aparatos sociais, que são os agrupamentos que podem ser identificados pelo tipo de “estrutura, funções e práticas” (2013, p. 37). Denomina por aparatos “grandes espaços no todo social que suportam os aparelhos. Por sua vez, aparelhos podem ser tomados praticamente no sentido de núcleos materiais de sociabilidade, condensando tipos de relação social específicos” (p. 37).

Utilizando-se do termo aparelho ideológico de Althusser, Mascaro o radicaliza, na sua análise das instituições jurídicas, tomando profundidade ao superar as práticas. “Assim, tratando de nomenclatura ampla, pode-se falar que o Estado é um aparato social que sustenta específicos aparelhos como o da burocracia judiciária”. (Mascaro, 2013, p. 38).

O autor então afirma que

(...) o fenômeno político, no capitalismo, não se limita ao Estado, mas nele se condensa. O Estado é o núcleo material da forma política capitalista. O Governo é o núcleo poderoso e dirigente do Estado e a administração pública é seu corpo burocrático. (MASCARO, 2013, p. 38)

Assim, as instituições políticas dessa máquina funcionam de forma secundária, pois são derivadas, a partir da determinação da forma política estatal e

das formas sociais do capitalismo, relacionando-se e expressando o que representa o valor da mercadoria em todas as relações sociais.

No Livro 1 de *O Capital*, Marx inicia seu capítulo 2 descrevendo a dinâmica do processo de troca e a importância da forma política e jurídica para regularizar as trocas de mercadorias e a instituição da propriedade privada:

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência, em outras palavras, pode tomá-las à força. Para relacionar essas coisas umas como outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros com as pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica. (MARX, 2017, p. 159)

No mesmo sentido de Marx, Mascaro transita em sua obra com essas mesmas premissas, pontuando as diferenças e similaridades entre forma política e jurídica, mas não porque sejam iguais, e sim porque derivam da mesma forma, ou melhor, “remanescem da mesma fonte” (MASCARO, 2013, p. 39). Ambas derivam da forma valor/forma mercadoria, sendo que tais formas são imprescindíveis para circulação das mercadorias, pois, ao mesmo tempo que o capitalismo necessita do reconhecimento da propriedade privada e cria, como terceiro da relação capital *versus* trabalho, aparatos para reprodução social a partir da forma política estatal, também precisa do estabelecimento de uma forma jurídica que formalize o contrato entre os sujeitos. Por isso são “termos conjuntos”, pois se apresentam na mesma lógica (MASCARO, 2013, p. 39).

A forma política e a jurídica, apesar de surgirem da forma valor-mercadoria, resguardam a cada qual diferenças. Os juspositivistas afirmam que o Estado é o direito, pois ele é o que as normas jurídicas o definem, porém a teoria crítica já aponta para outro viés. Conforme afirma Mascaro, o núcleo da forma jurídica não vem do Estado, mas sim das relações de produção capitalista (MASCARO, 2013, p. 40).

Mascaro afirma que mesmo havendo aproximações entre forma política e jurídica, o vínculo que há entre elas é o da “*conformação*”, que se refere a uma derivação de segunda ordem. Então as formas política e jurídica derivam da forma mercadoria e o fenômeno político-jurídico se encontra a partir da *conformação* entre o aparato estatal e as formas jurídicas já estabelecidas socialmente para reprodução do capital, operando na qualidade da política e do direito (p. 41).

Sobre a *conformação*, o autor discorre de como o Estado, mesmo modificando normas públicas de cerceamento de direitos políticos, ainda assim mantém no sujeito a subjetividade jurídica do capital, ou seja, do contrato ao trabalho assalariado e do capital privado. Caem constituições, mas não se mexe no núcleo cível que é a propriedade privada e todas as relações que dela se reproduzem. “O núcleo da forma-sujeito se mantém como razão estrutural de preservação da forma-mercadoria, o que é também a razão estrutural de preservação da própria forma política estatal” (MASCARO, 2013, p. 43). Portanto, a *conformação* se dá quando as formas políticas e estatais se implicam (mesmo de núcleos distintos) e o privado se imbrica no público por intermédio dos aparatos estatais, criando a consubstanciação das formas (2013, p. 44).

Sobre a autonomia do Estado, Mascaro afirma ser o Estado parcialmente autônomo e adensa sua análise ao retratar que apesar de ele se portar como soberano, inclusive por seus aparatos (maquinarias, instituições e imposição militar), essa autonomia política se dá mediante as próprias condições de reprodução capitalista, portanto, a forma estatal é capitalista e o Estado só existe para dar condições da reprodução do capital. “Se é verdade que o Estado tem uma forma organizativa interna que lhe dá autonomia, materialmente, ela não surge alheia ao tecido social, mas antes, se instaura com ele, a partir das específicas relações sociais, capitalistas” (MASCARO, 2013, p. 44).

O Estado, como poder e forma política do capitalismo, está fora da relação capital *versus* trabalho, pois materialmente, como agente terceiro, é ele que “imparcialmente” garante e formaliza essa relação, como não representasse nenhuma classe social. Contudo, não é o domínio do Estado por uma classe econômica que o torna burguês ou da classe trabalhadora, mas a forma social que se estrutura na relação direta com as relações sociais capitalistas. O Estado sendo reflexo da forma mercadoria, mediatiza a produção do valor. “De tal sorte, não sendo

burguês imediatamente, o Estado o é, necessariamente, de modo indireto” (MASCARO, 2013, p. 46).

Mascaro defende que o Estado, apesar de ter parcialmente uma autonomia, deriva de uma forma valor-mercadoria, assim, levando com ele a forma política e toda sua materialização por meio de maquinários, aparatos e instituições que o consolida como tal. O autor defende que mesmo o Estado não sendo expressão de indivíduos, grupos ou classes no capitalismo, indiretamente é sempre burguês, pois é atravessado pela luta de classes e pelas relações em disputa. Capitalismo e o Estado se relacionam no nível das formas e estruturas para uma determinada reprodução social, que é a capitalista. “O Estado não pode ser tomado como um elemento fixo do domínio de uma classe” (2013, p. 47)

O Estado é capitalista na medida em que põe sempre em causa, estruturalmente, sua própria existência, e esta depende da sobrevivência de tipos de sociabilidade capitalista. Suas instituições, seus aparatos de governo e administração, seus governantes e agentes administrativos se encontram necessariamente enredados em formas políticas atreladas à manutenção dos meios que realimentam a dinâmica de reprodução do capital. (...)

O Estado é autônomo em relação a indivíduos, grupos e classes, o é só relativamente também porque suas relações se fazem a partir dos limites da própria sociedade, embora o Estado possa, eventualmente, também assumir posições contraditórias em face dessas mesmas contradições sociais. (MASCARO, 2013, p. 46-47)

1.3.2. Estado e sociedade

Mascaro ao tratar da especificidade histórica do Estado, ressalta que a criação da forma estatal está diretamente ligada ao surgimento do capitalismo, o que não se deve por acaso ou por deliberação, mas sim pela complexa compreensão da “identidade histórica” entre Estado e capitalismo, dado pela forma-valor (Mascaro, 2013, p. 53).

Para o autor, a política antes do capitalismo não advinha da forma política estatal, por mais que os aparatos levassem os mesmos nomes. Ao fim da análise, o que é preciso levar em conta é que a sociabilidade da época era pautada em outro modo de produção e mesmo que houvesse circulação de mercadorias, o trabalho era escravista, portanto, o que regulava as relações de trabalho não eram contratos e sim a força, religião, submissão e coerção.

O sistema capitalista não cria a mercadoria; modifica, sim, qualitativamente, o circuito no qual as mercadorias se trocam, a ponto de lhe ensejar uma

forma geral de reprodução, o que na antiguidade não havia. No passado, há mercadoria, mas o trabalho não é mercadoria, é escravo. (MASCARO, 2013, p. 55)

No capitalismo, o trabalho tem uma determinada forma social, conforme própria definição de Karl Marx: “Tão logo os homens trabalham uns para os outros de algum modo, seu trabalho também assume uma forma social” (MARX, 2017, p. 147).

Para Mascaro, “o momento central e decisivo para a consolidação do poder político estatal capitalista é a Idade Moderna” (2013, p. 56), sendo uma fase de transição (da Idade Média a Contemporânea). O marco da formação da forma política estatal foi a criação do trabalho assalariado e consequentemente o Estado para intermediar as relações entre indivíduos e classes. Mas a forma política surge após as revoluções burguesas (p. 56).

Dada a formação geopolítica de transição dos feudos para os Estados e as disputas para estabelecimento das “unidades de poder e das instituições estatais” (que se dão em geral de forma mais ampla que a delimitação de um Estado único), o poder político estatal vai se constituindo, conjuntamente, com o reconhecimento jurídico, ambos iniciam as primeiras comunicações para garantir a circulação geral do valor (MASCARO, 2013, p. 57). O mesmo autor destaca como nasce o espaço público: “O Estado se consolida como o ente terceiro, garante e necessário da dinâmica do capitalismo. Em face dos indivíduos e suas interações, que passam a identificar a ‘vida privada’, o Estado se inscreve como distinto: ‘público’” (MASCARO, 2013, p. 57).

Nas sociedades pré-capitalistas, a “aparelhagem pública” era decorrente das vontades dos senhores de escravos e servos, sendo que os indivíduos não tinham acesso ao Estado, já na forma política estatal capitalista, isso se dá de forma diferenciada, como explica Mascaro:

No passado, a aparelhagem “pública” advinha somente da vontade da estabilidade dos interesses dos próprios senhores. Não era dada aos explorados e aos escravos a possibilidade de referência ou articulação em face do Estado. No presente, a forma-mercadoria, que estrutura a forma política estatal, está tecida em relações que são lastros, inexoravelmente, tanto ao capitalista quanto ao trabalhador assalariado, explorado. Por isso, o Estado é uma forma que se apresenta para todos, porque todos, para a exploração, são constituídos e tornados iguais para as trocas – e, por extensão também, para a penetração de suas vontades no plano formal no Estado. (2013, p. 58)

E então como síntese da construção teórica de interligação Estado e sociedade, o autor desenvolve a temática de que o Estado se materializa nas instituições, mas que deriva de uma forma ainda mais indivisível e consolidada, base de todas as reproduções sociais, que é a forma-valor-mercadoria, que cria o trabalho assalariado e, portanto, coloca qualquer cidadão suscetível ao poder político, tanto na venda da força de trabalho (como explorado) como na compra (como explorador), dentre outras relações que sustentam essas relações de trabalho, como de toda circulação das mercadorias (MASCARO, 2013, p. 58-59).

Em suma:

É só nesse específico emaranhado de estrutura e forma de reprodução social que o aparato político é terceiro e necessário em relação a todos os exploradores, explorados, grupos sociais e indivíduos. O aparato antigo é “Estado” dos senhores. O aparato moderno é Estado sobre todos.

(...)

No capitalismo, a função resulta da estrutura da reprodução social na qual estão mergulhados tanto exploradores quanto explorados. Por isso as formas políticas antigas são ou a extensão burocrática do soberano ou a articulação funcional dos senhores, sendo neste caso, menos “Estado” e mais “clube” de encontro das vontades senhoriais. Mas, distinta de eventuais instituições ou nomenclaturas comuns, a forma política estatal será, inexoravelmente, específica do capitalismo. (MASCARO, 2013, p. 59)

O Estado é um ente terceiro na relação capital *versus* trabalho, porém ele “exerce papel decisivo na reprodução da própria dinâmica do capitalismo” (p. 59). Do mesmo modo, o autor ainda traz a seguinte reflexão:

Diferentemente das visões tradicionais, que acusam o Estado de ter um caráter burguês por que o domínio de suas instituições está supostamente sendo feito por agentes ou representantes do interesse burguês, o Estado é capitalista por que sua forma estrutura as relações de produção do capital. Por isso, deve-se entender a ligação entre Estado e capitalismo como intrínseca não por razão de um domínio imediato do aparelho estatal pela classe burguesa, mas sim por razões estruturais. (...) O Estado não é a forma de extinção das lutas em favor de uma classe, mas sim de manutenção dinâmica e constante da contradição entre as classes. (MASCARO, 2013, p. 60)

Portanto, não é pela via da luta de classes que se pode ocupar o espaço e modificar a forma de sociabilidade, tendo em vista que o Estado, como poder político estatal, tem em suas estruturas a forma valor-mercadoria; com isso a luta de

classes, como o Estado são resultantes da derivação dessa fonte. O Estado por si já é a própria contradição, independentemente das forças sociais que o ocupam.

Pachukanis (2017) apresenta, na relação Estado e direito, que: “qualquer teoria jurídica do Estado (...) não pode ser reflexo verdadeiro de todas as funções da vida do Estado; ela apenas oferece um reflexo ideológico, ou seja, deformado, da realidade” (p. 142). Não se explica o Estado pelas suas funções, já que a própria justificativa de sua criação disfarça os fundamentos dele próprio, pois, sustentado pelo direito como ente terceiro neutro e apoiado pelos aparelhos que os sustentam, esconde-se ser ele a expressão da forma mercantil.

Segundo Pachukanis, Engels destaca que o Estado está sob a classe mais forte: “classe que, por intermédio dele, se converte em classe política dominante” (ENGELS apud PACHUKANIS, 2017, p. 143), explicitando que essa frase leva a interpretações de que o poder estatal está acima das classes. Porém adverte: “Está claro que tal conceito se contrapõe aos fatos históricos; sabemos que o aparato do poder de Estado em toda parte foi criado pelas forças da classe dominante, foi obra de suas mãos” (PACHUKANIS, 2017, p. 43).

Pachukanis ainda conclui que “a sociedade de classes não é apenas um mercado, no qual se encontram os possuidores de mercadorias, mas é, ao mesmo tempo, a arena de uma feroz guerra de classes, na qual o aparato do Estado é uma arma poderosa” (2017, p. 151). E quanto mais ameaçada a burguesia estiver, maior o uso da violência organizada pelo Estado, porque ameaça a própria forma mercadoria.

Mascaro explicita que não pode se considerar o Estado como gestor dos interesses da burguesia. “Se o Estado é burguês, isto tem causas muito mais profundas do que simplesmente eventual captura de seu aparato pela burguesia” (2013, p. 61).

Dessa forma, o autor afirma que entre o poder político e o econômico ocorre uma derivação concreta, havendo uma conjunção entre as formas sociais do capitalismo de forma contraditória e permeada pela luta de classes (p. 61).

Entre a relação Estado e luta de classes, Mascaro afirma que há um entrecruzamento entre o poder estatal e econômico, de forma contraditória e permeada pela luta de classes, o que ele denomina ocorrer uma derivação concreta das formas sociais (MASCARO, 2013, p. 61). “O Estado é a forma política do capitalismo (...) O Estado é atravessado por contradições políticas variadas. (...)”

Capital e trabalho se fazem representar, ambos, dentro do Estado e nos aparatos que lhe são próximos” (p. 63). Além dessa relação capital *versus* trabalho, no Estado também se reflete outras relações que sustentam esta forma política, citando o patriarcado, raça/etnia, crenças, etc. (MASCARO, 2013, p. 64).

Como já dito anteriormente, há luta de classes entre os detentores dos meios de produção e a massa trabalhadora. Porém, os trabalhadores vendem sua força de trabalho pelo pagamento de salários para sua sobrevivência. Essa relação jurídica é constituída entre indivíduos livres que são considerados como sujeitos de direitos. Na sociedade capitalista, por mais que se exista a luta de classes, ainda assim, as relações capitalistas de troca mercantis se dão por meio de indivíduos livres. “Por tal razão, é em torno do indivíduo que se desenvolve a maior aparelhagem de constituição estrutural das relações sociais capitalistas” (MASCARO, 2013, p. 64).

Já se sabe que o Estado não é um ente neutro que pode ser disputado e ocupado por uma dessas forças, sendo a própria forma do capital para reprodução de uma cadeia de valorização do valor. “A própria dinâmica econômica institui e reforça a ação social a partir da orientação individual, mas também o Estado tem papel fundamental no embaralhamento dos delineamentos de classe em favor da atomização dos indivíduos” (MASCARO, 2013, p. 64).

Nesse contexto, o Estado, mesmo reconhecendo instituições maiores que os indivíduos, permanece com a relação individual para estabelecimento de direitos e deveres. Como exemplo sobre tal abordagem do Estado, Mascaro traz o reconhecimento dos sindicatos que, mesmo sendo pessoas jurídicas, ainda assim, encontram-se em conformidade normativa da relação empregador e trabalhador, caindo na “atomização individual”, transformando a luta de classes em majoração de direitos, ou seja, acabando por se transformar em um controle estatal da luta de classes, tanto pela forma jurídica, como inclusive por métodos repressores (p. 64-65). “As classes, assim, lutam para configurar o Estado, mas são elas próprias reconfiguradas por ele” (p. 65).

Assim como as classes e os indivíduos, os grupos também são afetados pela estrutura social e conseqüentemente pela intervenção estatal. Todos os complexos do todo social são perpassados pela lógica capitalista e possuem uma leitura pelo Estado, na forma política já sob a perspectiva da mercadoria, mas muitas vezes são interpretados pela sociedade como natural (MASCARO, 2013, p. 65).

O viés político passa inclusive ao definir territorialmente o nacional e estrangeiro, atravessado por preconceitos e discriminações a certos grupos são criados pelo valor mercadoria e a construção histórica de dominação dos povos enriquecidos de capital em razão de outros. “O juízo sobre a raça e mesmo sobre a civilidade do grupo social é de algum modo parelho ao fetiche da riqueza” (MASCARO, 2013, p. 66).

Para entender o Estado é necessário apreender a dinâmica da totalidade capitalista, pois é resultante estrutural da lógica de acumulação. Porém o “Estado ampliado”, além da função estrutural, possui um fenômeno político de conexão com outras instituições sociais. Portanto, Mascaro, ao utilizar conceitos de Gramsci e Althusser, afirma que: “o Estado é expandido para além de sua definição normativa ou do núcleo governamental que tradicionalmente o identifica” (2013, p. 69).

Como já elencados acima, o autor traz uma apropriação dos preceitos althusserianos ao desenvolver que os aparelhos ideológicos são ferramentas vitais para o processo de produção e reprodução da vida social e que têm suas ações materializadas nas relações reproduzidas pelos indivíduos, classes e grupos, operando no nível ideológico e, em menor escala, no repressivo. Quase sempre o nível repressivo é realizado pelo Estado no uso de violência para controle social (forças armadas e polícias). Já o nível ideológico também realizado pelo Estado, é operado por complexos da esfera política (educação, família, meios de comunicação, religião), que estão indiretamente sob controle estatal, porém, ainda assim, são considerados Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), conforme designação althusseriana (MASCARO, 2013, p. 70).

No mesmo sentido de Althusser, Mascaro afirma que os aparelhos repressivos ganham força material no uso da violência por meio de armas e no encarceramento de indivíduos, classes e grupos. Mas ampliando os conceitos althusserianos, destaca que aparelhos ideológicos têm sustentação material e “se estruturam a partir das necessidades da dinâmica das próprias relações de produção. São elas que individualizam, separam, constituem, cancelam, insculpem valores, repressões e desejos” (MASCARO, 2013, p. 70). Portanto, o Estado funde-se aos aparelhos sociais.

Como a aparelhagem ideológica ocorre também fora do núcleo estatal, e muitas vezes os aparelhos ideológicos operam em grau maior a esse núcleo, pode ser interessante haver disputas por cargos e mandatos, estrategicamente almejando

a hegemonia de uma classe específica. “O Estado não é apenas um núcleo repressivo, sua materialidade em aparelhos também ideológicos enseja contra ideologias a partir desse mesmo espaço estatal ampliado” (MASCARO, 2013, p. 71).

Na perspectiva teórica de Mascaro, o Estado ampliado não é a soma do Estado com seus “entes autorreferentes”. As instituições estatais e sociais compõem “a grande região política do capitalismo” (2013, p. 71). Família, educação, meios de comunicação possuem interlocuções e intervenções em estruturas sociais e psíquicas que rebatem no modo de produção e reprodução da vida, além de contribuírem em algum grau para o controle estatal, tudo articuladamente representando as formas capitalistas. Como o Estado atravessa essas instituições, estas também se apresentam pela forma valor-mercadoria (p. 71).

Portanto, a forma valor mercadoria deriva outras formas sociais que determinam o controle das mulheres e reforçam o poder estatal repressor, ideológico e o poder patriarcal, entendendo o conceito de formas sociais, como categoria central marxista, que tem o Estado como forma política de regulação das relações de produção e reprodução do capital.

A constituição da totalidade social capitalista opera, por meio das suas formas, a objetivação de práticas e relações sociais, que se aglutinam, de modo repressivo e ideológico, ao poder estatal. Trata-se de uma conjugação conflituosa e contraditória, na medida dos antagonismos múltiplos entre classes, grupos e indivíduos e, ainda, dentro do próprio Estado e na variada relação do Estado com a miríade dos agentes sociais. Tal ampliação da estruturação do Estado é uma dinâmica que se estabelece no mesmo sentido das próprias formas de reprodução da exploração capitalista: de modo conflituoso, perpassado pelas lutas de classes. (MASCARO, 2013, p. 69)

A partir dessas considerações acerca do Estado como forma política e do seu controle social, no próximo capítulo, demonstra-se as relações capitalistas na formação sociopolítica brasileira, fundamentando o quanto a forma valor-mercadoria perpassa pela construção do valor no homem no capitalismo em detrimento às mulheres, apropriando-se da forma do patriarcado e da institucionalização estrutural do racismo para reprodução do capital.

Adiante, para entender a construção histórica do valor da mulher e como se estabeleceu o papel de cuidado pelo feminino, reforçado pelo aparato estatal ao deferir as sentenças de acolhimento institucional e o consequente afastamento das mulheres de seus/suas filhos/filhas, apresenta-se o delineamento histórico de

algumas determinações sociais para o estabelecimento de papéis da mulher na sociedade brasileira, diante da base colonial escravagista. Além de destacar como foi construído o poder de Estado diante das circunstâncias de formação de um capitalismo tardio, em que a modernização nasceu ante a resistência latifundiária e como o direito, na sua forma jurídica, foi estabelecido.

Entrelaçando as considerações sobre aparato estatal e aparelhos ideológicos na sociedade do valor, são desenvolvidas algumas considerações sobre o patriarcado e o valor da mulher na sociedade capitalista, delineando as várias materializações do poder repressor e ideológico do Estado em razão do controle das mulheres, principalmente atrelando a elas a responsabilidade a tudo que é de âmbito doméstico, inclusive o cuidado na esfera da reprodução.

CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DO CONTROLE ESTATAL DAS MULHERES

A mulher em virtude de seu sexo, se constitui no ser mais espoliado.
(Saffioti)

Neste segundo capítulo, pretende-se abordar como o Estado, em sua forma política, promove historicamente, o controle das mulheres e reafirma na reprodução da produção, as desigualdades de classe, sexo e raça/etnia.

Para apreender o valor das mulheres nas sentenças judiciais de acolhimento institucional, construiu-se um caminho que parte da premissa de que o aparato estatal e seus aparelhos ideológicos legitimaram historicamente certos modos de ser na sociedade. Para tanto, são apresentados alguns determinantes econômicos e sociais que impactaram no processo de transição da escravidão para o trabalho assalariado, algumas considerações sobre o patriarcado e o valor da mulher na sociedade capitalista. São também delineadas as várias materializações do poder repressor e ideológico do Estado em razão do controle das mulheres, principalmente atrelando a elas a responsabilidade a tudo que é de âmbito doméstico, inclusive, o cuidado na esfera da reprodução.

Para analisar a vida das mulheres na atualidade, contextualiza-se a formação do capitalismo no séc. XIX, o fortalecimento do Estado e da atribuição de papéis à mulher nesta sociabilidade. Para tanto, apresenta-se brevemente a ideologia do amor materno fortemente disseminada no séc. XVIII na Europa e seus fundamentos e determinações, diferenciando o papel da mulher branca e da negra nos espaços sócio-ocupacionais do capitalismo pós-escravidão no Brasil.

Como o marco do capitalismo insurgiu na Europa, com repercussões mundiais, parte-se da apreensão de que as estruturas do mundo pós-Revolução Industrial formaram e permanecem formando indivíduos, grupos e classes, operando no nível do inconsciente, fazendo com o que o capital seja reproduzido em cada um dos indivíduos. Conforme descreve Mascaró: “O valor, o capital, a mercadoria, o poder político e a subjetividade jurídica se apresentam como mundo já dado aos indivíduos, grupos e classes, e suas formas não são dependentes da vontade ou da total consciência dos indivíduos” (2013, p. 24).

Com esse pressuposto, por fim, pontua-se, a partir das concepções de maternidade do século XIX até o desenvolvimento desse ciclo capitalista neoliberal/pós-fordista, como a mulher permanece ocupando os espaços privado e público, estando a maternidade e o cuidado ainda atrelados a responsabilização individual e feminina.

2.1. Mulheres negras²⁶ e brancas: vivências e resistências no capitalismo e no patriarcado²⁷

Inicialmente, a formação histórica sociopolítica e cultural, defendida por vários/as pesquisadores/as, historiadores/as e sociólogos/os brasileiros/brasileiras de esquerda, destacando diferentes pontos de vista sobre a matéria, possuem divergências de quando se iniciou o capitalismo no Brasil. Apresenta-se as contribuições que Caio Prado Jr. deixou no seu livro: *Revolução Brasileira*, contrapondo as primeiras teses de que o Brasil viveu relações feudais em sua constituição colonial.

Caio Prado Jr. defendeu que o modo de produção brasileiro nasceu capitalista, porque desde a colônia houve a presença hegemônica de uma burguesia mercantil. Ainda ressalta que a burguesia que se estabelece no Brasil não tem projeto nacional, tendo a colônia brasileira participado desde o princípio da acumulação mundial de capital, com as especificidades das relações mercantis locais: de produção agrícola para exportação.

Para ele, as bases estruturais econômicas na sociedade colonial brasileira atendiam a lógica capitalista europeia, da metrópole de exploração: “a colonização

²⁶ Aqui merece destaque que as indígenas foram tal como as negras escravizadas, todavia, as negras foram predominantemente mais exploradas no sistema econômico da época, motivo este que as mulheres indígenas não foram objeto de estudo, mas não menos importantes, sendo igualmente dominadas e exploradas pelos colonizadores.

²⁷ O uso do termo patriarcado é mais bem desenvolvido ao longo da pesquisa, todavia destaca-se que se optou por defender sua existência e reprodução, nos mesmos termos apresentados por Saffioti e Davis. Sabe-se que a corrente do feminismo materialista, desconstruiu o termo, juntamente com o de gênero, mantendo a defesa de que a desigualdade entre os sexos construídas historicamente dá-se pelas relações sociais de sexo (Delphy, Hirata, Kergoat, Falquet). Apesar de usar ampla bibliografia das francesas, principalmente para debater sobre o conceito de cuidado, a análise da pesquisa utiliza-se do termo patriarcado e gênero por entender que se relacionam melhor com outros conceitos incluídos na pesquisa como das formas sociais por derivação. Destaca-se também que há estudos importantes com vasta contribuições para entendimento do patriarcado com o recorte radical de raça desenvolvidos por vários autores e autoras como Abdias Nascimento, Sueli Carneiro e Lelia Gonzales, além de debates e da luta diária alavancada pelo feminismo negro, que defendem ser impossível realizar uma análise de classe e sexo, sem o destaque necessário do domínio/opressão da raça.

dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu” (PRADO JR., 1977, p. 31).

Num sentido complementar, mas com certas divergências, Florestan Fernandes apresenta que não há como associar o senhor de engenho ao burguês, pelas relações estabelecidas não terem como o resultado o lucro.

De um lado, porque não se pode associar, legitimamente o senhor de engenho ao “burguês” (nem a “aristocracia agrária” à burguesia). Aquele estava inserido no processo de mercantilização da produção agrária; todavia esse processo só aparecia, como tal, aos agentes econômicos que controlavam as articulações das economias coloniais com o mercado europeu. Para o senhor de engenho, o processo reduzia-se, pura e simplesmente, à forma assumida pela apropriação colonial onde as riquezas nativas precisavam ser complementadas ou substituídas através do trabalho escravo. Nesse sentido, ele ocupava uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno. (...) O que ele realizava como excedente econômico, portanto, nada tinha que ver com o “lucro” propriamente dito. Constituíam a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial. (...) No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao “burguês”, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização. (FERNANDES, 1977, p. 32-33)

Fernandes pontua que, para compreender a historicidade de construção e desenvolvimento da sociedade brasileira, “o elemento crucial vem a ser o padrão de civilização que se pretendeu absorver e expandir o Brasil” (1977, p. 33). Essa descoberta se faz importante pois transmuta as formas estruturais dessa sociedade, que nada se aparenta com a clássica história europeia ou até mesmo de outras colônias, havendo uma particularidade específica em que o autor pontua como uma diretriz de “vocação histórica do povo brasileiro” (p. 34). Ainda o autor afirma que o “burguês” e a “burguesia” são identidades que apareceram tardiamente no Brasil, insurgindo de transformações sociais próprias e singulares.

O capitalismo surge na Europa a partir da decadência de outros modos de produção e ascensão da burguesia como classe dominante, porém as colônias escravistas e a vasta parte do continente oriental sofreram de modo diverso os respaldos da dominação capitalista, sem vivenciarem necessariamente a história eurocêntrica das transições dos modos de produção escravista/feudal/capitalista.

Diante dessas contribuições, cita-se aqui em síntese algumas importantes transições em que se moldaram o capitalismo no Brasil (colônia portuguesa): país

com base econômica escravagista, essencialmente rural com atividades agroexportadoras para o mercado externo e transplantando um modelo econômico dependente e periférico na economia mundial. As passagens históricas da colônia à independência, do uso de mão de obra escravizada ao trabalho assalariado, da política agrícola associada à industrialização retardatária, foi um processo lento (por resistência dos grandes agricultores), mas contínuo tendo em vista as pressões mundiais.

Nesse sistema colonial-capitalista, transitou muitas conformidades das formas primárias capitalistas da mercadoria, já que o Estado capitalista brasileiro e o direito nasceram nessas circunstâncias, tendo que tratar sujeitos de direitos livres (burgueses e proletários/as) e escravos/as, regulando por meio de contratos, as relações de compra e venda. Todavia, o Estado pleno capitalista virá a nascer posteriormente, quando a forma-valor tiver impacto ao todo social, derivando assim a forma política e de subjetividade jurídica, no estabelecimento de regulações contratuais individuais e o fortalecimento das relações mercantis.²⁸

A análise da construção do Estado capitalista brasileiro requer atenção nos fundamentos que sustentaram relações de poder e privilégios. Clóvis Moura alerta que:

O Brasil fez a Independência sem abolir o trabalho escravo e fez a Abolição sem acabar com o latifúndio. Isto determinou que a dinâmica social do Brasil fosse praticamente estrangulada, e o reflexo, especialmente da segunda mudança, até hoje traumatize o seu desenvolvimento. (MOURA, 1988, p. 6)

Para esse autor, a escravidão e o latifúndio forjaram ao negro e seus descendentes a legitimação da inferioridade racial e conseqüentemente coube a eles a marginalidade social.²⁹

Moura afirma que, diante dessas relações no sistema escravagista: “A mulher negra-escravizada era aquela que mais sofria. Transformada em objeto de trabalho era, também, objeto de uso sexual do senhor” (1988, p. 4).

²⁸ Os conceitos por ora mencionados como sujeitos de direitos, Estado, direito e formas sociais são desenvolvidos no Capítulo 1, seguindo os termos apresentados por Mascaro (2013).

²⁹ No âmbito cultural, Clóvis Moura identifica que o incentivo da migração europeia no Brasil buscou o “branqueamento” da população e determinou a marginalização social da população negra. Ainda ressalta que o mito da democracia racial, de cunho ideológico, responsabiliza até hoje os negros e seus descendentes por ocuparem o contingente dos mais pobres, sem que tivessem oportunidades que os levassem a outros patamares. (Moura, 1988, p. 7).

As mulheres negras e escravizada sofreram opressões diversas, sendo exploradas no trabalho e sexualmente, pelos senhores, capatazes e pelas senhoras brancas e crianças. A crueldade era estabelecida de forma naturalizada, anulando por completo sua subjetividade: como mulher, amante e mãe. Nada lhe pertencia e ela a todos pertenciam.

Já ao fim no século XIX, as pressões políticas e econômicas britânicas para estabelecimento de relações comerciais mais amplas com o Brasil influenciaram a aprovação de legislações com traços abolicionistas. Além dessas pressões, os focos de resistência escravizada, na organização de motins, fugas e atentados contra a família dos senhores contribuíram para promulgação da Lei Eusébio de Queiroz em 1850 (proibindo a chegada de embarcações para comercialização de escravizados e escravizadas); Lei do Ventre Livre em 1871; Lei dos sexagenários em 1885 até a Lei Áurea em 1888.

Nota-se que o Estado e o direito nascem como derivação da forma mercadoria. Mesmo não havendo relações contratuais entre senhor de escravo e trabalho assalariado, o Brasil viveu um sistema híbrido, onde coexistia o modo de produção escravagista com indícios do capitalismo em expansão. Entende-se que, nesse período em que eram necessárias legislações específicas que regulamentavam as transações mercantis, também se regulou as relações senhor-escravos/as, delineando um determinado formato de leis, com conotação político-ideológica.

Com isso, se estabeleciam legislações que atendiam o interesse da classe senhoril com forte conotação repressiva e violenta, já que era o artifício de dominação da força em conformação ao direito,³⁰ pelo constante medo das possíveis insurgências de escravizados/as. Nota-se que houve leis severas que legitimaram o desmando sem limites dos senhores, já que os escravos não eram sujeitos de direitos:

³⁰ Mascaró apresenta que a forma-valor se apresenta no desenvolvimento do capitalismo pleno, o que não havia naquele momento no Brasil. Para o autor: “As interações capitalistas forjam formas que são específicas e necessárias às suas estruturas, distintas de todas as demais até então havidas. A relação de troca entre sujeitos de direitos se estabelece como circuito pleno nas sociedades totalmente regidas pela mercadoria. As coisas tornam-se, na plenitude dessa sociabilidade, bens passíveis de troca. Se sociedades no passado possuíam circuitos parciais de troca, que não estruturavam o todo social, o capitalismo estabelece uma vinculação necessária de todas as relações sociais à troca. Em especial, o trabalho passa a ser assalariado, isto é, estruturado a partir de seu valor como mercadoria. Quando as relações de produção assumem tal forma mercantil então o circuito das trocas erige-se como forma social específica plana, a *forma-valor*” (2013, p. 22).

Na primeira fase, as autoridades coloniais e a classe senhorial usam de toda brutalidade, legislando de forma despótica contra o escravo. Isto vai dos alvarás, mandando que se ferrassem escravos com ferro em brasa, à legislação de pena de morte, do açoite, a execução sumária "sem apelo algum" dos escravos rebeldes etc. Nessa fase não há nenhum processo de mediação e a legislação terrorista reflete essa síndrome de forma transparente. Aliás, para respaldar esse conjunto de medidas jurídicas e policiais há todo um aparato de repressão brutal e legal. Os escravos têm o seu direito de locomoção praticamente impedido. Os troncos, os pelourinhos, a gonilha, o bacalhau, a máscara de flandres, o vira-mundo, anjinho, libambo, placas de ferro com inscrições infamantes, correntes, grilhões, gargalheiras, tudo isso formava o aparelho de torturas ou aviltamento através do qual as leis eram executadas como medidas de normalidade social. (MOURA, 1988, p. 6)

Dentro desse universo complexo e contraditório das relações escravagistas e nos princípios do capitalismo no Brasil, houve um demarcador hegemônico: da sociedade patriarcal, em que todas as relações possíveis foram pautadas a partir do valor no homem.³¹

As leis traziam fortemente esse traço patriarcal, mantendo a maioria das mulheres subjugadas e fora da esfera pública. As mulheres negras escravizadas e livres e as brancas eram tratadas de forma diferenciada, cada qual cumpria a subserviência ao seu senhor.

Nesse contexto de formação política, jurídica e econômica das estruturas do capitalismo, dedica-se na análise primeira de como as mulheres brancas e negras foram incorporadas nesse sistema de produção e reprodução, a partir das desigualdades de gênero, raça/etnia e classe, já que conforme descreve Giacomini: “é fundamental levar em conta que, na constituição do proletariado moderno no Brasil, uma das vertentes encontra-se na população negra de escravos e descendentes de escravos” (1988, p. 18).

Amplios estudos das classes sociais retrataram a formação da classe trabalhadora no capitalismo em sociedades coloniais pós-escravidão e o uso dessa força de trabalho nas sociedades pós-industrialização. Angela Davis problematiza que “é evidente a ausência de um livro especificamente dedicado à questão das mulheres escravas” (2016, p. 16).

Foram poucos os autores que destacaram a posição da mulher, principalmente de resistência aos ditames sociais, especialmente da mulher negra e

³¹ Roswitha Scholz traz uma discussão importante sobre dissociação do valor, que será apresentada no desenvolvimento desta pesquisa.

(ex) escravizada, que teve e continua tendo um papel crucial para compreensão do lugar desta no setor produtivo da sociedade, bem como na esfera reprodutiva.³² No mesmo sentido, problematiza Giacomini, autora brasileira que realizou estudo da mulher escravizada no Brasil a partir de fontes documentais da época:

Na realidade, tem ocorrido um “duplo silêncio”. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (“a história é masculina”) soma-se o silêncio sobre as classes exploradas (“a história é a história das classes dominantes”). Sobre o segundo silêncio, muito já foi dito. Quanto ao primeiro ele aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravagismo brasileiro. (...) o estudo do papel social e das condições de vida da mulher escrava parece fundamental para 1) reelaborar a história da escravidão brasileira; e 2) compreender algumas das raízes históricas da situação atual da mulher no Brasil, em particular da mulher trabalhadora e negra. (1988, p. 19)

Seguindo as recomendações desafiantes de Giacomini em desenvolver alguns caminhos para compor a história com ênfase na “história das mulheres”, são demonstrados seus papéis estruturais, suas ocupações, lutas e resistências, de forma breve, destacando pontos principais que marcaram a formação do capitalismo brasileiro desde a época colonial até a atualidade.

A formação capitalista na Europa, já trouxe à mulher um lugar constituído para desenvolvimento de um determinado papel de limitação à esfera privada, sendo marcada a segunda metade do século XVIII, pela propagação ideológica da naturalização da mulher como mãe e cuidadora. Rousseau teve um papel primordial para difundir a ideologia do amor materno como um valor central e nato das mulheres (brancas).

Foi Rousseau, com a publicação de *Émile*, em 1762, que cristalizou as novas ideias e deu um verdadeiro impulso inicial à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno. Veremos que depois do *Émile*, durante dois séculos, todos os pensadores que se ocupam da infância retornam ao pensamento rousseauiano para levar cada vez mais longe as suas implicações. (BADINTER, 1985, p. 35)

Badinter problematiza, na sua obra *Um amor conquistado*, a trajetória histórica da vinculação das famílias, especialmente da mulher, com seus/suas

³² Pelas poucas fontes existentes sobre a mulher negra e escravizada no Brasil, utiliza-se, em grande medida a autora Angela Davis, que retrata especificamente da história da mulher escravizada na colônia estadunidense e que contribui para do universo peculiar de resistência e de ocupação da mulher negra no capitalismo global, respeitando as particularidades de formação sociopolítica e econômica das colônias.

filhos/filhas, retirando da figura feminina a naturalização e biologização do amor materno. Inicialmente, ela pontua que, durante séculos na Europa, as mulheres eram “escolhidas” para o casamento pela sua idade, dote e habilidades e quanto mais pobre a família da mulher, mais habilidades para o trabalho eram exigidas. Para se casar não se importava com beleza, afinidade e respeito. Tanto que o valor da mulher à época estava ligado ao dote, inclusive os homens evitavam gastos com o adoecimento das mulheres e suas mortes eram seguidas com novos casamentos e conseqüentemente novos dotes (BADINTER, 1985, p. 30-32).

A ideologia da época pressupunha uma anulação da mulher enquanto sujeito, estando sempre na condição de dependência, sendo esta dominada e submissa e passando a ter um papel maior definido a partir do casamento.

A felicidade pessoal da mulher, tal como era então entendida, incluía necessariamente o casamento. (...) Sob a capa de uma proteção que o homem deveria oferecer à mulher em virtude da fragilidade desta, aquele obtinha dela, ao mesmo tempo, a colaboração no trabalho e o comportamento submisso que as sociedades de família patriarcal sempre entenderam ser dever da mulher desenvolver em relação ao chefe da família. (SAFFIOTI, 2013, p. 63)

A parte que cabia à mulher nas instituições formais do capitalismo estava adensada a tudo que é privado, significando a sua exclusão com capacidade jurídica de representação na esfera pública, podendo-se entender que, num primeiro momento, houve determinações que afastassem a mulher como sujeito de direitos, já que objetivamente não tinha capacidade civil, sendo representada quase sempre pelo pai e, após o casamento, pelo marido.

A subjetividade jurídica, além disso, dá a configuração psíquica das individualidades no capitalismo. A condição econômica do ter e do circular – e do fazer-se circular no trabalho assalariado – é grau constituinte da personalidade. A possibilidade de relacionar-se por vínculo contratual é o que dá ao dispositivo psíquico a percepção de portar-se a si próprio e não ter, necessariamente, laço orgânico de solidariedade com o outro ou com os grupos e as classes, portanto bastando-se ou se tendo apenas a si mesmo. Subsidiariamente nessa constituição da subjetividade, elementos como as capacidades juridicamente normatizadas – civil de disposição de direitos obrigacionais, penal de assunção de responsabilidades criminais, eleitoral de votar e ser votado etc. –, bem como a noção de possuidor de direitos subjetivos de nacional em face do estrangeiro, representam pontos determinantes que advêm do direito e que trabalham para a tessitura da forma sujeito. (MASCARO, 2015, s/n)

No Brasil, a ideologia do amor materno foi amplamente propagada, tendo reflexos muito negativos para as mulheres brancas, que adiaram a organização feminina na conquista e ampliação de direitos. E, mesmo após o reconhecimento destas como sujeitos de direitos, suas representações públicas permaneciam associadas a atividades que reforçavam a “natureza feminina” ao cuidado.

Na virada do século XX, o reconhecimento da importância das mulheres devido à maternidade já estava solidificado na sociedade brasileira e era aceito por homens e por mulheres. O discurso das esferas separadas tinha cumprido seu papel. Se essa qualidade – a “natureza feminina” – foi usada em muitos casos para segregar as mulheres ao lar e como argumento para impedir a obtenção de direitos civis, políticos, econômicos, intelectuais e sociais, começou também a ser usada num sentido inverso: para lhes abrir as portas e levar as aptidões maternas para fora de casa, para o exercício de determinadas profissões consideradas próprias às mulheres, como a assistência social compatível com a “missão altruística” das mães e, até mesmo, para o exercício dos direitos políticos devido a uma “moralidade” específica ao sexo feminino. (MOTT, 2001, p. 211)

Destaca-se que as mulheres negras brasileiras enfrentaram restrições de outra ordem e muito mais asseveradas no pós-abolição, como demonstrado ainda neste capítulo.

O século XIX foi marcado pelo que Davis rotula pela “ideologia da feminilidade – um subproduto da industrialização – (...) as mulheres brancas passaram a ser vistas como habitantes de uma esfera totalmente separada do mundo do trabalho produtivo” (2016, p. 25). Já às mulheres negras, não recaíram esse papel na reprodução.

Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de “mãe” e “dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente. Os arranjos econômicos da escravidão contradiziam os papéis sexuais hierárquicos incorporados na nova ideologia. Em consequência disso, as relações homem-mulher no interior da comunidade escrava não podiam corresponder aos padrões da ideologia dominante. (DAVIS, 2016, p. 25)

O trabalho da mulher negra de sociedades contemporâneas escravagistas foi incorporado pelo capitalismo de forma diferenciada do trabalho da mulher branca, sendo que a ideologia da feminilidade não atingiu as mulheres negras. Tanto que as relações familiares entre os escravos foram enganosamente reproduzidas como matriarcais, sendo destacado por Davis como uma forma de “distorcer a realidade da vida sob a escravidão” (p. 29). E se autocitando (artigo escrito no cárcere, não

nomeado, de 1971), faz uma reflexão da importância da mulher escravizada no âmbito doméstico:

No infinito anseio de prover as necessidades de homens e crianças ao seu redor [...], ela realizava o único trabalho da comunidade escrava que não podia ser direta ou imediatamente reivindicado pelo opressor. Não havia compensações pelo trabalho na lavoura, que de nada servia aos propósitos dos escravos. O trabalho doméstico era o único trabalho significativo para a comunidade escrava como um todo. [...] Foi justamente por meio dessa labuta – que há muito tem sido expressão central do caráter socialmente condicionado da inferioridade feminina – que a mulher negra escravizada conseguiu preparar o alicerce de certo grau de autonomia, tanto para ela como para os homens. Mesmo submetida a um tipo único de opressão por ser mulher, era levada a ocupar um lugar central na comunidade escrava. Ela era, assim, essencial à sobrevivência da comunidade. (Davis, 1971 apud Davis, 2016, p. 29)

Analisando as tarefas domésticas da comunidade escravizada, Davis conclui que: “Essa divisão sexual do trabalho doméstico não parece ter sido hierárquica: as tarefas dos homens certamente não eram nem superiores nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres. Ambos eram igualmente necessários” (2016, p. 30). E por construírem uma relação de igualdade, era nesse ambiente que se concretizavam os vínculos e para mantê-los, defendiam, resistiam e se protegiam da dominação/exploração escravista dos senhores, elas “sustentavam o terrível fardo da igualdade em meio à opressão” (p. 31).

A escravidão americana (colônia inglesa) se desenvolveu de forma um pouco diferenciada da América Latina (colônias iberos-hispânicas) no campo da reprodução. Os historiadores Vicentino e Gianpaolo destacam as diferenças dos desembarques de navios negreiros nas costas americanas e pontuam:

No sul dos Estados Unidos, entretanto, existiu uma situação completamente diferente da que ocorreu nas demais regiões americanas. A reprodução dos africanos escravizados foi muito incentivada, buscando-se com isso o aumento do número de escravos sem ter de recorrer ao tráfico negreiro. Essa estratégia era, antes de tudo, muito mais vantajosa e politicamente bem vista pelos países europeus que se opunham ao tráfico negreiro. Do total de africanos escravizados desembarcados na América, a distribuição ocorreu da seguinte forma: 38% vieram para o Brasil, 17% para América Espanhola, 17% para as Antilhas Francesas e a Louisiana, 17% para as Antilhas Britânicas, 5% para as Antilhas Holandesas e dinamarquesas e 6% para os Estados Unidos. (2013, p. 46)

Esses dados demonstram que o fluxo de chegada dos escravos no Brasil é desproporcional as outras colônias, somando-se mais de um terço do que toda a

América. Também demonstra que a reprodução negra³³ era incentivada para gerar mais mercadoria, tornando o senhor do escravo mais independente do tráfico negreiro.

A mulher negra e escravizada no Brasil enfrentou restrições que, para além da submissão feminina, continha as crueldades da escravidão. Ao que era limitação e restrição às mulheres brancas pela naturalização do feminino à esfera privada, às negras nem cabiam esses aspectos ideológicos maternos da mulher.

Não era permitida às escravizadas a condição de mãe, bem como de construir relações de afeto seja pelos/pelas filhos/filhas ou por outras pessoas. A elas recaía o papel da procriação, mas não da reprodução e do cuidado dos seus próprios: “Construir família, ter uma prole é algo inacessível àqueles que não possuem nem a si próprios” (GIACOMINI, 1988, p. 29). “Na realidade, a noção de “família” veiculada nesses textos compreende única e exclusivamente a relação mulher escravizada -filhos (...) A questão de paternidade é absolutamente inexistente” (p. 30).

As negociações para aprovação da Lei do Ventre Livre (lei nº 2040/1871) comprovam que a mulher negra e sua maternidade não eram o foco para proteção, ao contrário, Giacomini afirma que nessa época “a maternidade escrava é relatada na sua negação (...) a maternidade escrava se faz notar exclusivamente através de situações que retratam o afastamento dos filhos” (1988, p. 31). A Lei foi clara em garantir a custódia dos filhos/filhas de escravizadas aos seus senhores, o que não garantia em nada a vinculação mãe-filho/filha ou preservação da família escravizada.

Art. 1.º – Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º – Os ditos filhos menores ficarão em poder o sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino em conformidade da presente lei. (BRASIL, 1871)

³³ Nesse mesmo contexto, a reprodução não se dava apenas entre os escravos, pois não era raro o próprio senhor (ou outros homens brancos) estuprarem as negras como forma de demonstrar dominação sobre elas. Os castigos e açoites eram igualmente sofridos entres os sexos, todavia os estupros era mais uma tentativa de fragilizar ainda mais a mulher escravizada, o acesso ilimitado ao corpo delas, foi considerado com Angela Davis, como uma forma de dificultar o seu envolvimento com o “prazer, afeto e amor” (2016, p. 38).

Nota-se que a votação para promulgação dessa lei foi apertada, numa grande disputa entre os dois grupos políticos da época: conservadores e liberais. As modificações do texto original restringiram em muito a proposta dos abolicionistas, mas foi um anúncio de que abolição seria inevitável. Essa lei atendeu as pressões do mercado internacional, em que a Inglaterra³⁴ forçava o Brasil para abolir a escravidão com intuito de ampliar o mercado consumidor por meio de trabalhadores “livres”. A lei em nada visava a proteção, mas sim atender as formas sociais do capital, com vistas a acumulação a qualquer preço.

Era o senhor quem decidia sobre a possibilidade e qualidade da relação entre homem e a mulher escrava, sobre se haveria ou não vida familiar, se casados ou concubinos seriam ou não separados, se conviveriam com os filhos e onde, como e em que condições morariam. (GIACOMINI, 1988, p. 37)

As escravizadas pertenciam ao senhor e o poder sobre sua reprodução centrava-se no proprietário de escravos. Àquela época com o domínio ideológico católico, havia uma contradição hipócrita, em que o casamento era sacramentado pela Igreja e ao mesmo tempo respeitado a critério do senhor (GIACOMINI, 1988, p. 37).

As condições objetivas que se apresentam aos escravos variaram (...) relacionaram-se às variações de seu preço no mercado de época para época e estiveram ainda condicionadas pelo tipo de trabalho que efetuavam. Não haveria, portanto, uma única forma de relação possível entre eles, assim como variaram as condições objetivas que lhes foram apresentadas. (1988, p. 46)

Essas indeterminações sobre as relações entre os escravos nas fontes pesquisadas por Giacomini são apontadas pela própria autora como decorrentes da falta de informações expostas nas publicações da época sobre a vida escravizada.

Outro aspecto importante era o quanto as mulheres da época eram tratadas de forma pejorativa e estigmatizante por autores. Com a “ideologia da feminilidade” e

³⁴ “Até o século XIX o tráfico escravista era legal e amplamente praticado. O desenvolvimento capitalista, consolidado com a Revolução Industrial iniciada na Inglaterra, ampliou o mercado consumidor dos gêneros industrializados, multiplicando as pressões para o fim da escravidão, considerada um entrave ao crescimento capitalista. Os britânicos lideravam as pressões internacionais, e ao fazê-lo desejam preservar também na África, a mão de obra necessária aos empreendimentos que então estavam iniciando no continente” (Vicentino e Gianpaolo, 2013, p. 262). Ademais, a escravidão já não era vantajosa dada a resistência e as rebeliões protagonizadas por escravizados e escravizadas fugitivos(as), alforriados(as) e quilombolas que se opunham à escravidão e lutavam individualmente e coletivamente contra os senhores.

manutenção da família patriarcal,³⁵ em regra, as mulheres brancas permaneciam no ambiente privado doméstico, não muito raro eram nomeadas como “gordas, nédias, flácidas” (GIACOMINI, 1988, p. 76). Já as escravizadas citavam como “negras e mulatas de boas coxas, bons dentes, peitos salientes, flexíveis” (p. 76). A branca estava designada para reprodução e a negra como objeto sexual. Essas distinções criaram rivalidades que foram sofridas pelas mulheres negras ao serem severamente castigadas, violentadas e maltratadas pelas sinhás.³⁶

Para além desse núcleo pejorativo de papéis femininos, parte das mulheres brancas já incorporadas nos interiores das fábricas, despertadas ao engajamento de conquista de direitos, organizavam-se para romper com a ideologia da época. Angela Davis retrata o apoio das mulheres brancas ao movimento antiescravagista do século XIX, após a sensibilização pela obra *A Cabana do Pai Tomás*. A autora critica o conteúdo da obra, apesar de ter contribuído como um apelo antiescravagista, mas aponta as distorções apresentadas da realidade, reforçando a submissão negra e feminina, reforçando o ideal da mulher no ambiente privado, longe da esfera pública e da política (2016, p. 44).

Com o avanço do capitalismo, pós Revolução Industrial nos EUA, o uso da força de trabalho feminina (e infantil) nas fábricas conduziu as mulheres a resistirem aos papéis antes naturalizados.

Quando a produção manufatureira se transferiu da casa para a fábrica, a ideologia da feminilidade começou a forjar a esposa e a mãe como modelos ideais. No papel de trabalhadoras, ao menos as mulheres gozavam de igualdade econômica, mas como esposas eram destinadas a se tornar apêndices de seus companheiros, serviços e maridos. No papel de mães, eram definidas como instrumentos passivos para a reposição da vida humana. A situação da dona de casa branca era cheia de contradições. Era

³⁵ “As mulheres administravam a casa, onde deveriam permanecer recolhidas e controlavam o trabalho dos escravos domésticos. Esse caráter tipicamente patriarcal, predominantemente entre as elites coloniais, nem sempre vigorou. Entre as mulheres dessa elite, muitas comandaram engenhos (especialmente as viúvas), outras estiveram à frente de atividades comerciais e não era raro a reação à dominação masculina com pedidos de divórcio. Como toda América portuguesa não se resumia apenas aos grandes engenhos e senhores, tal predomínio masculino e sujeição feminina era menos efetivo em grupos sociais, com a existência de diferentes tipos de famílias. Havia a família dos africanos escravizados, dos indígenas, das concubinas que sustentavam seus filhos sozinhas, dos padres com sua amasiadas e filhos, etc. Enfim, para além da organização familiar típica dos senhores de engenho, existia um mosaico variado de modelo familiar no conjunto da população colonial, cabendo às mulheres diferentes atuações, muitas vezes ocupando o comando de unidades econômicas produtivas” (VICENTINO; GIANPAOLO, 2013, p. 32).

³⁶ Giacomini dedica um capítulo (V) do seu livro *Mulher e escrava* para retratar a realidade de vida das “A senhora e a escrava” fazendo uma análise pormenorizada do espaço privado da aristocracia rural brasileira e como as relações senhor e mulheres e mulheres brancas e negras foram reproduzidas na base da dominação.

inevitável que houvesse resistência. A turbulenta década de 1830 (Nos EUA) foi de intensa resistência. (DAVIS, 2016, p. 45)

Segundo Davis, a partir das resistências investidas pelas mulheres brancas (as de classe média) da sua própria condição de opressão, puderam usar da escravidão como analogia para representar o próprio sofrimento e consequentemente endossaram campanha antiescravagista e abolicionista, em busca da libertação ao trabalho doméstico feminino branco. Dessa forma, começaram a inteirar e despertar para vários assuntos políticos com repercussão direta da realidade de opressão. “De fato, seu envolvimento político na luta contra a escravidão talvez tenha sido tão intenso, apaixonado e total porque podiam vivenciar uma estimulante alternativa à sua vida doméstica” (DAVIS, 2016, p. 51).

Essa vivência ocorreu entre as mulheres brancas brasileiras mais tardiamente no início do séc. XX, quando da expansão e incentivo à industrialização, nascendo influenciadas pela história de outras mulheres do mundo um movimento de resistência à opressão e dominação masculina, que ganhou ao longo dos anos novos componentes e corporificou-se adquirindo repertórios pela luta feminista e globalizada, incluindo posteriormente as mulheres negras no pós-abolição, buscando o enfrentamento das diferentes opressões por gênero, classe e raça/etnia³⁷ na atualidade.

Já antes da escravidão, as mulheres negras construíram a própria resistência na forma individual e coletiva contra o sistema escravagista³⁸ e as desigualdades latentes. Após a abolição da escravidão, em 1888, a luta e resistência das mulheres negras teve um crescente, porém, as estruturas da sociedade capitalista, patriarcal e racista jamais permitiram a concretização da igualmente de gênero e raça/etnia.

O passado opressor das mulheres negras ex-escravizadas e brancas submissas ao sistema patriarcal ainda persiste nas relações sociais e na divisão sexual do trabalho (conceito melhor trabalhado a seguir). É no ambiente privado e

³⁷ Cabe ressaltar que não será aprofundado aqui a construção dos movimentos feministas e suas repercussões, tendo em vista não ser objeto de estudo, podendo encontrar referências ao tema apresentado em diversas autoras brasileiras feministas e marxistas, a destacar: Cisne (2014), Gonçalves (2011), Moraes (1996) e Saffioti (2013).

³⁸ “Ao lado dessas formas de resistência [história de revoltas e quilombos] cabe referir também os crimes contra os senhores e as fugas, que mostram a face franca e aberta da resistência de pessoas escravizadas. Embora não tenhamos encontrado em nossos jornais relatos de assassinatos de senhores cometidos por escravizadas, afirma Goulart que não eram apenas os homens que sacrificavam seus senhores e senhoras; as mulheres escravizadas também lhes seguiam os passos” (GIACOMINI, 1988, p. 83).

nas atividades ligadas ao cuidado que as mulheres ainda ocupam a maioria dos espaços. O trabalho pago doméstico foi uma das atividades remuneradas com maior atraso de regulamentação trabalhista. Apesar dos avanços e da luta feminista, não se vislumbra grandes mudanças do valor da mulher nesta estrutura social, havendo avanços e retrocessos, típicos dos ciclos de desenvolvimento capitalista, no uso de mulheres negras e brancas para sustentar uma sociedade de classe, dos homens e racista. O valor do homem está presente em todas as formas de reprodução do capital, nas instituições públicas e privadas e nos espaços de produção e reprodução.

2.2. Divisão sexual do trabalho e o cuidado

A família compõe um espaço institucional importante de reprodução do modo de produção capitalista. Os estudos de Lessa sobre família indicam que o surgimento da família burguesa se sustenta pelos princípios da família monogâmica e patriarcal, que tem origem no aparecimento da propriedade privada.³⁹

A família torna-se um espaço institucional de reprodução de valores para reprodução biológica e formação da força de trabalho para atender ao modo de produção capitalista. Lessa, em sua análise crítica da família monogâmica, afirma que “A família, tal como hoje a conhecemos, não surge como resultado do amor entre os indivíduos. Surge como a propriedade patriarcal de tudo o que é doméstico” (2012, p. 31).

Assim, pois, nos casos em que a família monogâmica reflete fielmente sua origem histórica e manifesta com clareza o conflito entre o homem e a mulher, originado pelo domínio exclusivo do primeiro, teremos um quadro em miniatura das contradições e antagonismos em meio aos quais se move a sociedade, dividida em classes desde os primórdios da civilização, sem poder resolvê-los nem superá-los. (ENGELS, 2012, p. 19)

De todo modo, destaca-se uma importante reflexão atualizada de Cisne de que “ainda com a industrialização a família tenha perdido significativamente seu

³⁹ O surgimento da propriedade privada não é a gênese de uma “coisa”, mas de uma nova relação social, de uma nova forma de os homens organizarem a vida coletiva. A propriedade privada é fundada por uma nova forma de trabalho, o trabalho alienado (explorado): a transformação da natureza nos meios de produção e de subsistência será realizada, agora, por meio da exploração do homem pelo homem (LESSA, 2014, p. 23).

caráter de unidade de produção, esse não foi todo eliminado, dada a permanência do trabalho doméstico não remunerado” (CISNE, 2014, p. 83).

O trabalho doméstico não remunerado⁴⁰ é essencial para reprodução da vida e do modo de produção capitalista, sendo a família o espaço de reprodução na definição de papéis historicamente determinados. A organização familiar reproduz valores e uma cadeia de poder. Nessa reprodução, a subalternidade feminina foi naturalizada no cumprimento do papel de cuidado, para atender ao interesse do capital.

o capital é historicamente concentrado nas mãos dos homens, cabendo à mulher o papel estrutural de guardadora do núcleo familiar responsável pelas mínimas condições de existência do trabalhador e de reprodução de mão de obra. As relações de gênero são estruturadas pela dinâmica das classes e do capital. (MASCARO, 2013, p. 67)

Heleieth Saffioti, ao analisar o patriarcado-capitalismo,⁴¹ a partir de sua leitura de *A Ideologia Alemã*, aponta que o patriarcalismo, como fator de reprodução, está intrinsecamente ligado aos modos de produção que têm por base a propriedade privada.

No contexto da reprodução social na sociedade capitalista, a autora analisa o quanto o Estado, aparentemente neutro, representou os interesses da classe dominante ao implementar suas políticas de controle:

Em outros termos, o Estado filtra as pressões da classe dominada, cedendo, às vezes, nas minudências, mas levando a cabo políticas conducentes às metas econômicas dos donos do poder no patriarcado-capitalismo. O Estado, além de auxiliar a classe dominante a disciplinar a força do trabalho, também direciona o processo de reprodução humana. A implementação de uma mesma política pode dar conta das duas tarefas mencionadas. (SAFFIOTI, 2016, s/p)

⁴⁰ Apesar do foco dessa pesquisa ser a intervenção estatal no trabalho doméstico não remunerado – no campo do cuidado dos filhos e do espaço doméstico – há necessidade de entender o movimento desta mulher em busca de trabalho assalariado que em busca da sobrevivência, muitas vezes se submete a trabalhos precarizados e com baixa remuneração. “A partir dessa compreensão da produção e da reprodução social, podemos ancorar o conflito que se estabelece entre essas esferas [produção e reprodução] e destacar a necessidade de romper com uma lógica de separação do mundo do trabalho e do mundo da cultura (família). Assim, não há como existir um processo social de produção apartado ou oposto à reprodução da vida social; produção e reprodução da vida social são momentos diferenciados, mas não autônomos, de uma mesma forma social.” (Gama, 2014, p. 34).

⁴¹ Para a autora o uso do termo patriarcado-capitalismo é utilizado porque não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista (2015).

O texto de Saffioti, apesar de tratar de uma análise conjuntural da década de 1980, traz subsídios atuais para entender a sociedade brasileira do século XXI, especialmente a intervenção do Estado na família, como forma de controle na esfera da produção e reprodução humana, recaindo na mulher a responsabilidade do cuidar e, na ausência do homem na função paterna, a de prover.⁴²

Quanto à instituição família, Marx e Engels apresentam a concepção de dada forma política que as instituições sociais representam, como garantidora dos interesses envolvidos no modo de produção/reprodução capitalista, tendo o Estado como espaço de disputa, porém dominado pelos interesses burgueses:

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. (MARX; ENGELS, 2007, p. 26)

A partir desse conceito, pode-se afirmar que a família é uma das instituições de reprodução da lógica do capital, regulada por leis contratuais e geridas pelo Estado. Tais leis contratuais servem para estabelecer a produção/reprodução do capital. Para tanto, receber a tutela estatal, como sujeito de direitos, significa cumprir com obrigações implícitas: vendendo sua força de trabalho e mantendo a si e a prole, por meio do trabalho doméstico, para reprodução da vida.

No contexto da reprodução social na sociedade capitalista, a força de trabalho feminina foi determinada pelas estruturas da sociedade. Portanto, a estrutura patriarcal e capitalista da sociedade determinam uma dada reprodução social: em que as relações de dominação e exploração resultam num papel de subalternidade feminina e que dada a complexidade das relações, desencadeiam variadas formas de espoliação da mulher.

Saffioti, ao analisar a mulher na sociedade de classes, utiliza categorias marxistas para compreender o domínio de classes e do sexo masculino para o desenvolvimento do capitalismo. A autora enfatiza como o uso da força de trabalho feminina foi construída historicamente pelo viés da exploração-dominação.

⁴² Sabe-se que os papéis de cuidado e de prover vêm sendo desconstruídos a passos curtos, seguindo hegemonicamente a reprodução da família burguesa, cumprindo seu papel na formação da força de trabalho.

A conservação de sistemas de valores originados em estruturas sociais anteriores permitiria às sociedades de classes utilizar de modo diverso a força de trabalho feminina. Esta seria livre apenas na medida em que essa liberdade constituía condição *sine qua non* para a determinação da força de trabalho da mulher enquanto mercadoria. A negação de direitos civis e políticos à mulher limitava, portanto, a esfera de sua atuação, caracterizando-a, desde o início do capitalismo, simultaneamente, como construtora da riqueza e obstrutora do progresso social. (2013, p. 108)

Em contraponto a outros modos de produção, foi apenas no capitalismo que a força de trabalho da mulher, como mercadoria, pôde ser também utilizada em ambiente diferente da família. “Através da determinação de sua força de trabalho como mercadoria, ela encontra a possibilidade típica da formação social capitalista de se realizar objetivamente no mundo exterior (...)” (SAFFIOTI, 2013, p. 108).

Ainda levantando os aspectos contraditórios dessa sociedade, a autora pontua que a desigualdade entre os sexos colocava as mulheres em posição inferior, mas ao mesmo tempo criou condições de uso da força de trabalho feminina no interior das fábricas quando a força física deixou de ser um impedimento de ocupação de espaços por divisão entre os sexos.

De outra parte, a sociedade de classes privou a mulher da igualdade com os homens, discriminando-a não somente de fato, mas também no plano formal do Direito, quando foi ela própria quem, pelo recurso à técnica e à máquina, eliminou, antes que qualquer outra sociedade o fizesse, uma real desvantagem do elemento feminino diante do masculino: a força física. (2013, p. 109)

Com o desenvolvimento capitalista e a conquista/ampliação de direitos das mulheres, por meio dos movimentos feministas, algumas concessões foram feitas, mas ainda segue a determinação classista, sexista e racial da inferiorização da mulher, pobre e negra ocupando as atividades laborativas precárias, com menor remuneração e de referência a atividades reprodutivas de atenção e cuidado.

Mas, analisando a história anterior ao capitalismo, adverte Gonçalves: “O capitalismo não criou a inferiorização social das mulheres, mas se aproveita do imenso contingente feminino, acirrando a disputa e, portanto, aprofundando a desigualdade entre os sexos” (2011, p. 126-127).

De tal sorte que mesmo as raízes do capitalismo tendo se apropriado da dicotomia homem-espço público e mulher-espço privado, em determinado desenvolvimento desse sistema, o uso da força de trabalho feminina permitiu a expectativa de conquista de autonomia financeira da mulher, entretanto não retirou

das mulheres o estereotípico da fragilidade, do cuidado e do pertencimento exclusivo do ambiente privado e do trabalho doméstico. “Mas, a abertura das portas do mundo do trabalho assalariado para as mulheres não teve como contrapartida a entrada dos homens no mundo doméstico, e/ou alguma forma de divisão sexual do trabalho” (MORAES, 1996, p. 4).

As relações patriarcais no capitalismo foram redimensionadas e estruturadas a forma valor, ou seja, o patriarcado legitima o valor do masculino em detrimento ao feminino.

Como já desenvolvido anteriormente, no Brasil, o regime escravocrata, patriarcal incorporou às mulheres negras uma marca histórica e de difícil desconstrução. Na transição escravismo–trabalho “livre”, as mulheres negras e pobres, ex-escravizadas, compuseram um papel importante na divisão sexual do trabalho. O capitalismo ofereceu às ex-escravizadas – como trabalhadoras livres (sujeitos de direitos) – atividades pouco remuneradas, geralmente trabalhos domésticos, transportando para estas atividades a caracterização do menor valor dentro da divisão social e sexual do trabalho. Nesse momento histórico, essa mulher domesticada ao trabalho duro e penoso, às torturas, aos estupros e abusos sexuais, ao cuidado dos filhos dos senhores e das sinhás e a todos os tipos de subordinação pelos traços de cor/raça/etnia do regime da escravidão, torna-se força de trabalho disponível ao capital.

Na formação da divisão sexual do trabalho brasileira, essas mulheres negras e pobres e as brancas pobres acabaram por ocupar as funções domésticas e de cuidado, sendo que tais funções acabaram por se tornar piores remuneradas, sem garantias trabalhistas e direitos sociais ampliados, como se fosse uma extensão das funções da escravidão, sem a presença do mando por força física, sendo este substituído, estabelecida em relações contratuais “livres”.

A partir da intensificação do processo de industrialização brasileiro, após 1930, o trabalho feminino teve um crescente e vem ocupando vários setores do mercado de trabalho, sendo a feminização do trabalho um fenômeno inexorável. Essa ampla e gradativa ocupação feminina se deve às lutas femininas pelos direitos políticos, civis e sociais que ganharam força nessa trajetória quase secular. Todavia, essas lutas ganharam enfoques diferenciados que atravessaram principalmente as individualidades e a formação de grupos identitários que, mesmo na defesa comum contra a desigualdade de gênero, não relacionavam outras desigualdades.

O trabalho feminino foi incorporado no capitalismo, a exemplo do trabalho doméstico, na sua grande maioria em funções que envolvem o cuidado (essencialmente nas áreas de saúde e educação) e principalmente nos trabalhos terceirizados, informais, desregulamentados e precarizados, conforme pontua Angela Carneiro Araújo e Verônica Ferreira:

Em todos os casos em que as trabalhadoras estão em maioria, as habilidades necessárias à execução das tarefas são, em geral, adquiridas através do processo de socialização e de formação de gênero no espaço doméstico e não são considerados nem pagos como trabalho qualificado, com exceção das que trabalham na educação e na saúde, tradicionalmente nichos do trabalho feminino, por serem identificados com as tarefas da mãe no lar. Mas o grande estímulo à terceirização das tarefas nas quais predomina a mão-de-obra feminina vem também do fato de que as empresas podem se beneficiar dos salários mais baixos que são pagos às trabalhadoras, - que em grande parte dos casos constituem, além disso, uma mão de obra mais escolarizada -, e da redução ou eliminação de direitos trabalhistas que ocorrem com a informalização dessas atividades nas pequenas e micro empresas, no trabalho a domicílio e nas cooperativas. (2009, p. 8)

Essas funções de pior remuneração refletem as estruturas sociais reproduzidas no âmbito familiar, em que as mulheres assumem quase que integralmente a função do cuidado e organização doméstica.

Costa, ao contextualizar historicamente a proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva, revela os impasses e prejuízos enfrentados pelas mulheres que saem do ambiente privado e buscam galgar espaço na esfera pública. Para a autora, as desigualdades entre as mulheres dificultam o acesso ao sistema de proteção social, “a permanência das mulheres nos trabalhos domésticos é parte de um sistema de proteção social que alimenta modos de vida favoráveis às relações capitalistas peculiares a essa sociedade” (2002, p. 304). A autora expõe como se deu a necessidade da maternidade transferida no repasse das mulheres para outras mulheres dos cuidados domésticos:

Mulheres mais e menos abastadas vincularam-se a milhares de mulheres mais e menos pobres aplicadas ao trato de suas casas, através de infindáveis tarefas e de um grande número de compensações recíprocas. A saída para estudar, trabalhar e equiparar-se aos homens, ou para mera permanência no ócio, através da maternidade transferida de umas para outras mulheres, marca seguidos pactos (e guerras) domésticas. Só o cuidadoso preparo dessa transferência de responsabilidades e de afetos no interior da vida doméstica podia impedir o risco de caos na vida familiar. (COSTA, 2002, p. 308)

As sociedades de capitalismo central apresentam um crescimento recente de mulheres escolarizadas que assumem cargos e constroem carreiras que lhe exigem tempo integral, necessitando contratar outras mulheres em condições de pobreza ou imigrantes para ocupar o lugar do cuidado do lar, conforme explicitam Hirata e Kergoat ao analisarem o contexto francês:

As mulheres das sociedades do Norte trabalham cada vez mais e, com uma frequência cada vez maior, são funcionárias e investem em suas carreiras. Como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, e o envolvimento pessoal é cada vez mais solicitado, quando não exigido pelas novas formas de gestão de empresas, essas mulheres para realizar seu trabalho profissional precisam externalizar “seu” trabalho doméstico. Para isso, podem recorrer à enorme reserva de mulheres em situação precária, sejam francesas ou imigrantes. (2007, p. 601)

Esse fato obscurece um fenômeno da esfera produtiva/reprodutiva: As lutas avançam, as mulheres são incorporadas ao mercado de trabalho, porém as desigualdades permanecem, pelas estruturas fixas sociais e por diversas contradições da reprodução do sistema capitalista. Verifica-se, em consequência, que ainda são as mulheres pobres que comumente estão nas atividades domésticas de cuidado – remuneradas ou não.

A forma de reprodução do capitalismo em via de regra usa desse subterfúgio para manter as altas taxas de lucro, superexplorando trabalhadores e trabalhadoras do contingente de reserva que necessitam aceitar menores salários e piores condições de trabalho para sobrevivência. Trazendo essa análise para divisão sexual do trabalho, como descreve Hirata acima, identifica-se que comumente se utiliza dessas trabalhadoras para o trabalho doméstico.

Em países de capitalismo periférico e de uso de mão de obra escravizada prolongada, como o Brasil, o trabalho doméstico transferido tem sexo, cor e classe e vem sendo exercido pelas mulheres, negras e pobres. Pensando os desdobramentos das últimas crises do capitalismo e os reflexos no âmbito doméstico, nota-se cresce a ocupação desses espaços também por mulheres imigrantes, advindas de países devastados pela intensificação da pobreza como é o caso das haitianas.

Hirata analisa que, além das desigualdades de gênero e classe, o fator de etnia também está presente nessa equação de subjugar as mulheres ao trabalho doméstico. As mulheres brancas e também exploradas contratam mulheres de

raça/etnia pobres para exercer as atividades domésticas do lar: “ao mesmo tempo em que aumenta o número de mulheres em profissões de nível superior, cresce o de mulheres em situação precária (desemprego, flexibilidade, feminização das correntes migratórias)” (2007, p. 603).

Hirata, ao apresentar políticas de conciliação e delegação para repensar as tarefas domésticas e familiares e o trabalho externo remunerado, demonstra um amplo campo de estudo para as ciências sociais e humanas, pois o maior desafio dessa proposta é romper com as amarras da reprodução social em que tem na mulher a grande responsável (até na delegação de tarefas) para organizar e manter o trabalho de cuidado e proteção da família. A autora descreve que não há respostas e propõe um estudo ampliado, envolvendo várias ciências para repensar, principalmente no âmbito psicológico, a permanência da dominação homem-mulher na esfera da reprodução.

Para Flávia Biroli o desenvolvimento capitalista gerou uma “crise de cuidado sistêmica” (explicada logo abaixo), argumentando que o acesso ao cuidado e o papel de quem cuida remetem diretamente as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia. A relação de cuidado torna um problema central para a democracia a partir da demanda de tempo e dinheiro que se exige na execução e nas formas políticas institucionais em que se oferece os serviços e a quem recai a execução (BIROLI, 2018, p. 54-55).

Pensar o cuidado a partir dos termos da dependência (e independência) implica entender o seu espaço de execução no capitalismo e, em sentido restrito no neoliberalismo – pós-fordista⁴³, quando exige participação política e pública em coparticipação ou em responsabilização integral⁴⁴, gerando o que Biroli nomeia como “crise do cuidado”.

A concentração de renda e de poder político tem-se ampliado, inviabilizando a democracia e tornando mais precária a vida da maioria das pessoas. A “crise do cuidado” pode ser pensada dessa perspectiva, como resultado da implementação da agenda neoliberal de retração do Estado, tanto quanto da conformação das subjetividades num ambiente em que a concorrência se estabelece como valor, à medida que os princípios coletivos e solidários vão sendo minados. (2018, p. 60-61)

⁴³ Entende-se como pós-fordismo ao modo de acumulação capitalista, implantando outras formas de organização do trabalho, da produção e exploração. Esses termos são apresentados por Mascaro (2013).

⁴⁴ Quando há ausência de responsáveis por motivos naturais ou legais, o Estado necessita assumir integralmente o papel de cuidado.

Mioto (2015) e Sorj e Pontes (2010) apresentam esse debate importante para pensar as repercussões da política neoliberal, apontando reflexões sobre as políticas sociais na responsabilização quase única da mulher para as atividades domésticas, forçando pensar que as políticas de governo de combate à pobreza e de matricialidade familiar fortalecem o vínculo das mulheres com as atividades domésticas e enfraquecem seus vínculos com o mercado de trabalho (SORJ; PONTES, 2010, p. 73).

As políticas sociais no modo de acumulação pós-fordista e neoliberal há mínima ou quase inexistente política social voltada ao cuidado externo à família. Observa-se um movimento introspectivo, de responsabilização individual, privada e doméstica para lidar com a dependência de indivíduos.

As políticas sociais e, mais especificamente, a política de assistência social realizam esse movimento de responsabilizar a instituição família pelo cuidado dos indivíduos dependentes, criando a análise de centralidade na família de ações, serviços, programas e projetos que contribuem para macropolítica na desresponsabilização de ações diretas do Estado.⁴⁵

Como o capitalismo vem se reproduzindo sobre amálgamas sólidos e indivisíveis das formas sociais, na reprodução de um modo de produção baseado na exploração-dominação, principalmente da mulher, o lugar desta, sempre esteve atrelado pela domesticação burguesa no âmbito do cuidado. Tanto na escancarada desigualdade na divisão sexual do trabalho, como na esfera reprodutiva, a mulher ainda ocupa funções e tarefas em maior escala que remetem a disposição ao cuidado.

Há um componente central a ser estudado na divisão sexual do trabalho na sociedade brasileira, dentre outras de capitalismo tardio, demonstrados nos estudos

⁴⁵ Dessa forma, criar políticas sociais transferindo para família a responsabilidade obrigatória para o cuidado de idosos e crianças é diminuir a demanda por serviços coletivos como: centros de convivência ou creches. Essa via programada das políticas impacta sensivelmente na vida das mulheres que compõem majoritariamente o núcleo responsável pela obrigação do cuidado doméstico. Conforme destaca Marlene Bueno Zola, no seu texto intitulado: "Políticas Sociais, família e proteção social: um estudo acerca das políticas familiares em diferentes cidades/países", "A interdependência do trabalho e a difícil conciliação da estrutura doméstica podem ser bem observadas pela dificuldade da família, em especial da mulher, em conciliar o trabalho familiar com o trabalho remunerado e manter a base relacional em equilíbrio. Essa falha coloca em evidência, além de desigualdades entre os gêneros, o forte comprometimento com a produção e reprodução social, demandando mudanças culturais e a regulação do Estado para apoiar a proteção social de indivíduos e sociedade" (in MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015).

de Saffioti sobre o “nó” classe, gênero, raça/etnia e nas contribuições de diversas autoras feministas sobre interseccionalidade e consubstancialidade⁴⁶, que referem a indissociabilidade das desigualdades de gênero, classe e raça/etnia, ou seja, os estudos que se propõem a analisar em separado esses fenômenos históricos não tratam na essência essas desigualdades postas, que estruturalmente estão enoveladas e dificilmente consegue-se resolver uma desigualdade sem que se preocupe com as outras.

A marca da dominação-exploração feminina é histórica e compõe a estrutura da sociedade capitalista e patriarcal. As desigualdades de gênero, classe, raça/etnia estão presentes na sociabilidade, que se reproduz, endossando o lugar subalterno da mulher. As lutas feministas tiveram e permanecem tendo um papel primordial para repensar esse lugar. Mas há um entrecruzamento do passado na contemporaneidade, como se as bases estruturais do capitalismo no Brasil permitissem mudanças, mas não transformações profundas.

Roswitha Scholz apresenta uma interpretação desse lugar ocupado pela mulher nessa sociabilidade, a partir dos seus estudos dentro da crítica da teoria do valor, afirmando que o centro do capitalismo é o valor e esse opera nas subjetividades. Ao dissociar o valor, permite-se a acumulação capitalista. Ou seja, a mulher dissociada da psique masculina (construída ideologicamente e transmitida culturalmente), é identificada quanto mulher e não como ser humano genérico, agregando a ela todas as características em geral de submissão e opressão. As distinções pelo sexo permitem a dissociação do valor e a ocupação das mulheres em atividades voltadas ao privado, ao moral e a reprodução da vida, garantindo a atuação patriarcal, cujo valor é o homem. A forma psíquica do patriarcado é reflexo do valor.

⁴⁶ Sobre conceito de interseccionalidade e consubstancialidade, ver Hirata (2014). Dentro dos debates feministas, há uma diversidade de defesas sobre temas sensíveis a desigualdade feminina. O uso dos termos sexo, gênero e relações sociais de sexo incluem no debate, não havendo referência única do termo na contemporaneidade. As feministas materialistas (tendo como expoentes Cristine Delphy, Daniele Kergoat, Helena Hirata e Jules Falquet do movimento francês) construíram críticas ao termo gênero, sistema patriarcal e interseccionalidade. Para esse movimento, o termo apropriado para tratar as diversas desigualdades que também incluem os sexos seria o uso da palavra “rapports sociaux de sexe”, defendendo a consubstancialidade e coexistencialidade nas relações de sexo. Apesar do compartilhamento parcial de alguns termos (tanto que se utiliza das contribuições de Hirata para entender a divisão sexual do trabalho e o cuidado), a pesquisa optou por seguir com os termos apresentados nas pesquisas de Saffioti, no uso da palavra gênero e patriarcado, com proximidade na teoria da dissociação do valor no homem apresentado por Scholz.

Essa estrutura básica de valor tem correspondência com a formação de uma esfera *privada* e outra *pública*. A esfera privada, conseqüentemente, é ocupada pelo tipo ideal “feminino” (família, sexualidade, etc), ao passo que a esfera pública (“trabalho” abstrato, Estado, política, ciência, arte, etc) é “masculina”. De forma ideal, a mulher seria assim o “recosto” social para o homem, que age na esfera pública. Dessa relação (nossa velha conhecida no plano da aparência) entre esfera pública e privada pode-se deduzir uma diferenciação histórica do patriarcado, uma vez que tal relação deixou de ser parte evidente de todas as sociedades surgidas até hoje. (SCHOLZ, 1996, p. 4)

Essa mesma autora afirma que:

Tanto homens quanto mulheres têm de compreender que “nossa” sociedade é determinada pelo patriarcado e pelo valor. (...) A superação do patriarcado é ao mesmo tempo a superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta é o fundamento da cisão patriarcal. (1996, p. 23)

As mulheres dissociadas do masculino são sempre projetadas a exercer atividades de menor valor no capitalismo. Portanto, no desenvolvimento da sociedade da mercadoria, há dissociação do valor e a reprodução do patriarcado. Enquanto houver distinções de sexo, haverá dominação de sexo, pois o valor pressupõe dominação do poder e exploração de uns sobre os outros, para garantir a acumulação.

Sendo assim, na divisão sexual do trabalho,⁴⁷ as mulheres encontram-se em atividades que remetem ao cuidado. Ademais, quanto maior a opressão em relação a classe e raça/etnia, maior o número de ocupantes nessas atividades. Esse compasso opressão-gênero acaba por estabelecer a desvalorização dos papéis femininos, estando estes estabelecidos em escala de menor valor.

Em âmbito mundial, o termo divisão sexual do trabalho compôs as pautas do movimento feminista na década de 1970,⁴⁸ com ascensão das lutas sociais e a insurgência de uma consciência da opressão da mulher nesta sociedade,

⁴⁷ Para o desenvolvimento desta temática, utiliza-se do conceito elaborado pelo feminismo francês e defendido por Helena Hirata: É, portanto, na perspectiva dinâmica inicial que queremos situar nosso referencial teórico. A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, 2007, p. 599).

⁴⁸ Embora a divisão sexual do trabalho tenha sido objeto de trabalhos precursores em diversos países, foi a França, no início dos anos 1970, sob o impulso do movimento feminista, que surgiu uma onda de trabalhos que rapidamente assentariam as bases teóricas desse conceito. Primeiro na etnologia (MATHIEU, 1991; TABET, 1998), depois na sociologia e na história (HIRATA, 2007, p. 597).

ampliando-se os estudos para confirmar o dado empírico de desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho.

O que implica a divisão sexual do trabalho é a transferência das desigualdades da formação social da esfera reprodutiva à da produção e vice e versa, num movimento dialético e indissociável que tem nas desigualdades de gênero, classe e raça/etnia representações em todas as esferas da vida e das relações sociais.

A família patriarcal burguesa e as estruturas sociais reproduzidas na forma valor-mercadoria⁴⁹ mantêm o homem na função da esfera pública, em detrimento à mulher que se constituiu na esfera privada (SCHOLZ, 1996). O capitalismo incorporou sistemas de opressão/dominação que atravessam as formas sociais, reproduzidos no nível do inconsciente⁵⁰ e legalizados, legitimados e concretizados por aparatos sociais e aparelhos ideológicos e repressores (ALTHUSSER, 1998) principalmente pela família,⁵¹ confirmando cotidianamente esse papel de cuidadora a ser exercido pela mulher.

En el derecho la distinción público/privado cruza todo el entramado normativo y responde a los parámetros que definen ambas esferas en las sociedades patriarcales. En efecto, las mujeres son tratadas explícitamente a propósito de la familia o de la sexualidad, es decir en relación a ámbitos propios de lo privado, a la par que son excluidas del ámbito público como lo demuestra su reciente conquista (menos de 100 años en Europa y menos de 50 años en muchos países latinoamericanos) del voto. Por otra parte, si bien se castiga la violencia sexual ejercida por extraños, no se penalizaban tradicionalmente conductas como la violación o el maltrato del marido a la mujer. Se trataba de una esfera gobernada por el jefe del hogar en la que el derecho actuaba como consagrador y legitimador de dicho poder. (FACIO, 2005, p. 267)

⁴⁹ O valor mercadoria é um conceito apresentado por Marx em *O Capital* para estabelecer o átomo da sociedade, a forma mínima que sustenta todas as relações sociais no capitalismo, mais bem apresentado no capítulo 3.

⁵⁰ Utiliza-se da apropriação da filosofia do direito do conceito de inconsciente da psicanálise em que: “O inconsciente se divide em duas grandes instâncias, Id e superego. O Id é responsável pelos impulsos de prazer. Trata-se de uma região basilar da personalidade, que busca a satisfação das necessidades. Pode-se vislumbrar esse impulso ao prazer é natural, biológico, ao ser humano. No entanto, o caráter se forma não só pelo Id, mas também pelo seu contraposto, o superego, uma vasta região da personalidade responsável pela repressão. A repressão é um impulso que começa do exterior e que, paulatinamente, passa a ser incorporado na personalidade. Sua *introeção* marca o inconsciente, porque o impulso de prazer torna-se barrado pela repressão. A sociedade, logo de início forma o superego, por meio da família, da escola, dos amigos. O prazer total fica limitado pela ação exterior. Com o tempo, o próprio indivíduo se responsabiliza pela sua repressão” (MASCARO, 2016, p. 526-527).

⁵¹ “A família estabelece em seu seio a unidade primordial para a sustentação das mínimas condições existenciais do trabalhador e, ainda, a reprodução geracional da própria força de trabalho” (MASCARO, 2013, p. 69).

Estando a mulher nessa condição histórica de referência a tudo que se constitui no âmbito privado, o exercício da maternidade, o cuidado dos/das filhos/filhas e, principalmente, sua responsabilização recaem essencialmente sobre ela.

As estruturas sociais e a repetição histórica de papéis de dominação-exploração das mulheres trazem repercussões diversas para suas vidas. No atual ciclo de desenvolvimento capitalista, pelas condições e expressões da “Questão Social”⁵² sofridas por essas mulheres, elas são encurraladas nas políticas sociais para infância⁵³ e, posteriormente, repreendidas pelo Poder Judiciário, respondendo processos judiciais, acusadas de negligência, maus-tratos e violação de direitos contra seus/suas filhos/filhas.

A repressão estatal contra as mulheres foi tratada na pesquisa de Fávero, 2007, intitulada de *Questão Social e Perda do Poder Familiar*, em que a autora destaca os “fatores objetivos, enquanto construção social” (p. 31) para demonstrar, por meio de análise documental dos processos das comarcas da capital paulista, o rebatimento da questão social na vida das famílias que perderam o poder familiar, refletindo sobre suas realidades, a partir do que constava nos pareceres psicossociais, peças, autos e sentenças judiciais. Fávero concluiu nessa pesquisa que:

Quanto à mãe ou pai pobres, desempregados ou subempregados, sem acesso a condições dignas de moradia, de trabalho e de atendimento às suas demais necessidades básicas, a intervenção no âmbito microssocial geralmente é inviabilizada, na medida que há carência de programas sociais e de programas de apoio emocional para atender às suas demandas. (FÁVERO, 2007, p. 192)

Na questão em estudo, a perda do poder familiar e o encaminhamento de uma criança para abrigo ou para adoção funciona, ainda que de forma ‘invisível’, como mecanismo de punição pela situação de pobreza vivida, responsabilizando as pessoas, individualmente, por não usufruírem de condições dignas de cidadãos. (p. 193)

⁵² “A “questão social” será mais bem desenvolvida no próximo capítulo, porém, como ponto de partida conceitual, adota-se a compreensão de Netto de que “a “questão social” é *constitutiva* do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. A análise de conjunto que Marx oferece em *O Capital* revela, luminosamente, que a “questão social” está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar na relação capital/trabalho – a *exploração*. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da “questão social”; na sua integralidade, longe de qualquer unicausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc” (NETTO, 2011, p. 157; grifos do autor).

⁵³ As políticas sociais para infância e a responsabilidade da mulher serão tratados no próximo capítulo.

Outra pesquisa organizada por Fávero, Vitale e Baptista (2008), sobre famílias de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, traz dados importantes sobre quem são essas famílias. Foi apontado na pesquisa que 78% das famílias entrevistadas são mulheres e 68% delas são chefes de família. “Pode-se pensar que esses dados são compatíveis com as transformações que vêm ocorrendo na família brasileira, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, que indicam que a mulher tem assumido um papel econômico preponderante” (p. 44).

Os autores complementam a análise de que esses dados podem indicar que as mulheres-mães⁵⁴ “são sempre referências para seus filhos” e ainda “que a mulher, independente das condições socioeconômicas, permanece vinculada aos filhos” (p. 45). Já o pai, pela construção histórica de irresponsabilidade pela paternidade⁵⁵, ora não registram ou quando registram são ausentes ou pouco participativos. Fávero aponta que as crianças quando registradas, não mantêm convivência paterna, pois naturaliza-se a ruptura de vínculos por abandono do pai, culturalmente sendo reproduzindo que a criação dos filhos compõe unicamente um universo feminino.

Dentro desse universo feminino, Fávero, ao descrever os motivos de rompimentos de vínculos entre mães/pais e seus filhos/filhas, considera que:

Socialmente convencionou-se que a mãe e, na história mais recente, o pai têm que amar o filho. E amor, nessa situação, significa cuidar adequadamente dele, material e emocionalmente. Portanto, a mãe (sobretudo) e o pai que não o fazem, estão deixando de cumprir seus deveres e violando direitos da criança. Essa violação de direitos está sujeita a sanções por parte do Estado, por meio do Poder Judiciário. (FÁVERO, 2007, p. 55)

⁵⁴ Mulheres-Mães – termo utilizado por Fávero ao se referir àquela mulher que acumula a condição de mãe.

⁵⁵ Ressalta-se que a irresponsabilidade pela paternidade foi uma construção histórica e social, que se confirma nos dados do Censo Escolar de 2011, quando revelou que 5,5 milhões de crianças não possuíam registros de nascimento com o nome do pai. As práticas sociais de declaração de paternidade nos registros de nascimento só começam a mudar no âmbito legal, apenas com a lei 13.112/15 em que permitiu à mulher, em igualdade de condições, a prerrogativa de comparecimento ao cartório para registro do nascimento do(a) filho(a), equiparando a obrigação dos genitores.

Fávero (2007), ao tratar do poder institucional estatal por meio das práticas judiciais, desenvolve o conceito de “violência⁵⁶ e poder simbólico” de Bourdieu, afirmando que esse poder, representado pelo Judiciário e personificado por meio dos “especialistas” – “Juizes, promotores, assistentes sociais, psicólogos, advogados, etc.” (p. 44), legitima um “saber-poder” que pode propagar variadas ações de garantia ou não de direitos, com o perigoso vício de atuar diante das aparências dos fatos.

Ainda, segundo a autora:

[os especialistas] Nas suas ações, enunciam um discurso carregado de saber-poder que pode direcionar a prática tanto para facilitar e garantir o efetivo acesso da população a direitos e à autonomia em suas decisões (ainda que se possa questionar o conceito de autonomia nas situações em que a luta pela sobrevivência está no cerne do recurso ao Judiciário) como para, no intuito imediato, e por vezes na necessidade, garantir proteção à criança, sobrepor o amparo físico ao vínculo afetivo, direcionando a ação para a separação da criança da família de origem, ou não dando tempo necessário para um conhecimento mais fundamentado da realidade objetiva e subjetiva vivenciada pelos sujeitos. (FÁVERO, 2007, p. 44)

Essas práticas responsabilizam principalmente a mulher por esse cuidado com os filhos. Fávero descreve que várias pesquisas e dados demonstram que “a mulher/mãe é quase sempre a principal, quando não a única personagem do processo de perda do poder familiar” (FÁVERO, 2007, p. 143).

Para tanto, apresenta-se a seguir como o Estado vem executando as políticas sociais para infância, principalmente de institucionalização, destacando como as mulheres-mães dessas crianças/adolescentes são controladas pelo Estado ampliado e, na atualidade, como está configurado o Poder Judiciário e como este intervém nos processos de acolhimento institucional e no proferimento de sentenças punitivas às mulheres.

⁵⁶ “Encontram-se num campo de violências visíveis e invisíveis – residindo a invisibilidade (de acordo com Bourdieu, utilizada pelas autoras) no fato de que a sociedade (a mulher que entrega, os profissionais que intervêm e os adotantes) não a registra como tal, naturalizando-a e justificando-a em razão do “superior interesse da criança”. A violência visível, decorrente da ausência de condições dignas de vida da família – que esconde o sistema de opressão e exploração político-econômico – é traduzida, por vezes, na entrega ou no abandono da criança, o qual dá visibilidade ao ato em si, mas não à sua construção (FÁVERO, 2007, p. 42).

CAPÍTULO 3: AS MULHERES E O PODER JUDICIÁRIO NA SOCIEDADE DO VALOR

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1999, p.16)

Partindo do objeto investigado – as mulheres-mães afastadas da convivência de seus/suas filhos/filhas por determinação judicial e a conformação da sociedade do valor nas sentenças judiciais – a análise imediata pode levar a entender que o Estado intervém na família (núcleo privado) para resguardar os direitos das crianças e adolescentes da convivência com uma família que os negligenciam, maltratam ou os abandonam. A decisão do sistema judicial, “no intuito imediato, e por vezes na necessidade de garantir proteção à criança” (FÁVERO, 2007), separa a criança da família de origem, por meio de argumentos que naturalizam e legitimam essa intervenção como imprescindível.

Entretanto, há razões mais complexas que conformam essa prática, derivadas da forma valor-mercadoria, como pôde-se apresentar nos primeiros capítulos. Quando as sentenças judiciais responsabilizam exclusivamente a mulher, por ela não agir tal qual a sociedade do valor espera, a rigor, esse ato jurídico expressa o poder político que reafirma o sistema patriarcal e a divisão sexual do trabalho

No capitalismo, tanto o aparato estatal e seus aparelhos ideológicos operam pela reprodução da sociedade do valor, no recorte de classe, quanto historicamente a sociedade se reproduz pelo valor no homem branco, pelo recorte do sexo e raça e etnia.

Esses atributos classe, sexo e raça/etnia são constitutivos e determinantes das relações sociais que atravessam a forma valor-mercadoria. O Estado, ao estruturar políticas sociais, segue pela mesma premissa.

O Estado não é nenhum burguês em específico nem está em sua função imediata. A sua separação em face de todas as classes e indivíduos constitui a chave da possibilidade da própria reprodução do capital: o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho. (MASCARO, 2013, p. 18)

Por tudo já apresentado anteriormente, está transposto aqui algumas reflexões históricas das políticas sociais brasileiras para infância, realizando um movimento de busca da apreensão do valor e como essa forma social é refletida nas sentenças judiciais de acolhimento institucional.

3.1. Políticas sociais para infância e a prática da institucionalização

Desde o fim do século XIX até hoje, as mudanças sociais pela via do direito são resultados calculados do capital que, por meio dos aparelhos repressivos e ideológicos⁵⁷ do Estado, criam políticas sociais com a finalidade de conter os movimentos de luta. Tais mecanismos, que aparentemente protegem, muitas vezes buscam o controle e a punição dos mais pobres. Assim é movimento contraditório do capital: a luta de classes pressiona, tensiona e há concessões e conquistas de direitos, porém o capital não se enfraquece, pois há um limite aos direitos concedidos. Quando concedidos, os aparatos e aparelhos estatais ainda os controlam para se afastar qualquer pretensão de se abalar a reprodução do valor, que se sustenta a partir da derivação de formas do valor-mercadoria.

Delimitou-se o presente estudo das políticas sociais para infância para entender o movimento do Estado na construção dessas políticas diante da consolidação do capitalismo nacional e a crescente industrialização no Brasil, galgando entender o valor atribuída às mulheres-mães nessa dinâmica.

A dominação/exploração da mulher e seu controle pelo Estado, refletida nos primeiros capítulos, já dão pistas do lugar das mulheres nas políticas sociais. Para tanto, apresenta-se a política social no pós-escravidão, com o início da ação social do Estado na justiça de “menores” e advento do Código de “Menores” de 1927, além de buscar as influências e interesses do Estado na formulação destas políticas.

A partir da industrialização, o crescimento das expressões da questão social foi exigindo respostas do Estado para garantir o fortalecimento do capitalismo. Os sujeitos de direitos e o arcabouço jurídico-normativo fizeram com que o Estado, como ente terceiro da relação capital *versus* trabalho, forjasse políticas sociais para

⁵⁷ Como já explicitado no primeiro capítulo, para Althusser: “O que distingue o AIE do aparelho (repressivo) do Estado, é a diferença fundamental seguinte: O aparelho repressivo do Estado <funciona pela violência> enquanto os aparelhos ideológicos do Estado funcionam <pela ideologia>” (1980, p.46).

atender as reivindicações de trabalhadoras e trabalhadores rechaçados pelas péssimas condições de trabalho.

No Brasil, a formação do Estado e do capitalismo tardio acompanharam o movimento abolicionista para o fim da escravidão. As maternidades das mulheres negras escravizadas e libertas e das mulheres brancas se constituíram de formas diferentes, muito associada ao poder político e econômico da época. Faleiros ressalta que apesar das baixas taxas de natalidade, pelas péssimas condições de vida das escravizadas e por “muitas vezes as mães escravas nutrizas eram separadas do filho recém-nascido ao serem vendidas ou alugadas como amas-de-leite” (2011, p. 204), ainda assim, as crianças eram dificilmente abandonadas, tendo sua criação executada de forma coletiva, por toda comunidade escravizada.

A criança escrava não era, pois, objeto de proteção por parte da sociedade. Sua sina estava traçada como propriedade individual do senhor seu dono, como patrimônio e mão-de-obra. Contava ela, no entanto com uma sorte de família ampliada – a dos escravos, que lhe oferecia proteção, referências culturais e vínculos afetivos. Não havia grande número de crianças escravas abandonadas. (FALEIROS, 2011, p. 206)

O poder dos senhores de engenho e a construção de uma política patrimonialista (MATOS; PARADIS, 2014) no Brasil tiveram repercussões também para infância pobre. As crianças abandonadas pelas famílias mais pobres, ou dos mais abastados para esconder a vergonha moral na roda dos expostos,⁵⁸ ocasionalmente, tornavam-se mão de obra agrícola e doméstica para os senhores de engenho.

Nos últimos anos do século XIX, o Brasil passou por uma série de mudanças no que diz respeito à força de trabalho e ao regime de governo. Em 1888 foi abolida a escravidão e em 1889 foi proclamada a República, por militares e representantes das elites e das camadas médias urbanas de tendência positivista. (MOTT, p. 203)

No fim do século XIX no Brasil, surgiram muitas instituições educacionais e assistenciais para cuidado das crianças pobres que eram recolhidas pela polícia nos centros urbanos de alguns estados brasileiros. No período pós República as ideias eugênicas⁵⁹ e higienistas⁶⁰ eram hegemônicas e compunham discursos acalorados

⁵⁸ Para compreender os fundamentos da roda dos expostos, cita-se o artigo: Leite (2016).

⁵⁹ Sobre as teorias de eugenia ver Góes (2015, p. 20-60). Góes apresenta que o movimento eugenista, que influenciou nações como EUA, França e Alemanha com a ciência de biologizar os

de que era preciso “recuperar os desviantes” e a institucionalização era prática frequente à época (RIZZINI, 2011b, p. 225).

Descreve Irene Rizzini, que o Brasil viveu um início do século XX na efervescência das disputas de dois grandes grupos econômicos: o tradicionalismo agrário e os novos grupos com ideais republicanos. “A arena política, dominada por uma elite letrada, de formação predominantemente jurídica, tinha diante de si uma opção paradoxal a fazer: (...) Instruir e capacitar para o trabalho, mantendo-o sob vigilância e controle.” (2008, p. 143). Anteriormente ao séc. XX, a criança era tratada no âmbito familiar e religioso, apenas ganhando conotação de ações no âmbito público no início do século passado.

De forma tímida, alguns personagens da elite da época, inspirados nas novas ideias da modernidade europeia, apresentavam, em discursos públicos e matérias da imprensa, projetos para organização da assistência pública, bem como para infância. “A ênfase recaía sobre dois aspectos: a centralização dos serviços, o controle do Estado sobre os mesmos e a aliança dos setores públicos e privados na execução do atendimento” (RIZZINI, 2008, p. 38).

Com a incorporação dos preceitos republicanos pelo Estado e a industrialização conduzindo a economia, houve a exigência de uma força de trabalho capacitada. A elite passa a buscar na infância um investimento ao “futuro da nação”, investindo em uma educação voltada para “recuperar os menores” (RIZZINI, 2008, p. 144), ou seja, as crianças pobres.

fundamentos das relações sociais, buscaram legitimar o extermínio dos pobres, com argumento de combater o avanço da pobreza. Conforme o autor: “o movimento eugenista contou com o casamento entre capital e ciência” (p. 52), pois o desenvolvimento do capitalismo dependia de uma ciência que fortaleceria o Estado e ao mesmo tempo enfraqueceria as classes operárias que, pelo processo histórico de dominação e exploração, tinham cor e regionalidade. A eugenia foi a ciência que buscou na biologia argumentos para supremacia da etnia europeia, tornando as demais raças inferiorizadas. No Brasil foi largamente aplicado a partir das ideias de Renato Kehl nas primeiras décadas do século XX. A eugenia compôs a política do Governo Vargas: “A aproximação entre assistência à infância e a eugenia está bem representada na afirmação do Juiz de Menores Sabóia Lima (1939, p. 503), “proteger a criança é valorizar a raça!”. O objetivo eugênico aparece até nos estatutos de associações, como o Patronato de Menores” (RIZZINI, 2011, p. 248).

⁶⁰ O movimento higienista teve grande incidência no século XX e propunha uma intervenção no âmbito da saúde, com intervenção política para limpeza da pobreza. “Dentre os atores ou agentes que articulam as forças em torno das políticas para a infância considerada pobre, desvalida, abandonada, pervertida, perigosa, delinquente destacam-se os higienistas e juristas, encaminhando estratégias de controle da raça e da ordem, combinadas, não raro, com a interação do setor estatal e do setor privado. A influência dos *higienistas* se faz sentir na criação da Seção de Higiene Infantil do Departamento Nacional de Saúde Pública e a influência dos *juristas*, na maioria juizes e advogados, na criação dos Juizados de Menores” (Faleiros, 2011b, p. 42).

A proposta de educação às crianças era nitidamente dar ao pobre ferramentas para serem utilizadas pela própria elite no processo de industrialização, sendo a educação uma forma de adestramento físico e mental das crianças pobres, trazendo um traço demarcado de assistência à infância de cunho autoritário, ligado à justiça. Trazia a clara eliminação do que representava o Brasil velho: com a promessa de “sanear, moralizar e civilizar” o pobre na figura do “feio, sujo, negro e bandido”. Com isso nasce a associação da criança pobre e negra à criminalidade e ao termo “menor”, remetendo-se ao “pequeno bandido”, “criança institucionalizada”. O foco da intervenção estatal e do público passa a ser o “menor”, ou seja, a criança pobre, associada a periculosidade (RIZZINI, 2008, p. 146).

Na década de 20, quando eram consolidadas as leis de assistência e proteção ao menor, registra-se “(...) a quase inexistência de um sistema organizado de educação pública no país” (Shwartzman, Bomeny, Costa, 1984:52) e a ocorrência de tentativas de politização no campo educacional (Carvalho, 1989; Romanelli, 1991). Destaca-se o “Movimento da Escola Nova”, liderado por educadores de renome como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. O movimento encontrou grande resistência, sobretudo por parte da Igreja Católica, tendo alguns de seus líderes sido taxados de comunistas e caído no ostracismo (Shwartzman, Bomeny, Costa, op.cit). São dados que nos ajudam a entender porque nossos reformadores de então, em particular, os juristas que se percebiam como missionários por um Brasil saneado, defendiam outras ideias. (RIZZINI, 2008, p. 147)

Essa associação ao “menor” corroborou para prática higienista e institucionalizadora, de caráter moralizador, justificando “a ação concebida nos moldes da justiça-assistência, priorizando-se a reeducação/regeneração/reabilitação como fórmula socialmente legitimada para a meta de civilizar o Brasil” (p. 147).

De acordo com Rizzini, foram marcos legais para proteção à infância na década de 1920, criando o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e Delinquente; a regulamentação da assistência e proteção aos menores abandonados e delinquentes. Em 1927 é promulgado o decreto nº 17943-A, de 12 de outubro, o Código de Menores, popularmente conhecido como Mello Mattos,⁶¹ que, pela doutrina do “menor em situação irregular”, as crianças pobres tornam-se merecedoras da tutela do Estado, dividindo as ações para “os menores abandonados” e os “menores delinquentes”. Em São Paulo, houve a instalação do

⁶¹ O juiz José Cândido de Mello Mattos foi o primeiro juiz de menores da América Latina, atuando no Rio de Janeiro e sendo referência das primeiras atuações do Juizado de menores da época.

Juízo dos Menores da Comarca da Capital e um abrigo provisório. Essas legislações institucionalizaram uma justiça assistencialista, concedendo a um juiz de Menores o poder da execução dos atendimentos que com frequência conduziam, de forma moralista, as crianças para internação.

Em 1937, o Estado posiciona-se a favor da assistência à infância, descrevendo Getúlio Vargas que “se acumulam fatores nocivos à formação de uma raça forte e sadia”, exaltando o nacionalismo e revelando o método utilitarista para pensar uma nação no futuro (RIZZINI, 2008, p. 147).

A assistência pública à infância até a década de 1940 era realizada pelos juízes de Menores. A partir daí o Governo Getúlio Vargas implementa o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), o Departamento Nacional da Criança (DNCr) e a Legião Brasileira de Assistência (LBA). Rizzini divide a apresentação desses três marcos para a infância e torna claro, na política governamental, a dicotomia no atendimento ao menor e a criança, tornando o menor suscetível a investigações diagnósticas de perfil relevantes à criminalidade.

Primeiramente, acerca do SAM, como órgão centralizador dos serviços ao “menor”, descreve que:

Em 1940, o governo criou uma política de proteção materno-infantil, tendo como meta a preparação do futuro cidadão, de acordo com a concepção de cidadania da época, isto é, a formação do trabalhador como ‘capital humano’ do país, através do preparo profissional, e o respeito à hierarquia através da educação da criança (Pereira, 1992, p.18). Instalou-se, então, o Departamento Nacional da Criança (DNCr), órgão responsável pela coordenação das ações dirigidas à criança e à família. (p. 264)

Apesar de o SAM compor o primeiro serviço institucional do Poder Executivo direto para atenção à infância, “não representaram nenhuma novidade no campo das ideias e das práticas correntes no atendimento ao menor” (p. 264). Inclusive a subordinação do serviço continuou vinculada ao Ministério da Justiça. O desenvolvimento desse serviço não criou apelo popular, tendo, a partir da década de 1950, resumido basicamente a uma referência de “escola do crime” (RIZZINI, 2008, p. 266).

Sobre a complexa criação da Legião Brasileira de Assistência – LBA, em 1942, a autora destaca que foi “pela primeira-dama Darcy Vargas com o objetivo de assistir às famílias dos convocados na II Guerra Mundial” (p. 273). Nasce a institucionalização do primeiro-damismo a frente de um programa de governo para

assistência à família e à infância. A autora descreve que, para cada conjuntura política, havia uma ênfase nas ações da LBA, indo do assistencialismo de 1940, passando pela perspectiva desenvolvimentista de 1960 até a geração de renda inspirada na década de 1980.

Basicamente a LBA investia em instituições privadas e públicas parceiras, direcionando, a partir da década de 1960, trabalhos com comunidades e família, diminuindo a subvenção às “obras sociais”, indicando pela diminuição de internações em educandários e a manutenção dos menores em suas famílias (princípio adotado como diretriz na criação da Funabem em 1964). Nesse período, segundo a autora, houve uma estratégia governamental para remanejamento e cortar despesas com políticas de atendimento familiar e à infância (RIZZINI, 2008, p. 278).

A Funabem nasceu com uma proposta às avessas do SAM, com a divulgação de ações de execução e monitoramento sob a forma da lei 4.513/64, um conjunto de práticas administrativas, metodológicas e financeiras sanar todas as irregularidades e dificuldades apresentadas pelo SAM.

A estrutura da Funabem estava vinculada diretamente à Presidência da República e definiu um Conselho Nacional, que tinha seu presidente indicado pelo presidente da República e outras composições de representantes do poder público e iniciativa privada, visando a centralização da política de atendimento: “Era de sua exclusiva competência definir a Política Nacional do Bem-Estar do Menor (art. 10, b)” (VOGEL, 2011, p. 290).

Vogel descreve um “processo social perverso” envolto das crianças e a preocupação do governo de que a marginalidade poderia criar uma “desarmonia”. “No âmbito da ‘questão social’ configurava-se, assim, uma ‘questão do menor’. O processo de marginalização de crianças e adolescentes tinha que ser reconhecido como uma regra geral” (VOGEL, 2009, p. 292).

Naquela época, diante de práticas políticas para garantir o desenvolvimentismo, incorporou-se a ideia de pensar no futuro da nação, focando em ações de proteção aos “menores carentes”, caracterizando como um problema da família, de tal modo que a ênfase passou a ser a retomada da funcionalidade da família, na tentativa de evitar a prática da internação para investir na reintegração do “menor” no ambiente familiar.

Sob o lema: “Brasil Jovem: A base do futuro sem fronteiras”, a Funabem investiu em propaganda e disponibilizou periódicos de cunho moralista para sensibilizar a população: “um discurso salvacionista, que ia de par com a autocomplacência de um apostolado em prol do resgate da juventude e da família brasileira” (BAZÍLIO, 1985, p. 55-56 apud VOGEL, 2009, p. 298).

O autor desenvolve de forma crítica a construção, a partir de 1974, das atividades do governo voltadas à prevenção, iniciando a campanha em trabalhar o “menor marginalizado”, transformando-o em “cidadão útil à sociedade”. Para além desse público, o governo trabalhava a mensagem da preservação da moralidade da família brasileira. O tom moralista e em referencial funcionalista apresentava a responsabilidade da família pela geração e proliferação dos vícios. Então se cria a ideia da dicotomia família boa e família ruim, o que, segundo o autor, trata-se de uma “conspiração contra a família”, dependendo de sua organização, ficando suscetível a “gerar o enfraquecimento dos laços domésticos, debilitar a formação da juventude ou destruir os valores cristãos” (p. 301).

Nesse ponto, o autor destaca a imposição de “vilões” sociais, justificando a ameaça à família por aqueles que eram contra os valores do cristianismo, resumidamente atribuindo esse fardo aos traficantes e aos comunistas. Achados os “culpados”, engrossa-se o controle por meio da força e repressão e acalma-se as massas, escamoteando-se o real motivo da crescente desigualdade social.

Porém, a política desenvolvimentista para expansão do crescimento econômico, associada ao trabalho realizado com as famílias e os “menores”, não freou o crescimento da pobreza no País, chegando a problemática até o legislativo, sendo aberta uma CPI para apuração da situação da Funabem.

A análise feita levou a considerar que o crescimento demográfico agravava a pobreza e que a instituição não conseguia sanar a “magnitude do problema” nos níveis estaduais e municipais, indicando como “recomendação síntese” a criação de um Sistema do Menor, que implicaria ao Governo uma reorganização administrativa para sua execução (VOGEL, 2009, p. 306). Porém, não se concretizou e a Funabem passou a subordinar-se ao Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), juntamente a LBA e demais programas, continuando “a exercer sua cada vez mais controvertida política, até o final dos seus dias” (p. 307).

Nos anos 1980, muitas mudanças ocorreram no atendimento à infância. Nos primeiros anos pelo esgotamento da Funabem, com a intervenção do Unicef,

iniciaram a busca por alternativas ao atendimento à infância no Brasil. De 1982 a 1986, pelo crescente aumento de crianças e adolescente morando nas ruas, houve mobilização do movimento de meninos e meninas de rua e a criação da Comissão Nacional Criança e Constituinte. Nesse período, foi assinado o Termo de Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Unicef e o Ministério da Educação, consolidando a parceria do setor público federal com organismos da sociedade civil, o que Vogel (2009, p. 307-309).

Em pleno debate mundial das concepções fundamentais ligadas à infância na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (aprovada em 1989), ao fim da década de 1980, houve um avanço em termos de legalidades e institucionalização de serviços no Brasil, com a promulgação da Constituição Federal/1988 incorporando a defesa da proteção à criança em seu art. 227, sob a tutela do Estado, família e sociedade em prioridade absoluta, bem como a aprovação da lei. nº 8069, em 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e Adolescente com a criação de Conselhos de Direitos da Criança e Adolescente – como mecanismo de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas para criança e adolescente – e os conselhos tutelares, como órgãos de proteção à infância e adolescência.

O ECA⁶² é aplicado de forma fragmentada, utilizando de reflexões avançadas para execução de práticas arcaicas, atravessadas pela construção ideológica da segregação racial e na institucionalização da pobreza. Essas práticas conservam os mesmos preceitos da escravidão, com nova roupagem. Ainda hoje as crianças/adolescentes são separadas de suas famílias de origem, na maioria das vezes separadas de suas mães – por serem únicas responsáveis pelos filhos – pelo motivo da pobreza ou falta de acesso aos serviços essenciais básicos e de sobrevivência. Os vínculos fragilizados pelas duras realidades de vida, são rompidos pela reprodução estatal da institucionalização.

Analisando as políticas sociais para infância, percebe-se que estas foram fruto da pressão social, na luta pela melhoria do tratamento desse segmento na sociedade. As lutas foram travadas contra o Estado e a favor dele, ou seja, exigiu-se o remodelamento dos atendimentos, a descentralização das ações e a universalidade dos atendimentos, no transcorrer das lutas históricas e, como

⁶² Recomenda-se a leitura do terceiro capítulo do livro Entre Proteção e Punição: o controle sociopenal dos adolescentes de Maria Liduína de Oliveira e Silva, 2011: O Estatuto da Criança e do Adolescente nasce como resposta ao esgotamento do código de menores: Descontinuidades e Continuidades.

resposta, houve diversos desmembramentos de ações do Estado e dos aparelhos ideológicos na formatação de legislações progressistas, mas que evidenciaram o poder do Estado na regulação da infância. Portanto, as lutas atravessadas pela forma valor, de algum modo reforçam as formas sociais.

As legislações para infância em alguma medida compuseram e permanecem a compor amortecedores dos reflexos das manifestações da questão social, contudo sobrepõe o poder repressor do Estado ao da sociedade.

A tutela estatal para infância compôs historicamente um ideário de proteção ao capital humano do futuro, e a forma de organização das políticas sociais sempre buscou a institucionalização como modo de garantia da ordem pública, desde as primeiras regulações pós industrialização no Brasil.

A prática da institucionalização é secular e foi apropriada pelo capitalismo, como um *modus operandi* de organização da sociedade, diante das mazelas capitais envoltas ao desenvolvimento industrial e pós-escravidão. Institucionalizar a infância é ato *continuum* do Estado, na tentativa de regular as relações sociais.

Desde as primeiras regulações do Estado, com bases higienistas e eugênicas, passando pelo SAM, LBA e Febem, até atualmente a Fundação Casa e os Serviços de Acolhimento Institucional, essas instituições do Estado possuem traços importantes que convergem a um mesmo ideal constitutivo: A repressão do Estado na ação do cuidado, historicamente reproduzido como responsabilidade da família e, em maior medida, das mulheres.

O peso da responsabilidade pela institucionalização recai quase que exclusivamente às mulheres, como as responsáveis pelo cuidado no âmbito doméstico. O Estado, por meio do Poder Judiciário, ao sentenciar pelo acolhimento institucional das crianças/adolescentes, determina politicamente que o rompimento de vínculos é essencial, em certa medida, para preservar os direitos da criança/adolescente.

Todavia, essa resposta do Estado, diante das demandas às expressões da questão social, escondem situações históricas de opressão e dominação das mulheres. Diante disso, questiona-se: A institucionalização de crianças no capitalismo, representa o poder repressor do Estado, em desfavor às mulheres-mães pobres? Em que medida o acolhimento está atravessado pela forma valor-mercadoria? Analisar os processos de acolhimento institucional e as sentenças

judiciais permite identificar como o poder repressor e ideológico do Estado responsabiliza a mulher-mãe pela ação do cuidado.

3.2. Poder Judiciário e o processo de acolhimento institucional pós Estatuto da Criança e do Adolescente

O direito é uma forma que estrutura o capitalismo na defesa da propriedade privada, por meio da liberdade individual (sujeitos de direitos) e da igualdade formal trazida pela lei (de que todos são iguais perante a lei). O Estado, como representante do poder regulador e reproduzidor do capital, utiliza de instrumentos opressores e repressores para controle das classes dominadas e estrutura o valor.

No capitalismo, as estruturas sociais funcionam na base de direitos e deveres esparramados indistintamente por todos os sujeitos de direito. A mecânica do capitalismo se pauta na livre compra e venda da força de trabalho, na autonomia da vontade, na garantia do direito individual de propriedade. Os motores das relações sociais são os sujeitos, talhados por formas sociais e constituídos por meio de arcabouços linguísticos advindos estruturalmente das suas práticas sociais. São os sujeitos que operam o capitalismo. O jurista, nessa estrutura social, não pode representar um risco à dinâmica do sistema. Pelo contrário, o Estado, que se materializa em cada caso concreto na figura do juiz, deve deixar passar suas estipulações gerais sem que haja variações bruscas em cada julgamento. Daí a imperiosidade do controle das decisões jurídicas. O juiz julgará argumentando a respeito dos fundamentos de sua decisão, de tal sorte que possa haver recurso e o controle consiga então se estreitar, chegando até aos órgãos de cúpula do Poder Judiciário, que por sua vez unificam ideologicamente e estruturalmente a qualificação dada aos fatos jurídicos, a partir das balizas jurisprudenciais. (MASCARO, 2016, p. 182-183)

Todo arcabouço jurídico, que inclui os sujeitos de direitos, estrutura um determinado modo de interpretação e aplicação da norma que de todo modo beneficia determinados grupos ou classes que normalmente ocupam o poder de Estado. Diante da divisão de poderes adotada pelo Estado, cabe ao Poder Judiciário o papel institucional de promover a justiça⁶³ e julgar processos com diversificadas demandas no âmbito e abrangência pública e privada.⁶⁴

São os juízes de primeira instância, investidos do poder de Estado, que atuam em processos nos quais a demanda são denúncias de violação ou iminência de

⁶³ Aqui utiliza-se conceito de justiça contemporânea em que o Estado garante por meio de normas e relações contratuais, a defesa da propriedade privada.

⁶⁴ Há importantes considerações sobre a construção histórica dos tribunais e sua incidência nas decisões políticas, porém não será possível desenvolver aqui, recomendando-se a leitura de Stotz (2013) e Fávero; Melão e Jorge (2011, p. 31-35).

violação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.⁶⁵ A ação judicial se inicia quando se provoca o Poder Judiciário requerendo alguma tutela do Estado.

Geralmente as comarcas possuem equipe técnica de peritos, auxiliares de juízes e juízas, composta de assistentes sociais e psicólogos/psicólogas judiciários/judiciárias que atuam em processos nas Varas da Infância e Juventude, Família, Violência Doméstica e outras Varas especificadas em regulação própria pelos Tribunais.

O/a juiz/juíza, a frente das Varas da Infância e Juventude, julga os processos provocados pelos órgãos de defesa e de garantia de direitos da criança/adolescente⁶⁶, podendo aplicar as medidas de proteção referenciadas no art. 101 do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei 8069/90), nos casos de ameaça ou violação de direitos, que conforme o art. 98 dessa lei se dá:

- I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- III - em razão de sua conduta.

Dentre as medidas protetivas do dispositivo legal, o acolhimento institucional é a mais agravada e só deve ser aplicada pela autoridade judicial, assegurados os princípios da excepcionalidade e brevidade.⁶⁷ Cada operador do direito avalia, conforme seu julgamento, como resolver casos que justifiquem a aplicação de tal

⁶⁵ A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8069/90) dispõem em seus arts. 227 e 4º respectivamente sobre os deveres do Estado, Família e Sociedade em garantir os direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. O ECA sintetizou tais direitos dispondo-os em cinco capítulos: Cap. I: Vida e Saúde (arts. 7º ao 14); Cap. II: Liberdade, Respeito e Dignidade (arts 15 ao 18); Convivência Familiar e Comunitária (arts. 19 ao 52); Cap. IV: Educação, Cultura, Esporte e Lazer (arts. 53 ao 59) e Cap. V: Profissionalização e proteção ao trabalho (arts. 60 ao 69).

⁶⁶ O Sistema de Garantia de Direitos (SGD) apoia-se em três eixos: a promoção dos direitos, a defesa dos direitos e o controle social. São exemplos das instâncias que compõem o SGD: os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos Tutelares, as Delegacias Especializadas, o Ministério Público e os Serviços e Programas de Atenção à Criança, ao Adolescente e suas famílias, etc.

⁶⁷ Com o advento da lei nº 13.509/2017, modificando alguns artigos do ECA e superando a Lei 12.010/12, ficou determinado que toda criança/adolescente em acolhimento institucional deve permanecer no máximo por 18 meses nas instituições de acolhimento, tendo sua situação reavaliada a cada três meses. Esse movimento vem atender a uma demanda da sociedade civil que clamam pela celeridade processual, pela via da entrega dessas crianças para família substituta. Aqui se estabelece de forma clara a tendência do direito em privilegiar grupos. Entre propor políticas sociais de acompanhamento familiar para reconstrução da vinculação de origem e diminuir o tempo de espera de famílias de pretendentes. Há um recorte de classe. O Estado atua tendencialmente pela família que melhor atende aos interesses burgueses, em cuidar de uma futura força de trabalho, resolvendo conflitos pela via do núcleo privado (família). Esse movimento aparece no campo das aparências como forma de zelar pela prioridade absoluta da criança. Mais adiante será melhor tratado os nós que se apresentam nos processos de acolhimento institucional.

medida, como: situações de violência, maus-tratos, negligência familiar ou orfandade.

Quando um juiz determina que em uma demanda judicial uma das partes tem toda a razão, não está mecanicamente e automaticamente explicitando o óbvio ou o que seria extraído, objetivamente e por todos, das leis ou dos fatos, e sim está decidindo, valendo-se do poder que lhe é dado por meio das competências estatais. Tal ato de decisão é argumentado, mas o controle dessa argumentação e de sua congruência com a realidade vai apenas até um certo ponto. (...)

Horizontes que transbordam as normas e os fatos jurídicos específicos, confirmando ou mesmo negando a lógica jurídica e sua sistemática, revelam que o fundamento concreto e último das decisões jurídicas não é técnico-normativo. Embora estipulações normativas e institucionais sejam mecanismos para constituir a expressão e o controle dessas decisões, ainda assim o fenômeno jurídico está atravessado pelas situações existenciais e pelo poder, estruturado por formas sociais e pela ideologia. (MASCARO, 2016, p. 183-184)

O poder de Estado em determinar uma medida, na forma da lei ou proferir uma sentença, impõe ao magistrado a condição do exercício de um poder. A manifestação desse poder está atravessada pela forma do valor-mercadoria. Estabelece-se aqui uma conexão das formas política e de subjetividade jurídica, em se valer do direito, na condição de ocupante de um cargo de alto poder estatal, portanto, o ato de julgar não é neutro na pura aplicabilidade da norma/lei⁶⁸ cada julgamento está carregado de referências ideológicas do sujeito instituído para dar aplicabilidade ao direito. Dessa forma cada juiz/juíza, que determina o acolhimento institucional, não o faz de forma neutra e não o faz pela lei, mas pela leitura de realidade atravessada pelas formas sociais⁶⁹.

A cada medida de acolhimento institucional, o/a juiz/juíza tem como atribuição acompanhar esses processos, reavaliando-os a cada trimestre, na designação de audiências concentradas.⁷⁰ No período de institucionalização, a família de origem

⁶⁸ Sobre as interpretações da aplicabilidade jurídica, Mascaro apresenta três caminhos diversos da filosofia do direito contemporâneo: pela via dos juspositivistas, os não juspositivistas e a teoria crítica. Dentro de cada grupo há uma identificação de ideias e visões de homem-mundo que os separam e ao mesmo tempo agrupa uma série de filósofos do direito com leituras próprias sobre o fundamento das relações sociais (Ver MASCARO, 2016, p. 310-319).

⁶⁹ Os/As juízes/Juízas são diretamente influenciados pelos estudos/laudos/pareceres das equipes técnicas do juízo. Portanto, a produção das sentenças como controle do Estado, estão atravessadas também pela atuação profissional de assistentes sociais e psicológicos, que de forma indireta, mas com o devido peso e responsabilidade, contribuem para formação da opinião do juízo sobre as situações vividas pelas famílias.

⁷⁰ Audiências concentradas não são obrigatoriedades legais, mas uma recomendação da Corregedoria Geral da Justiça pela instrução normativa nº 02/2010, em que o/a magistrado/magistrada, com a presença e participação de equipe interprofissional da rede protetiva de garantia

do/da acolhido/a deve permanecer em acompanhamento sistemático pela rede socioassistencial, conforme proposto no Planos Individuais de Atendimento (PIA), buscando alternativas⁷¹ para posterior retorno à convivência familiar. Porém, com o trâmite processual, verificando a impossibilidade de retorno da criança à família de origem, o Ministério Público tem a faculdade de entrar com o processo de destituição do poder familiar, sendo determinado ou não em juízo a ruptura permanente de vínculo entre mãe/pai e filhos.

Aparentemente a intervenção estatal na vida de uma família (supostamente violadora e hipossuficiente para o cuidado de crianças/adolescentes) indica proteção do Estado às crianças/adolescentes. Todavia, há determinantes que, diante dos riscos apresentados às crianças/adolescentes, diante das limitações materiais e objetivas das famílias em exercerem o cuidado, tendem a fazer com que o Estado e o direito impeçam a família pobre a permanecer com a guarda dos/das filhos/filhas.

É necessário extrapolar o universo jurídico para melhor entendê-lo como um braço do poder de Estado, que tem a função de codificar as relações sociais e arbitrar conflitos, mas cuja elucidação é tributária da compreensão da trama da vida em sociedade, fonte dos reclamos e terreno sobre o qual se materializa o atendimento efetuado no âmbito do Poder Judiciário. (IAMAMOTO, 2004, p. 294; grifo da autora)

Dentro ainda do entendimento de que as formas jurídicas e política-estatal derivam da forma valor-mercadoria, Mascaro descreve como o Estado se apropria de institutos antigos e os transforma pelo viés da forma do valor-mercadoria, endossando preconceitos e diferenças biológicas como aparato de reprodução, como foi o caso do patriarcado:

A noção de homem e mulher é retrabalhada no capitalismo. Os grupos sociais tradicionais – como a parentela – são dissolvidos em favor de um núcleo familiar plantado na vinculação entre homem e mulher. Em sociedades nas quais a vida depende da posse de bens que são adquiridos no mercado, é a centralização do papel do assalariado nas mãos do homem que forja o moderno patriarcado. O machismo vai de par com o capitalismo. Há um liame necessário entre a forma mercantil e a forma da família monogâmica heterossexual reprodutora. A forma política se põe a complementar, em tal caso, a dinâmica das formas. Os padrões sociais que sejam distintos do casamento monogâmico heterossexual são tanto

dos direitos da criança e do adolescente, realiza um levantamento para manutenção da medida ou das alternativas a curto prazo para o desacolhimento institucional (retorno à família de origem ou entrega à família substituta).

⁷¹ Destaca-se que a busca por alternativas significa oferecer às famílias políticas sociais que garantiriam condições reais para (re)assumirem a guarda do(s)/da(s) filho(s)/filha(s).

repudiados socialmente quanto juridicamente. Com base também num emparelhamento com a repressão política, as religiões estabelecem a noção “divina” de família e a sociedade circula a noção “natural” do que espera de seus vínculos. (2013, p. 67)

Nessas condições apresentadas por Mascaro, ressalta-se que a esse núcleo familiar patriarcal, em que “o machismo vai de par com o capitalismo”, há algumas composições familiares, principalmente das classes mais pobres, em que a figura do homem é simbólica, ocupando as mulheres o papel de provedoras e cuidadoras. Como a estrutura patriarcal foi apropriada pelo capitalismo, a instituição família acompanhou as mudanças do desenvolvimento do capital: as mulheres duplamente exploradas nas atividades externas e internas ao lar, assumindo em grande medida uma maternidade solo, uma das manifestações da estrutura patriarcal, que foca a responsabilidade do cuidado de filhos/filhas nas mulheres, como demonstrada no capítulo anterior. Ressalta-se que muitos homens não assumem a responsabilidade nem do registro dos/das filhos/filhas, não exercem o trabalho do cuidado e não contribuem para o sustento da família.

Essas famílias muitas vezes apresentam dificuldades de manter o cuidado dos/das seus/suas filhos/filhas, tendo, no espaço privado intrafamiliar, a reprodução de diversas formas de violência. Nessa situação, a imagem sacra da família se decompõe e nesse momento é exposta as fragilidades institucionais, todavia individualizando e responsabilizando a incapacidade do cuidado em um sujeito: a mulher.

Especificamente nos processos de acolhimento institucional, estabelece-se o controle das famílias e das classes dominadas pelo aparato estatal e seus aparelhos ideológicos. Sobretudo esse controle ocorre pela via do patriarcado, no julgamento das mulheres-mães, subjugando em maior intensidade, as mulheres negras, por todo processo constitutivo histórico apresentado anteriormente do pós-escravidão.

A seguir demonstra-se como o controle estatal, atravessado pela forma valor, dá-se materialmente na vida de mulheres, juridicamente julgadas pelo Estado pela violação do cuidado de seus/suas filhos/filhas. Para essa análise foi desenvolvida uma pesquisa documental nas sentenças judiciais conforme se vê adiante.

3.3. As mulheres e os processos de acolhimento institucional

O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito. Contrariamente aos preconceitos, ele talvez não esteja profundamente inscrito na natureza feminina. Observando-se a evolução das atitudes maternas, constata-se que o interesse e a dedicação à criança se manifestam ou não se manifestam. A ternura existe ou não existe. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada, ou o quase nada. Convictos de que a boa mãe é uma realidade entre outras, partimos à procura das diferentes faces da maternidade, mesmo as que hoje são rejeitadas, provavelmente porque nos amedrontam. (BADINTER, 1985, p. 22-23)

Recentemente, a partir da década de 2000, várias pautas sobre a maternidade, vastamente debatidas e conquistadas pelos movimentos feministas, vem sendo paulatinamente regredidas por ações estatais conservadoras. A pauta da vez é o retorno da mulher à maternidade integral, tendo como alegoria a defesa da saúde infantil, o bom desenvolvimento do recém-nascido e a vinculação mãe-filho/filha na primeira infância.⁷² São pautas humanistas como: amamentação prolongada, tempo de dedicação integral aos filhos, práticas do cuidar e do brincar, dentre outras ações que são dificultadas pelo modo de vida na sociedade atravessada pelo valor-mercadoria.

Essas novas reflexões sobre a maternidade ganharam força entre os especialistas da saúde e educação e reforçam exigências da maternidade à mulher, por esta ocupar ainda o espaço privado e doméstico. Há um elo do amor materno de Rousseau de séculos anteriores com a pauta atual: revestir as mulheres da responsabilidade do cuidado aos/as filhos e filhas. Se antes o amor materno, com apelo cristão, reforçava a presença da mulher branca no ambiente privado, hoje o apelo para culpa e a responsabilidade única pelo cuidado centrado na individualização do cuidado pela família.

Todavia, há uma contradição: a sociedade do valor vem determinando a permanência da conquista de direitos às mulheres nos espaços públicos. As mulheres necessitam trabalhar para terem a própria sobrevivência. Como então se

⁷² O Banco Mundial e outros organismos internacionais trazem uma pauta importante de construção de políticas sociais de combate à pobreza, apresentando uma cartilha com estudos da neurociência que afirma que estímulos na primeira infância constroem indivíduos mais capacitados. É o investimento que se faz para o rompimento do ciclo da pobreza, na construção da capacidade do “capital humano do futuro”, com o Early Childhood Care and Development – ECD – Desenvolvimento e Cuidado da Primeira Infância. No Brasil esse movimento foi crescente a partir de 2000, quando uma frente parlamentar foi capacitada para aplicar a cartilha localmente, havendo algumas iniciativas regionais e alto investimento de instituições como o Alana (Instituto do Banco Itaú), Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (fundada pelos herdeiros do antigo banco Mercantil) e Bernard Van Leer. Em 2016, foi implantado o Programa Criança Feliz, com repercussão nacional e sérios retrocessos para a política de assistência social no País.

configura na atualidade a realidade do cuidado para mulheres-mães trabalhadoras, com a diminuição da corresponsabilidade estatal e comunitária? Uma das formas é o uso da institucionalização das crianças pobres.

Para as mulheres mais pobres, percebe-se uma redução do crescimento de serviços como creches e escolas integrais e a confirmação do discurso maternalista nas políticas sociais de assistência social, com centralidade na família, em que a mulher é demandada como beneficiária principal do maior programa de transferência de renda, que é o Bolsa Família, além da participação de atividades nos programas e projetos de referência local.⁷³

A interdependência do trabalho e a difícil conciliação da estrutura doméstica podem ser bem observadas pela dificuldade da família, em especial da mulher, em conciliar o trabalho familiar com o trabalho remunerado e manter a base relacional em equilíbrio. Essa falha coloca em evidência, além das desigualdades entre os gêneros, o forte comprometimento com a produção e reprodução social, demandando mudanças culturais e a regulação do Estado para apoiar a proteção social de indivíduos e sociedade. (ZOLA in MIOTO; CAMPOS; CARLOTO, 2015, p. 81)

Neste sentido, Sorj e Fontes apresentam um estudo comparativo entre mulheres-mães, trabalhadoras externas e internas ao lar, em regiões diferentes da federação, desenvolvendo reflexões importantes sobre como as políticas sociais contribuem para articulação entre trabalho e família, considerando que: “Recompensar as famílias tendo como contrapartida a especialização funcional das mulheres na dedicação ao cuidado dos filhos reforça a divisão sexual do trabalho e (...) enfraquece o seu vínculo com o mercado de trabalho” (2007, p. 73).

Essas são algumas das repercussões atuais enfrentadas pelas mulheres mais pobres no campo da maternidade: escassas políticas sociais, cobrança social e jurídica para ocupação do espaço de cuidado e necessidade de ocupar os espaços públicos de trabalho, somado a deficiente ou inexistente colaboração masculina no espaço privado.

Pensar a ação do cuidado faz-se necessário, não na tentativa de negá-la, mas de como ela está inserida nesta sociedade e a quem é atribuído o papel quase integral de cumpri-la. Pensar as condições de exercer o cuidado nesta sociedade é primordial para entender as sentenças judiciais de acolhimento institucional que impedem mulheres de exercer a guarda dos/das filhos/filhas, reforçada e

⁷³ Para maiores referências sobre o tema: Mioto; Campos e Carloto (2015) e Costa (2002).

fundamentada pelo direito. Assim, questiona-se: qual a medida, o cálculo, realizado pelo Estado, para definir quem pode ou não exercer a função de cuidado? O Estado exerce poder repressivo ao retirar as crianças de famílias pobres, institucionalizando-as, construindo ideologicamente a posição de que tem autoridade para estabelecer o melhor cuidado.

As sentenças judiciais são determinadas e fundamentadas nas peças judiciais de defesa e acusação, que são abalizadas por normas jurídicas, acrescidas de laudos técnicos, relatórios de acompanhamento da rede protetiva composta por ações do governo e da sociedade, manifestações da curadoria da infância e atos cartoriais. Portanto, cada peça tem peso de prova (comprobatória) e carrega certa conotação particular que expressa interesses, ideologias e representatividade de classe, raça/etnia e gênero e tem um valor específico ao entrecruzar a análise do/da julgador/a para proferir a sentença (que apesar da imparcialidade pregada, expressa os valores constitutivos individuais, acrescidos dos valores empregados nas demais peças judiciais que compõem o processo).

Todo arcabouço legal (normas jurídicas) é consubstanciado nas sentenças por intermédio da leitura pessoal de mundo do/da julgador/a, pois, como já apresentado, o direito não é a norma jurídica, mas um fenômeno histórico que se espelha na forma valor-mercadoria e, juntamente ao Estado,⁷⁴ atua na dinâmica da reprodução das relações sociais.

Fávero demonstrou que o fator socioeconômico é o maior motivo de afastamento das/dos filhas/filhos de suas famílias (47,3% em comparação ao abandono, negligência, violência doméstica e outros) (2007 p. 59). No estudo de histórias de vidas apresentadas nos pareceres técnicos dos processos, a autora considera que “a alegação de carência socioeconômica por parte da mãe e/ou do pai não raro é acrescida de uma justificativa que pode ser vista também como expressão do afeto” (p. 64), apontando, em algumas referências da pesquisa, a associação de mães/pais de que a entrega ou conformidade com a perda do poder familiar de seus filhos/filhas para famílias com poder aquisitivo maior pudesse garantir afetividade e um futuro melhor.

⁷⁴ “O Poder Judiciário sofre os impactos das novas formas de organização econômica e configurações do Estado, no universo da mundialização do capital, da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, que vêm estabelecendo parâmetros para a “reforma do Estado” (cf. FARIA, 2001), com refrações na reforma do Poder Judiciário. (IAMAMOTO, 2004, p. 278).

Nos estudos de Badinter sobre o amor materno⁷⁵ – também citado por Fávero (2007, p. 57) –, a autora indica que a boa vinculação de mãe-filho/filha depende de uma série de condições para se tornar propício:

Não poderíamos pensar que se tivesse havido algum amor materno por ocasião do nascimento, ele se teria estiolado à falta de cuidados? Será absurdo dizer que à falta de ocasiões propícias ao apego, o sentimento simplesmente não poderia nascer? Responder-me-ão que levanto por minha vez a hipótese discutível de que o amor materno não é inato. É exato: acredito que ele é adquirido ao longo dos dias passados ao lado do filho, e por ocasião dos cuidados que lhe dispensamos. (BADINTER, 1985, p. 15).

Seguindo os pressupostos de Badinter, Motta (2008), ao analisar as mães que entregam os filhos em adoção, afirma que não há um determinismo que define as mulheres como mães:

nenhum determinismo biológico, psicológico, cultural ou socioeconômico define as mulheres como mães, ou qualquer outra coisa que chamemos de normal, patológico ou desviante. A maternidade (ligado a ela, o abandono) é um fato social total que só se desvela se compreendido historicamente nas suas vertentes biológicas e psicológicas, culturais e socioeconômicas e não de um modo essencialista, seja qual for a “essência” eleita ou sua justificação. (MOTTA, 2008, p. 66)

Assim, Motta provoca uma reflexão sobre o ato da entrega, que também pode ser analisado sobre o ato do não cuidado, em que pode revelar a renúncia pessoal da mãe ou a imposição do poder estatal com todos os valores sociais e moralistas que o compõe, na vida privada.

Cada mulher constrói uma história singular do exercício da maternidade, determinada por condições sociais, econômicas, culturais, biológicas e políticas. A pesquisa de Fávero demonstra que a mulher pobre e abandonada socioafetivamente ainda compõe a maioria dos processos judiciais, refletindo que as condições socioeconômicas e estruturais da sociedade burguesa patriarcal, também, exigem dessa mulher a comprovação para além das condições materiais do cuidado, a existência do seu amor materno, que muitas vezes não houve condições propícias para existir.

⁷⁵ Para além do resultado da obra de Badinter, é importante destacar a importância dos movimentos feministas nos debates cotidianos sobre a temática amor materno, com a proposta de desconstrução e de desromantização da maternidade, reafirmando ser um produto socialmente construído nesta sociedade.

3.4. As mulheres na pesquisa documental na Comarca de Jundiaí-SP: análise dos processos de acolhimento institucional

Para analisar alguns determinantes explicativos da condição das mulheres nas sentenças judiciais de acolhimento institucional e o Poder Judiciário na sociedade do valor foi realizada uma pesquisa nos processos de acolhimento institucional do Tribunal de Justiça de São Paulo, Comarca de Jundiaí-SP⁷⁶, apenas nos processos em que havia vinculação materna com as crianças/adolescentes institucionalizadas/institucionalizados.

Foram identificados e analisados 48 processos em andamento na Vara da Infância e Juventude de Jundiaí-SP, que tratavam da realidade de 78 crianças e adolescentes em serviços de acolhimento, em outubro de 2017. Dentre os 48 processos, 25 foram excluídos da análise documental, pois definiu-se como exigência da pesquisa a presença de mulheres/mães com alguma vinculação aos filhos/as, excluindo-se os processos com mulheres-mães destituídas do poder familiar ou prestes a perdê-lo, as mulheres presas, falecidas ou residentes em outros municípios⁷⁷. Restaram 23 processos,⁷⁸ com 47 crianças e adolescentes, com vinculação materna. O recorte da vinculação materna foi realizado pela pesquisadora na intenção de analisar a intervenção do Estado em processos judiciais que havia chances de retorno ao lar de origem e alternativa à institucionalização.

As crianças/adolescentes desses processos permaneciam, na época, em três serviços de acolhimento institucional: um na modalidade de família acolhedora e dois na modalidade de instituição de acolhimento: Casa de Nazaré e Casa Transitória. Dos 23 processos analisados, as 47 crianças e adolescentes acolhidos estão divididos da seguinte forma: três crianças (três processos) em famílias

⁷⁶ Por tratar de processos em segredo de justiça, o exmo. juiz lotado na Vara da Infância e Juventude autorizou o acesso aos autos, disponibilizando senhas de acesso *on-line* dos processos. Também foi realizada uma reunião com a equipe técnica do Fórum de Jundiaí para informar sobre os objetivos da pesquisa.

⁷⁷ Destes 25 processos: 13 já possuem decisão de destituição do poder familiar; quatro mães são falecidas; três mães residem em outros municípios; uma é detenta; um processo tem decisão de transferência para outra comarca; um processo é de entrega voluntária de recém-nascido e dois estão em fase de conclusão da destituição do poder familiar. Portanto, foram excluídos da pesquisa pela guarda materna não estar em disputa processual.

⁷⁸ Dentre os processos em andamento, há uma família com dois processos abertos, tendo em vista que uma das crianças foi acolhida anteriormente as demais, porém, considera-se um processo único por tratar da mesma situação familiar.

acolhedoras; dezoito crianças e sete adolescentes (dez processos) na instituição Casa de Nazaré; doze crianças e sete adolescentes (dez processos) na instituição Casa Transitória.

Dos 23 processos pesquisados, foi possível acessar 22, estando um indisponível para pesquisa, acusando como inexistente.⁷⁹ Assim, foram 22 processos, com 21 mulheres-mães impedidas de permanecerem com a guarda dos/das filhos/filhas – pois um grupo de irmãos estava desmembrado em dois processos, tendo a mesma genitora em comum – e 43 crianças/adolescentes. Portanto, os processos pesquisados, necessariamente havia mulheres ainda vinculadas com seus filhos/filhas. A pesquisa destinou-se a investigar os processos sem definição judicial de destituição familiar e contendo genitoras em disputa da guarda com o Estado.

Para o desenvolvimento da análise de dados, houve a preocupação em categorizá-los na tentativa de confirmar os indicativos dos estudos de Fávero que comprovaram que as mulheres, negras e sozinhas, se destacam nas famílias de origem estudadas em processos de perda do poder familiar. Embora os processos estudados sejam de acolhimento institucional, os desdobramentos dos procedimentos adotados podem culminar na perda do poder familiar, portanto, é interessante correlacionar os dados.

Ressalta-se aqui a importância em se destacar a apresentação do quesito raça/etnia na pesquisa documental, porém, esta ficou prejudicada, pois não há menção no processo, da autodeclaração da cor dos familiares. As únicas fontes disponíveis, sugestionando a cor, são algumas fotos das crianças que indicam ou não traços afrodescendentes, mas que passaria pela subjetividade da análise da pesquisadora. Como o dado não está identificado no processo, considera-se algo de grande relevância, que declara a despreocupação inicial em registrar o quesito raça/cor dessas mulheres que enfrentam processos de acolhimento institucional⁸⁰.

⁷⁹ Realizou-se contato com a Vara da Infância informando a inexistência do processo, porém, não houve retorno com a senha de acesso. O processo indisponível para pesquisa tratava-se de um acolhimento institucional de duas crianças e dois adolescentes e não foi possível ter acesso a dados sobre a mãe.

⁸⁰ “Os autos trazem poucas informações que possibilitam a identificação da cor da pele das pessoas destituídas do poder familiar. (...) a ausência de preocupação, por parte do Judiciário, com esse registro, o qual poderia contribuir para uma caracterização mais completa dos sujeitos, e estabelecer relações com demais dados coletados” retrata o Relatório de pesquisa. (FAVERO, p. 63, 2014a).

Todavia, fica evidenciado um grande nó ao Poder Judiciário quando a resposta que tem para as crianças/adolescentes institucionalizadas/os é a colocação em família substituta. Essas famílias cadastradas como pretendentes no Cadastro Nacional de Adoção⁸¹ têm a prerrogativa de optar pela raça/etnia da criança/adolescente pretendida/o para se tornarem juridicamente seus/suas filhos e filhas. Como definir a raça/etnia da criança, sem a declaração dos genitores nos processos que antecedem a destituição do poder familiar? Isso já se apresenta como uma grande problemática nos processos de colocação em famílias substitutas.

É evidente que dado o racismo estrutural desta sociedade, sendo reforçado historicamente e ideologicamente pelo aparato estatal e seus aparelhos, que as famílias burguesas – aqui referindo-se a instituição – não estão preparadas para convivência inter-racial. Por isso, o Estado apresenta aos pretendentes cursos para reflexão sobre a adoção inter-racial, reconhecendo o racismo, quando oferece formulários com a sugestão de escolha sobre a cor das crianças pretendidas.

Porém, esses pretendentes, não preparados para convivência inter-racial, não poderiam ser habilitados como pretendentes à adoção, tendo em vista que as crianças/adolescentes acolhidas/os são provenientes de famílias que sofreram e permanecem sofrendo com os reflexos da escravidão. As crianças e adolescentes institucionalizados tem cor: são pretas e pardas, que não correspondem ao perfil esperado pelos pretendentes.⁸²

Esse debate racial no Poder Judiciário é central e necessário para evidenciar o quanto as instituições são utilizadas para repreender as classes pobres e os indivíduos negros, também fortemente presente na aplicação de medidas protetivas à infância. As crianças negras/pardas afastadas do seu lar de origem, dificilmente são colocadas em famílias substitutas, mantendo-se acolhidas até a maioridade. Muitas vezes, estes jovens crescidos nos abrigos, sob a tutela do Estado, tornam-se adultos suscetíveis a outra instituição: a prisão. Comprovando-se a reprodução histórica e ideológica de opressão racial.

⁸¹ O Cadastro Nacional de Adoção – CNA é o instrumento atual do Conselho Nacional de Justiça que viabiliza a busca de família substituta para crianças/adolescentes em condição de serem adotadas (com processos de destituição de poder familiar definidos). Além do CNA, há registro das crianças no Cadastro Internacional.

⁸² Conforme Pesquisa Ipea do Levantamento Nacional dos Abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC, “Em relação a raça/cor, os dados do “Levantamento Nacional” mostram que mais de 63% das crianças e adolescentes abrigadas são da raça negra (21% são pretos e 42% são pardos), 35% são brancos e cerca de 2% são das raças indígena e amarela” (2004, p. 51)

Seguindo com os procedimentos metodológicos da pesquisa para verificar os elementos: mulheres sozinhas e pobres⁸³ dos processos analisados, destacou-se três grupos de análise: a participação do genitor;⁸⁴ as condições materiais de vida das mulheres e motivo do acolhimento. Posteriormente à apresentação desses dados, optou-se por analisar as cinco sentenças de acolhimento institucional disponíveis até março de 2018, para aprofundar a análise sobre como o valor-mercadoria atravessa a construção dessas sentenças ao afastar mulheres-mães de seus filhos/filhas.

3.4.1. Apresentação dos dados dos processos pesquisados

Dado 1: Sobre a participação do genitor

A análise de dados dos genitores foi realizada baseada no número de crianças em acolhimento, tendo em vista que há processos com grupos de irmãos de mesma mãe, porém, pais diferentes. Então o universo estudado foram 22 processos com 21 mulheres-mães, 43 crianças/adolescentes em acolhimento institucional. Portanto, tendo em vista o objetivo de entender qual a participação paterna na vida de cada criança, a análise foi criança/adolescente-pai e não pai-processo, conforme destaca Tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Registro de genitores por criança/adolescente em acolhimento institucional

Situação	Não Registraram	Registraram	Total
Quantidade	12	31	43
%	28	72	100

Fonte: Pesquisa dos processos judiciais da Comarca de Jundiaí-SP com vinculação materna – outubro de 2017.

Na pesquisa que abrange 43 crianças/adolescentes em acolhimento institucional, 28% delas não possuem registro dos genitores na Certidão de Nascimento.⁸⁵ Considerando o registro a condição para responsabilização pelo

⁸³ Para identificar a situação de pobreza pelos dados nos processos será apenas utilizado o critério renda (trabalho externo da casa e benefícios assistenciais), diante de pesquisa documental. Ressalta-se que a definição de classe social exige um conhecimento maior da realidade de vida dessas mulheres e uma análise das desigualdades sociais e de totalidade, que os dados nos processos não permitem.

⁸⁴ Genitor é considerado o pai biológico da criança/adolescente.

⁸⁵ O Levantamento Nacional dos Serviços de Acolhimento Institucional retrata que: “O nome da mãe consta na certidão de nascimento de 94,4% das crianças e adolescentes e o do pai em apenas 61,1%, o que confirma a matrilinearidade na responsabilidade com os filhos, notadamente nas classes populares” (ASSIS; FARIAS, 2013, p. 165-166).

cuidado e proteção, a inexistência da identificação formal do genitor aponta a responsabilização direta e exclusiva da mulher-mãe nos processos de acolhimento institucional.

Entretanto, o fato de 72% das crianças terem o registro dos genitores também não assegura a responsabilização pelo cuidado, pois, apesar de os genitores aparecerem nos processos judiciais, por violação/abuso/omissão são as mulheres-mães que respondem pelo cuidado. É socialmente aceitável que os genitores abandonem os filhos/filhas, mas socialmente inadmissível que as mulheres não cumpram com a função do cuidado. Portanto, ainda que identificados na Certidão de Nascimento, os pais são acionados pelo sistema de justiça, todavia, demonstrando ou confirmando o desinteresse pelo cuidado, não são responsabilizados na mesma medida que a mulher, porque é socialmente aceitável sua falta de vinculação.

Em relação a vinculação, dentro do grupo dos 72% de crianças/adolescentes com registro dos genitores, 42% tem pais ausentes e 48% mantêm pouco contato com eles. Os demais: 6,5% das crianças têm pai preso e apenas uma criança (3,5%) mantém convivência próxima.

Importante observar que, no conjunto dos 48% de crianças que tem pouca convivência com seus genitores, 75% desses sujeitos fazem uso de álcool ou outras drogas e, desse universo, 50% também cumula a condição de agressores de violência doméstica contra mulheres/crianças/adolescentes. Um quadro bastante complexo e revelador de inúmeras violações de direitos de crianças e adolescentes, das mães e dos pais, negligenciadas pelo Estado e pela sociedade.

Famílias que vivem e convivem em condições-limite de vida e sobrevivência, muitas vezes perpassadas pelo uso/abuso de drogas, desemprego/subemprego, exposição às diversas manifestações de violência, fragilidade dos vínculos familiares, entre outros desdobramentos da questão social, frequentemente são questionadas pelos profissionais acerca da capacidade protetiva em relação a suas crianças e adolescentes, ocupando então um lugar de completa responsabilização pela oferta de cuidados e serviços a esses sujeitos, sem trazer para o debate a fundamental presença do Estado como provedor de um sistema de garantia de direitos. (BERBERIAN, 2015, p. 50)

Tabela 2: Crianças e adolescentes com registro paterno *versus* vinculação

	Ausentes	Pouco Contato	Encarcerados	Com vinculação	Total
Quantidade	13	15	2	1	31

%	42	48	6,5	3,5	100
----------	-----------	-----------	------------	------------	------------

Fonte: Pesquisa dos processos judiciais da Comarca de Jundiaí-SP com vinculação materna – outubro de 2017.

Na totalidade dos processos analisados, 100% dos genitores (com ou sem registro na Certidão de Nascimento) não convivem mais com as mulheres-mães dos seus filhos/filhas. Nesse caso, quem responde juridicamente pelas ações de cuidado em relação aos/as filhos/as são as mulheres-mães, já que apresentada a falta de interesse paterna, o processo se desenvolve cobrando unicamente uma resposta materna ao cuidado do filho/filha. Ou seja, na totalidade dos processos, tendo as crianças/adolescentes poucos vínculos ou nenhum com os genitores, quem responde juridicamente pelas ações de cuidado em relação aos/as filhos/as são as mulheres-mães.

Basicamente, evidencia-se que, no início do processo, os genitores que registraram os filhos/filhas são consultados e constando a impossibilidade de convivência, o processo se desenvolve pela via única de cobrança de cuidados maternos. Percebe-se que a figura materna ainda compõe a responsabilidade central do processo.

Dado 2: Sobre as condições de vida das mulheres (trabalho e renda)

Quanto ao trabalho e renda, nos 22 processos de acolhimento institucional estudados, como pode-se ver na Tabela 3, 59% das mulheres trabalham fora de casa. Nesse percentual, 32% estão em trabalho informal com renda não declarada. Há mulheres que vivem com benefícios assistenciais (Benefício de Prestação Continuada – BPC e Programa Bolsa Família e Bolsa Cidadã), sendo que 9% delas possuem problemas psíquicos, recebendo um salário mínimo (BPC). Por fim, 32% declararam não realizar atividades externas e não terem renda.

Tabela 3: Relação de trabalho das mulheres-mães

	Trabalho Formal	Trabalho Informal	BPC	Não Trabalha	Total
Quantidade	6	7	2	7	22
%	27	32	9	32	100

Fonte: Pesquisa dos processos judiciais da Comarca de Jundiaí-SP com vinculação materna – outubro de 2017.

Pela pesquisa realizada, a maior renda familiar identificada foi de um salário mínimo⁸⁶ e meio. Dos 27% das mulheres que estão em emprego formalizado, quando calculada a renda *per capita* familiar, a maior renda informada é de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por pessoa e a menor R\$ 142,00 (cento e quarenta e dois reais). Portanto, todos os processos pesquisados indicam mulheres em situação de pobreza e dependentes de políticas sociais.

Destaca-se que as mulheres que não informaram a renda estavam em trabalho informal, oscilando em períodos sem renda ou com renda insuficiente ao provimento familiar.

Considerando os dados mensuráveis do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS,⁸⁷ famílias que recebem até R\$ 89,00 (oitenta e nove reais) *per capita* ao mês são consideradas em extrema pobreza. Dos processos judiciais analisados, 32% possuem mulheres vivendo em situação de extrema pobreza.

Tabela 4: Renda das mulheres-mães

	De 1 a 1½ salários mínimos	BPC	Sem informação	Sem renda	Total
Quantidade	7	2	6	7	22
%	32	9	27	32	100

Fonte: Pesquisa dos processos judiciais da Comarca de Jundiaí-SP com vinculação materna – outubro de 2017.

Dado 3: Sobre os motivos do acolhimento institucional

Para entender o maior motivo de acolhimento institucional, primeiramente, há que se considerar quem sob contestação do cuidado com os/as filhos/filhas. Na Tabela 1 e 2 ficou claro que nenhum dos genitores (homens) assumiram a guarda dos filhos, portanto, por dedução lógica, todas as crianças/adolescentes dos processos estudados encontravam-se sob a guarda materna. Contudo, há um destaque a considerar: constatou-se que em 90% dos processos estudados eram as próprias mulheres-mães responsáveis pelo cuidado das crianças quando houve determinação judicial pelo acolhimento institucional. O restante, 10% dos casos,

⁸⁶ O salário mínimo vigente, em outubro de 2017, era de R\$937,00 (novecentos e trinta e sete reais).

⁸⁷ Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/bolsa-familia/beneficios/beneficiario>>. Acesso em: dez. 2018.

estavam sob a guarda das avós maternas,⁸⁸ que assumiram juridicamente o papel de cuidadoras dos/das netos/netas.

Essa introdução é importante para evidenciar a quem o Poder Judiciário, evocando o direito, está questionando o papel de cuidado: as mulheres, sozinhas (Tabela 1 e 2) e pobres (Tabela 3 e 4).

Um realce a ser feito nos dados coletados nos processos estudados é que o motivo principal do Conselho Tutelar ou do Ministério Público provocarem o Poder Judiciário requerendo o acolhimento institucional de crianças e afastando a guarda materna é pelo que consideraram como negligência contra crianças/adolescentes.

Esse termo aparece em todos os processos estudados, apesar de em 82% estar como um dos motivos fundamentado no pedido do acolhimento e em 32% é o único motivo fundamentado pelo acolhimento. Além da negligência, há fatos associados com grande ocorrência, como: violência doméstica e maus-tratos 27%; uso de drogas dos responsáveis em 23%; dependência química/alcoólica dos responsável associada a situação de rua em 9%; situação de rua associada com maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes em 4,5%; e, o abandono em 4,5%.

Os motivos alegados no acolhimento não se apresentam de imediato a questões subjetivas, no âmbito da recusa em estabelecer vinculação para o cuidado de crianças. Ao contrário, denotam ao rigor interpretativo crítico, de manifestações da questão social. Todavia, traduz-se em responsabilizar individualmente pela ação de violência/maus-tratos/abandono, que recai em maior escala às mulheres.

⁸⁸ As avós maternas assumiram os cuidados dos/das netos/netas, acolheram as filhas (genitoras das crianças) e também responderam os processos por violação de direitos, pois detinham a guarda na ocasião das denúncias.

Tabela 5: Motivo do acolhimento institucional

	Negligência	Negligência, violência doméstica e maus-tratos	Negligência e uso de drogas	Situação de rua e uso de drogas	Situação de rua, maus- tratos e abuso sexual	Abandono de incapaz	Total
Quantidade	7	6	5	2	1	1	22
%	32	27	23	9	4,5	4,5	100

Fonte: Pesquisa dos processos judiciais da Comarca de Jundiaí-SP com vinculação materna – outubro de 2017.

Nota-se que o termo negligência aparece em grande maioria como motivo central de acolhimento institucional. Berberian (2015) realizou um estudo no campo ético profissional acerca do serviço social e as avaliações de negligência, refletindo criticamente sobre o conceito:

Refletindo sobre o Serviço Social, entendemos que quando somos acionados para avaliar determinada situação em que há suspeita de negligência, precisamos avaliar o grau de desproteção em que se encontram as crianças e os adolescentes que vivem em determinado contexto. A desproteção em seu sentido objetivo, ou seja, como falta de proteção, que pode ser decorrência de uma situação intencional, ou não, dos responsáveis legais. (p. 55)

Entendendo que para as demandas de “situações de negligência” a intervenção do assistente social deva ser direcionada para a identificação de possíveis violações de direitos, avaliamos que o termo desproteção atinja seu intento de forma satisfatória. Isto porque esse termo não se baseia em nenhum pré-julgamento em relação ao agente, ou seja, não discute o seu perfil moral, e sim as condições reais que interferiram para determinada situação. (p. 62)

Portanto, a utilização do termo negligência não descreve a realidade de vida das famílias com tantas desproteções sofridas, pelo próprio sentido do conceito. Só negligencia quem poderia fazer algo, mas deixa de fazer. Dessa forma, uma família que teria o dever jurídico de proteger o filho e não o faz, porque também é desprotegida pelas desigualdades sociais e econômicas, não negligencia.

No Levantamento Nacional de Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento Institucional realizado em 2013, apresenta-se como os principais motivos de acolhimento: negligência, abandono e pais e/ou responsáveis dependentes químicos/alcoolistas. Tendo a negligência destaque de principal motivo em todos os estados da federação.

Merece leitura cuidadosa o conceito de negligência que aparece nos prontuários das crianças e adolescentes que estão nos SAI. Diversos autores ressaltam a dificuldade de definir esse tipo de violência cuja interpretação é marcada por forte carga subjetiva do profissional que os acolhe, muitas vezes confundindo negligência dos familiares com situação de pobreza. A **negligência** caracteriza-se pelas omissões dos adultos (pais ou outros responsáveis pela criança ou adolescente, inclusive institucionais), ao deixarem de prover as necessidades básicas para o desenvolvimento físico, emocional e social de crianças e adolescentes (Brasil, 2004; 2010, p. 34). Agrega atos como privação de medicamentos, falta de atendimento à saúde e à educação, descuido com a higiene, falta de estímulo, de proteção de condições climáticas (frio, calor), de condições para a frequência à escola e a falta de atenção necessária para o desenvolvimento físico, moral e espiritual. No caso de crianças e adolescentes, a negligência significa a privação de algo de que necessitam, quando isso é essencial ao seu desenvolvimento sadio, e não lhe é oferecido por opção (Claves, 1993). A negligência não está vinculada às circunstâncias de pobreza, podendo ocorrer em casos em que recursos razoáveis estão disponíveis para a família ou o responsável. (BRASIL, 2004; 2010 apud ASSIS; FARIAS, 2013, p. 177)

Como o objetivo era apresentar dados quantitativos da pesquisa nos processos de acolhimento institucional, apenas ressalta-se que, de forma comparativa, o levantamento é compatível com a pesquisa nacional realizada nos Serviços de Acolhimento Institucional Fávero (2007 e 2008): são as mulheres, sozinhas e pobres que respondem processos de acolhimento institucional, com a negligência apresentada como motivadora das denúncias iniciais.

3.5. As mulheres na pesquisa documental na Comarca de Jundiaí-SP: análise das sentenças de acolhimento institucional

A pesquisa desenvolvida até aqui tentou expressar como o valor determina as condições e papéis das mulheres nesta sociabilidade, sendo historicamente reproduzida por meio subsidiário e de dependência a centralidade do poder no homem.

Para um estudo mais aprofundado, optou-se por utilizar a análise da pesquisa qualitativa de cinco sentenças judiciais⁸⁹ de acolhimento institucional para refletir sobre o valor das mulheres nas sentenças judiciais de acolhimento institucional, buscando responder objetivo geral da pesquisa: apreender como a forma valor

⁸⁹ Dentre os processos judiciais investigados, escolheu-se as cinco primeiras sentenças disponibilizadas nos processos até o mês de março de 2018, quando a pesquisa documental foi finalizada.

determina o controle repressivo e ideológico das mulheres, presentes nos processos judiciais de acolhimento institucional.

Parte-se do pressuposto de que as sentenças de acolhimento utilizam o direito para fundamentar, aparentemente, a proteção à criança/adolescente, materializando-se na identificação individual de um responsável pelas violações de direitos à infância, que recai, em grande medida, nas mulheres pobres.

O estudo pretendeu suplantar o foco na proteção de crianças e adolescentes para entender as formas de repressão e opressão ideológica do Estado perante às mulheres, entendendo que as crianças e os adolescentes negligenciados, abandonados e violentados são reflexos da histórica reprodução da produção do valor. Nesse sentido, o Estado opera processos judiciais de institucionalização da infância pobre e reproduz ideologicamente e de forma repressora a responsabilização das mulheres-mães pela falta do cuidado à infância.

Os aparelhos ideológicos reforçam um apelo social, expressos nos meios de comunicação, para pressionar o Estado a intervir em famílias, para retirar crianças/adolescentes ao que o senso comum ressignifica como situação de risco e negligência. Estado e sociedade clamam para que essa criança seja institucionalizada e colocada em uma família substituta com fins de adoção.

Diante dessa dinâmica, ressalta-se que não se está analisando um ator específico responsável pelo produto da sentença judicial. A pretensão é identificar como as sentenças consubstanciam um discurso socialmente produzido. Há que se analisar quais determinações e formas sociais erigem os vínculos dos indivíduos com as estruturas sociais e suas dinâmicas para reprodução, presentes nos termos das sentenças judiciais de acolhimento institucional: “é em torno do indivíduo que se desenvolve a maior aparelhagem de constituição estrutural das relações sociais capitalistas” (MASCARO, 2013, p. 64).

Neste item, demonstra-se como o Poder Judiciário opera na forma política reprimendo e reproduzindo ideologicamente, por meio das sentenças judiciais, certas maneiras esperadas das mulheres se portar nesta sociedade. O estudo desses processos despertou a necessidade de entender o núcleo central das sentenças de acolhimento institucional para o afastamento das crianças e adolescentes de suas famílias de origem.

Todos os procedimentos processuais retratam um microcosmo do poder estatal de controle e repressão. São mulheres-mães que possuem trajetórias

comuns e ao mesmo tempo diversificadas e particularizadas, que possuem marcas profundas pelas adversidades e sofrimentos constituídos pelo patriarcado, pelo racismo e pelas classes desprotegidas a que pertencem. As histórias são apresentadas e a posterior realização de uma análise de discurso de cada sentença, focando nos fundamentos que regeram o acolhimento institucional e a decisão judicial.

As sentenças judiciais⁹⁰ se apresentam cumprindo os requisitos formais descritos nas doutrinas de direito: o relatório, os fundamentos de fato e de direito e o dispositivo ou conclusão.

Destaca-se que, em cada sentença judicial, está descrita, em síntese, a história de vida dessas mulheres-mães, suas dificuldades e suas vinculações. A história de vida aparece no relatório da sentença, que inclui informações sobre o requerente da ação e os motivos da provocação judicial, os dados dos genitores e das crianças/adolescentes, se houve citação, contestação e audiência concentrada. A primeira parte das sentenças é como uma apresentação resumida do motivo que levou o ajuizamento da ação e quem está sendo demandado. No caso, os responsáveis legais são partes requeridas do processo e respondem pelos atos contra as crianças e adolescentes.

Nos fundamentos de fato e de direito, são apresentados os fatos que justificam a fase de decisão, afirmando não haver questões preliminares e processuais a enfrentar, passando pelo filtro do magistrado diante de fundamentos de partes de relatórios elaborados pelas equipes técnicas de diversos espaços de acompanhamento familiar.

Há intervenções diversas do Estado nessas famílias antes do acolhimento institucional por meio do Conselho Tutelar, das políticas sociais de saúde, educação e assistência social e, posteriormente, ao acolhimento por meio da equipe dos serviços de acolhimento institucional e da equipe técnica judiciária. Os termos das peças não constituíram objeto da pesquisa, mas pontualmente, nas sentenças, apresentam-se, na fundamentação, trechos das intervenções profissionais e que focam nas dificuldades individuais das mulheres-mães ao cuidado dos filhos/das filhas, não sendo possível identificar nenhuma ação que ultrapasse o uso dos instrumentos jurídicos-formais. A atuação técnica de todos os equipamentos está

⁹⁰ As sentenças judiciais estão previstas no arcabouço jurídico normativo brasileiro no art. 162 *caput* e 162 §1º do Código de Processo Civil.

atravessada nas formas sociais e consequentemente, reforçam o poder da instância representativa na análise da demanda: violação de direitos à infância.

Por fim, a decisão vem pelo julgamento procedente ou não da ação e a definição sobre a extinção ou manutenção da medida protetiva de acolhimento institucional.

A seguir, apresentam-se extratos das cinco⁹¹ sentenças com histórias de vida⁹² de mulheres-mães que foram julgadas e sentenciadas pelo Poder Judiciário, afastando-as do convívio com seus/suas filhos/filhas, objetivando a proteção de crianças e adolescentes. As sentenças apontam no seu discurso como o Estado atribui valor às mulheres na ação do cuidado.

São estas mulheres: Carolina, Geni, Luisa, Lola e Nina.⁹³

Carolina

Em 8 de outubro de 2015, cinco irmãos foram acolhidos provisoriamente em uma instituição de acolhimento, a partir de uma denúncia realizada ao Conselho Tutelar. Constam nos autos que no momento da intervenção pelo Conselho Tutelar foi constatado: “desorganização do ambiente familiar, falta de cuidados com as crianças e acidente doméstico com água quente em uma das crianças”, levando-os ao acolhimento. A genitora, sra. **Carolina**, 42 anos, possui um companheiro atual, apresenta um quadro de rebaixamento intelectual e trabalha informalmente num pesqueiro, recebendo o rendimento de R\$ 400,00 mensais. É beneficiária do Programa Bolsa Família, com o auxílio de R\$ 446,00, recebe R\$ 80,00 do Programa Renda Cidadã e esporadicamente cestas básicas de igrejas. Consta que o pai das crianças é alcoolista e agressor, violentando a sra. Carolina por longos anos. Desde o acolhimento, Carolina demonstra vinculação afetiva e realiza visitas na instituição de acolhimento. Já a família extensa (tios maternos e avó materna) realizam visitas esporádicas. O genitor encontra-se em local incerto e não exerce a paternidade.

Quanto às defesas apresentadas: o genitor, também requerido, foi citado por edital e o curador nomeado contestou por negativa geral os fatos. A requerida

⁹¹ Esses processos foram selecionados, tendo em vista que até março de 2018 já continham sentenças de acolhimento institucional concluídas.

⁹² Para transcrever as histórias de vida, foi realizado um estudo dos autos processuais, destacando os fatos em destaque presentes na sentença proferida.

⁹³ Os processos analisados seguem em segredo de justiça, sendo apresentados dados com nomes fictícios.

apresentou contestação alegando dificuldades para o exercício da maternidade pelas limitações apresentadas de sua saúde mental. A pedido da equipe técnica do fórum, houve um requerimento ao município para contratação de um/uma cuidador/cuidadora que pudesse auxiliar sra. Carolina no cuidado com os filhos, porém, a Prefeitura recorreu a instância superior, não oferecendo o demandado.

A sentença foi fundamentada diante de dois pareceres: do serviço de acolhimento institucional e do relatório psicológico. Há transcrição dos trechos na íntegra apresentando as dificuldades da genitora e o impedimento pelo desenvolvimento da guarda: o serviço de acolhimento afirma que “a requerida não reúne condições de cuidar dos filhos sozinha, mesmo sendo orientada por profissionais. Apresenta dificuldade de assumir os compromissos cotidianos com os filhos e consigo mesma” (fls 453 do processo da Carolina); e o parecer psicológico descreve que mesmo com a presença de vinculação, há três impedimentos para o exercício da maternagem, como segue:

(...) Senhora [“Carolina”] e os filhos têm vínculos afetivos. Contudo, as limitações intelectuais da primeira, a inexistência de apoio familiar e a carência de recursos financeiros fazem com que tenha muita dificuldade de exercer os cuidados dos filhos de maneira responsável e eficiente. (fls 453 do processo da Carolina)

Fundamento legal: art. 487, inciso 1, do Código de Processo Civil⁹⁴, determinando a manutenção da medida de acolhimento institucional já aplicada, nos termos do art. 101, inciso VII do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sentença em 19 de outubro de 2017: julgada procedente com acompanhamento pelo processo de execução da medida.

Geni

Em 23 de janeiro de 2017, um adolescente de 17 anos procura o Conselho Tutelar relatando ter vivência de rua por um período de um ano e não é aceito por seus genitores. Morava com a avó (falecida). O motivo da sugestão de acolhimento pelo órgão foi de que há mais de um ano o adolescente encontrava-se em situação de rua, pela dificuldade de relacionamento com o padrasto e porque não havia

⁹⁴Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:

I- Acolher ou rejeitar o pedido formulado na ação ou na reconvenção”

nenhum interessado da família extensa pelo acolhimento do adolescente. A genitora, sra. **Geni**, 41 anos, foi vítima de violência doméstica (física e psicológica) pelo ex-companheiro. Ela trabalha num supermercado e atualmente vive com um companheiro. Possui mais quatro filhos. Não demonstra vinculação com o filho. O genitor mantinha atividade de tráfico de drogas. O adolescente manteve-se acolhido até a maioridade (7 de janeiro de 2018).

O genitor foi citado por edital e a genitora pessoalmente, porém, ambos não contestaram.

A sentença foi fundamentada pela maioria do adolescente. Este permaneceu acolhido por um ano, havendo cinco relatórios de acompanhamento do serviço de acolhimento institucional e do setor técnico judiciário descrevendo as limitações da família em assumir sua guarda.

Fundamento legal: art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil⁹⁵.

Sentença em 29 de janeiro de 2018: extinta a ação por maioria do adolescente.

Após o desacolhimento, o adolescente retornou para casa da genitora.

Luisa

Em 3 de novembro duas crianças (6 e 2 anos) foram acolhidas institucionalmente a pedido do Ministério Público de São Paulo, que alegou que elas eram vítimas de abandono, violências físicas e maus-tratos. A genitora, sra. **Luisa**, 30 anos, apresenta quadro de sofrimento mental desencadeado pelo uso/abuso de drogas, não possui companheiro atualmente e sobrevive com um salário mínimo proveniente da concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC). Frequenta o Caps e teve encaminhamento para psicoterapia. A criança de 6 anos foi registrada por um ex-companheiro da genitora e que não é seu pai biológico, mas não demonstra interesse pela guarda, deixando-a exclusivamente sob a responsabilidade da genitora. O pai da criança de 2 anos não reconheceu a paternidade. Ministério Público propôs uma ação de destituição do poder familiar. As crianças foram desacolhidas e estão sob a guarda de uma família substituta.

⁹⁵ “Art. 485- O juiz não resolverá o mérito quando:
VI- verificar a ausência de legitimidade ou interesse processual”

A genitora e o pai da criança de 6 anos foram citados pessoalmente e contestaram o pedido. Consta na sentença que Luisa apresentou na contestação que:

Reconheceu ter agido errado ao bater na filha com um pedaço de madeira, acrescentando que sua intenção era apenas educar e que sempre apanhou dos pais quando criança, desconhecendo a proibição nesse sentido. Salientou que possui casa própria, tem salário e nunca deixou faltar qualquer coisa para as filhas. Asseverou que é pessoa simples, analfabeta, mas de boa índole, não envolvida com drogas. Pleiteou a improcedência da ação e o retorno das filhas à sua convivência. (fls 241 do processo da Luisa)

O pai apresentou que conviveu com Luisa e após a separação deixou a filha sob os cuidados da mãe e contribui financeiramente para o sustento da filha.

Na fundamentação da sentença, há transcrição de trechos do estudo psicossocial descrevendo que Luisa “não consegue fazer uma análise crítica do contexto em que vive e procura sempre se colocar no lugar de vítima, numa posição em que todos no mundo estão contra ela, assim não se permite assumir a responsabilidade por seus problemas” e que o genitor da criança de 6 anos “não possui condições e nem interesse de assumir a guarda” (fls 242 do processo de Luisa).

Há relatos de familiares da genitora que esta faz uso de drogas e que tem comportamentos que desagradam os familiares, mencionando um dos familiares: “tenho vergonha, mas essa é a realidade” (fls 242 do processo de Luisa). Por fim, expõem o parecer social:

O requerido [pai da criança de seis anos] não reúne condições para assumir a filha e até o presente momento nenhum membro de sua família demonstrou interesse em ter notícias [da criança], nem no serviço de acolhimento e nem neste setor técnico, o que por si só denota o descaso e falta de amor. Por outro lado, a requerida nega suas dificuldades com a dependência química e etílica e não adere a nenhuma orientação dada, nem do serviço de acolhimento e nem do setor técnico de serviço social. (fls 242 do processo de Luisa)

A sentença aponta que, no desenvolvimento do processo, o Ministério Público ajuizou ação de destituição familiar.

O requerido pediu suspensão do processo até a prolação da sentença de destituição do poder familiar. E ainda:

Que a cognição nestes autos restou extremamente limitada, os genitores não foram ouvidos e nenhuma providência para retorno das crianças à família foi efetivamente produzida nos autos. Afirmou que não restou comprovado nenhum motivo efetivo para retirada das crianças do convívio familiar, não podendo ser punido com o afastamento da filha só porque a genitora não teve condições financeiras de pagar uma pessoa para cuidar das filhas no curto espaço de tempo em que esteve fora, salientando que pobreza não é sinônimo de negligência. Por fim, salientou que a família não recebeu qualquer orientação de profissionais especializados para reestruturação familiar e que aos genitores foi inviabilizada a consolidação de vínculos com as crianças, pelo abrigo, cuja instituição é distante e desprovida de transporte público, o que dificultou sobremaneira o acesso dos familiares, que foi equivocadamente trazido pelos técnicos do juízo como falta de interesse dos familiares para com as crianças. Requereu a improcedência da ação. (fls 243 do processo da Luisa)

O relatório apresenta que, em que pese as alegações de defesa do requerido, não há questão prejudicial. “O objeto dessa ação é apenas ratificar a decisão interlocutória de acolhimento das crianças, confirmando que em determinado momento, houve a necessidade de acolher institucionalmente as infantes” (fls 243 do processo da Luisa).

Ainda fundamenta que as crianças foram encontradas sozinhas, no interior da residência e que os relatórios que constam nos autos em datas distintas apresentam que a genitora e o requerido “não apresentam condições de assumir a guarda e os cuidados das crianças”. Por fim, as crianças foram desacolhidas e estão sob a guarda de família substituta do Cadastro Nacional de Adoção.

Fundamento legal: art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil⁹⁶, art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sentença em 19 de março de 2018: Julgada procedente ação de acolhimento institucional, com expedição de guia de desacolhimento pelas crianças estarem em família substituta.

Lola

Em 15 de setembro de 2012, nascia uma criança antecipadamente em virtude de sua genitora, sra. **Lola**, ter ingerido substância tóxica na tentativa de retirar a própria vida. O infante após alta hospitalar teve pedido de acolhimento institucional, mas a guarda foi concedida à avó materna. Porém, foi requerido acolhimento

⁹⁶ “Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:

I- não houver necessidade de produção de outras provas.”

posterior da criança, diante dos riscos averiguados no acompanhamento familiar, pelo uso de drogas. Posteriormente, os outros dois irmãos (nascidos em 11 de maio de 2007 e 17 de maio de 2008) também foram acolhidos. Após acompanhamento familiar, foi sugerido o retorno das crianças para convivência em família extensa, sugerindo que a guarda fosse retomada pela avó materna.

Na sentença consta que as crianças estavam em risco pelas suspeitas de uso de drogas pela família, constando que o setor técnico informou que foram “esgotadas as possibilidades de permanência das crianças na família”. A avó materna e o genitor pediram o desacolhimento, mas foi indeferido. Em audiência concentrada foram deferidas visitas à família e posteriormente constatado que havia condições ao desacolhimento, fundamentando que consta em relatórios nos autos que “a família se reorganizou para receber as crianças” (fls 2 da sentença do processo de Lola).

Por fim, fundamenta que “a solução jurídica para o caso é a procedência do pedido de acolhimento, que foi necessário até então, (...) e posterior desacolhimento das crianças e sua entrega à avó materna, sob guarda” (fls 3 da sentença do processo de Lola).

Fundamento legal: art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Sentença em 6 de fevereiro de 2018: julgada procedente, com deferimento do desacolhimento institucional e entrega da guarda a avó materna.

Nina

Em 16 de março de 2017, dois irmãos: uma menina (nascida em 13 de dezembro de 2013) e um menino (nascido em 1º de setembro de 2015) foram acolhidos institucionalmente por estarem em situação de risco. A genitora, sra. **Nina**, 25 anos, desempregada e sem renda, foi apontada como principal responsável pela aplicação da medida de acolhimento, diante de sua incapacidade para o cuidado dos filhos. O genitor, foi preso por tráfico de drogas e encontra-se recluso. Sugeriu-se a permanência da medida de acolhimento institucional, aguardando a manifestação do Ministério Público quanto ao ingresso de ação de destituição do poder familiar.

A requerida foi citada pessoalmente, mas não contestou no prazo. O requerido foi citado na prisão e apresentou contestação, requerendo que a guarda fosse repassada para os avós paternos.

Na fundamentação da sentença, há a afirmação de que os estudos apontaram que não havia possibilidade de retorno das crianças à família de origem, inclusive havendo a desistência de uma tia paterna pela guarda, justificando dada “a inércia e o descaso da genitora e da família extensa que não aderem aos encaminhamentos efetuados, bem como não efetuam visitas aos infantes no serviço de acolhimento” (fls 239 do processo da Nina). Na audiência concentrada, foi dito que diante da impossibilidade de retorno à família de origem, que o Ministério Público ingressasse com a ação de destituição do poder familiar.

A sentença também se fundamenta em partes pelo estudo que consta nos autos:

[Nina] apresenta um histórico marcado pela desproteção materna (negligência) e paterna (alcooolismo). Pelo que parece, apresenta um registro de poucos cuidados durante seu desenvolvimento. Sugere reproduzir este modelo na maneira como trata a si mesma, na medida em que se expõe a diversos riscos. Dentre estes, poderíamos citar a escolha de amigos e parceiros afetivos com índole duvidosa, uso de drogas, pouca ou nenhuma consciência quanto à necessidade de se profissionalizar, não fixação de endereço, priorização do lazer pessoal em detrimento de outras necessidades. (fls 239 do processo da Nina)

Ainda menciona o último estudo psicossocial apresentado

Devemos considerar o melhor interesse da criança e prolongar a aplicação da medida protetiva à infante decorrente da inércia dos genitores e familiares extensos é prejudicial, (...) devemos reconsiderar a questão do tempo e dos prazos processuais em ações de DPF [destituição do poder familiar], tendo em vista que para uma criança a noção de tempo não é a mesma do adulto e faz muita diferença uma criança ser adotada nos primeiros meses de vida do que posteriormente e prejudica o fato de algumas aquisições sobretudo à linguagem não se darem na época certa. Ressaltamos a importância da família na 1ª infância e o entendimento que a imediata inserção de [crianças] em família substituta favorecerá seu desenvolvimento psico afetivo saudável por meio de vínculos afetivos estáveis e do exercício contínuo das funções parentais, portanto, do ponto de vista social, o que atende o seu interesse é o Ministério Público verificar a possibilidade de ingressar com as ações necessárias visando a possibilidade de colocação em família substituta do Cadastro local. (fls 240 do processo da Nina; grifos na sentença)

Assim a sentença previamente a decisão: “Restou demonstrado nos autos a necessidade de acolhimento institucional dos infantes e ainda sua imediata colocação em família substituta, haja vista a inércia dos genitores em tentar mudar sua postura” (fls 240 do processo da Nina).

Fundamento legal: art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil e manutenção da medida de acolhimento institucional já aplicada nos termos do art. 101, inciso VII do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sentença em 5 de outubro de 2017: julgada procedente, formando-se e registrando-se a execução de medida protetiva, encaminhando-se ao MP para requerer o que entender de direito.

Esses breves elementos de vida estão descritos nos processos, expressando nas sentenças o poder repressor do Estado e juntamente a ele a manifestação da construção social e ideológica de um certo tipo específico de comportamento esperado pelas mulheres no papel de cuidadoras.

Das cinco sentenças apresentadas, duas mantiveram o acolhimento institucional Carolina e Nina, tendo para esta última a indicação, desde já, pela destituição do poder familiar. Na sentença de Geni houve o desacolhimento do adolescente por maioria. Os filhos de Luisa foram também desacolhidos, porém, encaminhados para família substituta, tendo já ação de destituição do poder familiar em andamento. Já Lola teve seus filhos desacolhidos e entregues à sua mãe (avó materna das crianças).

As sentenças seguem a formalidade processual e se fundamentam no poder do juiz em proferir a sentença com ou sem mérito, mas há outro uso da fundamentação jurídica, a da interpretação do juiz ao que, pelo seu filtro, considere situação de risco. Para isso, quase que exclusivamente as sentenças são embasadas também nos filtros das equipes técnicas dos serviços de acolhimento institucional e dos/das peritos/peritas judiciais.

As avaliações das equipes apresentadas nas sentenças demonstram a inaptidão ao cuidado pelas partes requeridas (genitora e genitor) e as condições necessárias para assumir tal responsabilidade.

Quanto a inaptidão e expectativa ao cuidado, observa-se como apontado na sentença de Carolina “as limitações intelectuais, a inexistência do apoio familiar e a carência de recursos financeiros”. Por tal aptidão, houve o requerimento da Prefeitura oferecer um profissional que a orientasse sobre os cuidados dos filhos, porém as vias jurídicas suspenderam a determinação, permanecendo as crianças acolhidas, mesmo com o estabelecimento de vínculos entre genitora e filhos.

Ainda sobre as dificuldades de cuidado, em Nina, pincelam sobre as opressões vivenciadas pela requerida: “apresenta histórico marcado pela desproteção materna (negligência) (...) Pelo que parece, apresenta um registro de poucos cuidados durante seu desenvolvimento. Sugere reproduzir este modelo de maneira como trata a si mesma”. Todavia, transverte o julgamento pela via mais conservadora, responsabilizando a mulher-mãe pela “priorização do lazer pessoal em detrimento de outras necessidades”.

O contexto apresentado de Nina não corresponde a afirmação de negligência apresentada, já que ela não tem referência de cuidado, por não ser cuidada pela mãe, acabando por reproduzir a falta de cuidado com o filho, reproduzindo o ciclo. Ainda na sentença de Nina, o enfoque do tempo da criança e da prioridade da defesa da “primeiríssima infância” sugerem que seja agilizada o processo de destituição do poder familiar.

Após o pleito do acolhimento institucional, os filhos de Lola e Geni retornaram à convivência. Lola tentou suicídio no fim da gestação do seu filho caçula, mas foi acolhida pela sua mãe que assumiu a guarda do recém-nascido e de outros três. No processo de Lola, o cuidado foi assumido pela avó materna das crianças (Lola também vive com ela), transferindo-se a responsabilidade para outra mulher, que teve seu papel de cuidadora questionado no desenvolvimento do processo, tendo que provar sua capacidade perante a justiça.

Já o filho de Geni ficou acolhido até completar maioridade e retornou à convivência materna após o desacolhimento, encerrando-se do pleito. Na sentença de Luisa, apesar dos procedimentos jurídicos constarem a contestação dos requeridos, alegando dificuldades de estabelecimento de vínculos no período do acolhimento, a sentença ratificou o acolhimento e a colocação das crianças em família substituta.

O Estado possui urgência em poupar o tempo das crianças, na tentativa responder com agilidade, diante das dificuldades de cuidado apresentadas pelos familiares, objetivando encurtar os longos períodos de acolhimento institucional, ao se esperar mudanças das famílias de origem. As novas legislações, a organização de grupos de apoio à adoção e mudanças de paradigmas institucionais do Poder Judiciário propõem-se prioridade absoluta nos processos da infância e apresentam a tríade: agilidade nas sentenças de acolhimento institucional, destituição do poder familiar e colocação em família substituta.

Isso implica considerar que as formas sociais, políticas e jurídicas já estabelecem uma resposta estruturada às demandas da infância. Por todo processo histórico de constituição do uso das mulheres nas atividades domésticas, as estruturas de classe, patriarcal e racistas imbricam na reprodução da vida e não se tecem diferentes no desenvolvimento dos processos judiciais e nas sentenças de acolhimento institucional.

As sentenças reproduzem formas repressoras e ideológicas. As histórias de vida das mulheres-mães as tornam tolhidas de todos os direitos, já que, exercendo a guarda exclusiva, sem condições materiais e psíquicas, por estarem em uso de drogas ou apresentarem problemas de saúde mental, acabam por reproduzir a mesma história que viveram na infância, dificultando a própria construção da vinculação com seus/suas filhos/filhas. O Estado então impõe que essas mulheres não apresentam condições para exercerem o cuidado, mesmo nunca tendo sido cuidadas.

A prática histórica do acolhimento é a forma tal qual o Estado transmite para sociedade que determinadas mulheres pobres, pelo papel social atribuído na sociedade do valor, tem pouca capacidade para exercer o cuidado, cabendo ao Estado suprir as necessidades das crianças.

O direito, como fenômeno histórico, em derivação à forma valor mercadoria, exige nessa relação de cuidado que a infância seja protegida no núcleo familiar, estando as mulheres à frente do trabalho doméstico não remunerado. Entendendo o cuidar, no sentido de zelar pelo bom desenvolvimento da prole. Essa forma de subjetividade jurídica manifesta a reprodução do valor.

As mudanças conjunturais das leis não mudam as formas sociais jurídicas, pois as leis expressam as formas sociais jurídicas. A promulgação do ECA e suas modificações posteriores, decorrentes da luta da sociedade organizada por direitos do segmento criança e adolescente, não impedem que a infância fique à deriva das relações envoltas do valor. Essas leis compõem o arcabouço legal que legitima o poder estatal na forma política em repreender os mais pobres e reforçar o patriarcado. Contudo, toda reprodução se conduz num movimento altamente contraditório, com legislações ora progressivas, ora conservadoras, influenciadas pelo próprio movimento das massas e controle ideológico do Estado.

Nenhum direito é conquistado em definitivo. No capitalismo, os direitos oscilam como forma de garantir a reprodução do capital. Destacam-se as recentes

modificações no ECA após a recém aprovada a lei nº 13.509/2017, pela pressão da classe média brasileira (e condução equivocada dos grupos de apoio à adoção), que traz um recrudescimento do Estado às condições das famílias de origem, diminuindo o tempo da avaliação/acompanhamento familiar, com o objetivo de acelerar os processos de destituição do poder familiar e a colocação de crianças/adolescentes em família substituta⁹⁷.

Esse movimento político e jurídico do Estado, já apresentado anteriormente na pesquisa, demonstra o quanto as lutas sociais são limitadas quando se apoiam em normas jurídicas, já que o Estado e o direito estão estruturados sob as balizas fundantes do capital. Assim as leis têm quantas medidas forem necessárias para estabelecer a reprodução do valor.

Destaca-se aqui que as classes em luta estão submersas nas formas existentes e, por isso, suas ações acabam enfrentando limites para superação do capital. “As classes, assim, lutam para configurar o Estado, mas são elas próprias reconfiguradas por ele” (MASCARO, 2013, p. 65).

As lutas são importantes, pois efetivamente impactam e tensionam o Estado, mas somente elas não garantem transformações: “a política e o direito impõem à luta de classes a disputa constante segundo dos exatos termos gerais das formas sociais da cadeia de valorização do valor” (MASCARO, 2013, p. 64). Portanto, Mascaro adverte que a luta realizada dentro das formas sociais não pode ser feita pelas formas, ou seja, nem pelo Estado nem por meio do direito.

Nas formas da estruturação contemporânea, é efetiva a incapacidade de construir uma estratégia de superar e sair da sociabilidade capitalista dentro da sociedade do valor. Uma vez que a mercadoria entra no cálculo das pessoas, estas não conseguem sair das formas constitutivas da mercadoria. Quanto mais desenvolvida a sociedade capitalista, maior o esvaziamento até pela luta por direitos, quanto mais a luta mais radical para quebrar o valor.

A forma de subjetividade jurídica opera na constituição do indivíduo, por isso é tão difícil manter a utopia da transformação social, porque a ideologia opera no inconsciente e, portanto, para além da consciência da opressão, é preciso romper com os vínculos da sociedade do valor para quiçá vislumbrar caminhos da

⁹⁷ Sobre esta temática, Rita de Cassia Silva Oliveira traz reflexões importantes em sua tese sobre as manobras políticas do Estado para reordenar serviços de acolhimento e ampliar as adoções em contraponto a apresentação de políticas sociais protetivas e de fortalecimento de vínculos para reintegração da crianças às famílias de origem (OLIVEIRA, 2015).

construção de outras formas de sociabilidade coletiva, igualitária e livre de qualquer opressão e exploração.

O que se constata na pesquisa é que o Estado, por meio das sentenças judiciais, expressa o seu poder repressor e ideológico na responsabilização individual das mulheres pelo cuidado dos filhos/das filhas, não havendo indícios de que essa prática mude, pois a aplicação da norma revela a forma da subjetividade jurídica, que é estruturante da sociabilidade. Por meio das sentenças judiciais foi possível observar o quanto se reforça a desigualdade de classe e gênero, ao responsabilizar as mulheres-mães pobres unicamente pelo trabalho do cuidado.

As violações à infância são um reflexo da estrutura social, que atravessadas pela forma valor, desdobram ações estatais e jurídicas de modo a responsabilizar às mulheres pelo não cuidado. As interações sociais, nesse sentido, são reforçadas pelas leis, pela família, pelos operadores do direito e todos os aparatos estatais e aparelhos ideológicos.

Para buscar formas de romper com essas práticas, é fazer ecoar formas de interação social descolada da forma social do valor. Enquanto a sociedade se paira em reproduzir que o cuidado de crianças/adolescentes têm que ocorrer em âmbito privado doméstico, preservando nas mulheres a responsabilidade pela execução, será preciso propor que esse cuidado e a proteção à infância ocorra no âmbito comunitário, descentralizando o cuidado individualizado ou unicamente de responsabilidade da família e construindo alternativas à institucionalização das crianças/adolescentes.

O acolhimento institucional é o símbolo secular da intervenção repressora do Estado no âmbito da vida privada, traduzindo a leitura da sociedade de que o Estado representa maior segurança do que os cuidados recebidos pelas famílias pobres, mesmo com laços constituintes históricos de afeto. O acolhimento institucional rompe e fragiliza ainda mais os laços afetivos. Investir nas redes de apoio coletivas pode ser um caminho para permanência da criança/adolescente na sua comunidade de origem. Para isso, é necessário dar alternativas aos sujeitos e não os entregar ao Estado, que só reforça a reprodução das formas sociais.

Se as estruturas sociais formam os sujeitos, o Estado, na forma política, tenta de toda medida atuar nessa perspectiva, pois é a forma política estatal e de subjetividade jurídica, responsáveis pela reprodução do valor.

As sentenças judiciais de acolhimento institucionais expressam, de forma repressiva, a reprodução ideológica que condiciona, impedindo, quase exclusivamente as mulheres pobres a esse papel de cuidado. O Estado em nada oferece para melhorar a condição de vida destas mulheres, exploradas e dominadas pelo sistema capitalista e patriarcal. Por isso, faz-se necessário fortalecer todas as contrarreferências burguesas, superando as instituições sociais de função do cuidado individual da infância, o que inclui os acolhimentos institucionais em âmbito público e a família – e em maior medida executado pelas mulheres – no âmbito privado doméstico.

Se por um lado as formas sociais determinam a opressão/exploração da classe trabalhadora, por outro, é preciso encontrar socialmente alternativas de mudanças, sem passar pela utilização institucional e jurídica, ou seja, sem passar pela forma política do Estado e de subjetividade jurídica com o direito.

A história está aberta!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao elaborar o projeto de pesquisa inicial, pretendia-se investigar como o poder estatal repreendia as mulheres nos processos de acolhimento institucional. Contudo, para além do debate dessa temática da área sociojurídica, já amplamente realizado por Fávero (2007, 2008, 2014), no desenvolvimento da pesquisa, ousou-se aprofundar os estudos no método do “novo marxismo” para entender as formas sociais e o Estado, apresentado por Mascaro (2013) e reconhecer que não é possível um estudo com recorte de classe no Brasil, sem um enfoque importante em dois grandes eixos: raça/etnia e patriarcado.

O movimento da pesquisa permitiu o exercício de reflexões das profundas desigualdades que se estruturam nas formas de interação social, reproduzindo determinações econômicas, atravessadas pelas formas sociais, que impactam a vida nesta sociabilidade, tendo o Estado e seus aparelhos ideológicos um papel essencial para reprodução da vida e das mazelas desse sistema.

No projeto de pesquisa, a hipótese apresentada era que o Poder Judiciário, especificamente nos processos de acolhimento institucional, desprotege a família, pela falta e precarização das políticas sociais, passando a imagem de proteção à criança (como prioridade absoluta), acabando por penalizar individualmente a mulher. Esta mulher-mãe não interessa ao poder estatal nem ao capitalismo, pois, pelo seu estado de pauperização e perda da capacidade produtiva, não cumpre seu papel de cuidadora, nem de provedora da família, recaindo nela diversas formas de representação de violência, pela sua posição de classe e condição de sexo e raça/etnia.

Na pesquisa foi comprovada a hipótese, demonstrando os meios pelos quais o Estado pratica esse movimento repressor, calcado nos mecanismos ideológicos de controle e estruturados nas formas sociais, estando presentes na história de controle estatal das mulheres e na constituição das políticas sociais para infância, a institucionalização das crianças e adolescentes. Portanto, como a forma valor determina o controle repressivo e ideológico das mulheres, presentes nos processos judiciais de acolhimento institucional.

Diante dos pressupostos metodológicos trabalhados durante toda pesquisa, foi considerado que o direito, como fenômeno histórico, se materializa por meio da

forma de subjetividade jurídica derivada da forma do valor-mercadoria. O direito regula as relações de troca na sociedade, assim, as relações jurídicas são também relações mercantis. Tais relações mercantis se estabelecem na produção de mercadorias e são reproduzidas com a interação social. O Estado e seus aparelhos ideológicos, na forma política, operam para reprodução desta sociabilidade do valor. E, além das formas políticas e de subjetividade jurídica, há outras formas sociais, que atravessam a mercadoria, garantindo que os meios de reprodução do valor estejam vinculados ao patriarcado, ao racismo, à heteronormatividade ou a uma dada hegemonia religiosa.

Esse método permitiu entender como o Estado e seus aparelhos ideológicos construíram na formação sócio-histórica do capitalismo no Brasil (de histórico escravagista) o fundamento do patriarcado e do racismo, demonstrando como estes se estruturaram na reprodução do valor, determinando que majoritariamente os postos mais explorados na divisão sexual do trabalho fossem ocupados por mulheres negras, reafirmando, nas interações sociais, a reprodução do menor valor no feminino e numa determinada raça. A contextualização do papel do cuidado, como trabalho doméstico não remunerado, determinantemente e historicamente reproduzido como papel feminino possibilitou entender o quanto a dominação/exploração do patriarcado é reproduzido no âmbito doméstico.

As mulheres-mães negras e pobres ficam mais suscetíveis a responderem por processos de acolhimento institucional de seus/suas filhos/filhas e acusadas de negligenciar o cuidado, como foi problematizado na pesquisa. Apesar de trabalhados conceitos raciais, a pesquisa de campo não encontrou elementos nos processos judiciais que refletissem o quesito raça expressamente, o que foi criticamente levantado e considerado na análise.

No primeiro capítulo o objetivo foi o de explicar o método para apreender o modo como o Poder de Estado e seus aparelhos institucionais de controle operam na produção de sentenças de acolhimento institucional de crianças e adolescentes, reforçando o papel histórico de dominação e exploração das mulheres nessa sociabilidade, trabalhando conceitos para entendimento da produção e reprodução da sociedade do valor.

Já no segundo, foram discutidas algumas considerações sobre o patriarcado e o valor das mulheres na sociedade capitalista, delineando o processo de controle estatal das mulheres, atrelando a elas a responsabilidade a tudo que é de âmbito

doméstico, incluindo o cuidado à infância, revelando como historicamente o Estado brasileiro reafirmou na reprodução do valor as desigualdades de classe, sexo e raça/etnia, na construção ideológica da maternidade e do cuidado.

No terceiro capítulo, foi caracterizado o acolhimento institucional como prática política estatal no capitalismo para assegurar o capital humano do futuro, estando atravessado pela forma valor-mercadoria, ao impedir que famílias pobres exerçam o cuidado de seus filhos/filhas, quando estas se encontram desprotegidas pelo Estado.

Ademais, a pesquisa documental, no detalhamento do objeto da pesquisa, possibilitou entender como o Poder Judiciário é peça fundamental para produção de sentenças de acolhimento institucional. Destacou-se o quão repressivo se torna o afastamento de crianças e adolescentes de suas famílias de origem, quando a negligência é o motivo desencadeador da aplicação da medida protetiva da institucionalização. O conceito de negligência, e suas repercussões, foram problematizados na pesquisa.

Evidenciou-se que a resposta do Estado nas situações de apresentação de violação de direitos da criança e dos adolescentes permanece sendo, pela via do direito, a institucionalização das crianças e o encaminhamento destas a famílias substitutas. Todo processo jurídico está estruturado em normas que reproduzem o valor da mercadoria nas relações entre os sujeitos. Portanto, a estrutura processual-legal legitima a institucionalização dos pobres.

Logo, o Estado possui estratégias de reprodução do valor, sendo uma das formas, o controle da infância e das mulheres pobres no exercício da função de cuidado⁹⁸, descartando os mais pobres, formando no pós-fordismo (neoliberalismo) o aumento de um limbo dos incapacitados, abnegados e invisíveis ao sistema.

A análise das sentenças judiciais permitiu apreender o poder repressor e ideológico do Estado, ao institucionalizar crianças/adolescentes e retirar o cuidado de um perfil específico de mulher-mãe, o Estado endossa a culpa da falta de mérito a essa mulher, eliminando-a no ciclo da reprodução.

⁹⁸ Faz-se necessário apontar que, em alguma medida, há subjetividades que conduzem a violência contra filhos e filhas que até podem ser acentuadas por tais determinações, que mereciam um estudo mais aprofundado, todavia, esta pesquisa não teve como desígnio debater as circunstâncias individuais de maus-tratos, abusos e violência, apenas deteve-se em entender a ação política do acolhimento institucional, retratada nas sentenças judiciais na Comarca de Jundiaí-SP e seus impactos na vida das mulheres.

Nas sentenças de acolhimento institucional, o Estado aplica a norma jurídica, solicita o acompanhamento da família de origem pelas políticas sociais e comprovada a “negligência” e “incapacidade para o cuidado”, o Poder Judiciário determina o acolhimento. Alguns elementos da história de vida de Carolina, Geni, Luisa, Lola e Nina, foram analisados nos processos judiciais e as sentenças judiciais revelam o quanto o poder repressor e ideológico do Estado recai sobre as mulheres pobres e com dificuldades de manterem os vínculos afetivos – pelas suas próprias histórias constitutivas individuais serem marcadas pelas fragilidades de vinculação.

Os processos de acolhimento institucional que tramitam nas Varas de Infância e Juventude demandam respostas ao Poder Judiciário imediatas. Os juízes/as juízas que dão essas sentenças, por estarem submersos ao “poder simbólico”, atravessado pelas formas sociais, na ânsia de proteger as crianças e adolescentes, acabam por romper vinculações sem que o Estado dê respostas às condições de vida das responsáveis pelas/pelos acolhidas/acolhidos: as mulheres em situação de pobreza.

A transferência de responsabilidade do cuidado ao núcleo privado da família e em grande medida exercido pelas mulheres faz com que todo arcabouço estrutural político e jurídico atribua às mulheres a função desse cuidado e a responsabilidade pelo não cuidado.

Pensar as mulheres e as sentenças judiciais de acolhimento institucional na sociedade do valor, traz reflexões sobre o porquê o Estado reiteradamente impede mulheres pobres a esta função de cuidado, sendo a forma política estatal (derivada da forma valor-mercadoria) responsável pela reprodução da pobreza. Portanto, o que se revela é que a falta de cuidado (ou o não-cuidado) retrata o produto do desenvolvimento capitalista, gerando dificuldades de famílias pobres manterem a própria sobrevivência e a reprodução da vida, acabando por terem seus filhos/filhas acolhidos/acolhidas pelo Estado. Este retira da família o único “bem” que lhe resta.

Independente de legislações progressistas que indiquem o fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes com suas famílias de origens, a pesquisa confirma nas sentenças judiciais, que as famílias pobres permanecem tendo seus filhos acolhidos institucionalmente, sendo as mulheres responsabilizadas integralmente pelo cuidado e demonstrando as fragilidades das políticas sociais para infância e juventude, que se constituem como um reflexo do poder repressivo e ideológico do Estado, tensionado, contudo, estruturado na sociedade do valor.

Resta a afirmação de que a medida de acolhimento institucional, como mecanismo opressor do Estado diante das mulheres, é estruturado na própria produção da mercadoria, que usa da exploração para gerar mais valor. A produção de sentenças judiciais de acolhimento institucional retrata o esforço do Estado em assumir o controle da infância, reproduzindo ideologicamente a responsabilidade às mulheres pela função do cuidado, sem ao menos terem condições materiais para tal. Essa é uma estratégia de descarte da população pelo valor.

O Estado sobrecarrega as mulheres nesta função de cuidado, não dando suporte necessário a elas, sempre ao risco de romper com a vinculação existente, em se comprovando juridicamente a incapacidade, as crianças são institucionalizadas e/ou colocadas em lar substitutos. Já às mulheres-mães destituídas são esquecidas. As mulheres, pobres e negras possuem lugar no capitalismo para serem oprimidas/exploradas. Quando perdem a capacidade de trabalho e de cuidar da futura força de trabalho (produzir e reproduzir), estas mulheres já não representam nada para a sociedade do valor, já que tudo é determinado pela mercadoria.

Por fim, o estudo vem contribuir para o entendimento de que as estruturas e as formas sociais de reprodução do valor determinam a manifestação do Estado pela sistemática responsabilização das mulheres pelos cuidados dos filhos/filhas – expressa nas sentenças judiciais de acolhimento institucional – sendo estas mulheres facilmente substituídas pela tutela estatal, quando já não contribuem para reprodução do valor.

REFERÊNCIAS

- AGUERRA, C. S.; CAVALLI, M.; OLIVEIRA, J. A. **A destituição do poder familiar na perspectiva da família abandonada**, 2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/SeminarioIntegrado/article/viewFile/891/868>>. Acesso em: out. 2016.
- ALMEIDA, L. F.de. Um texto discretamente explosivo: Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. **Revista Lutas Sociais**, n. 33, v. 18, 2014, p. 117-132.
- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- _____. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. **Sobre a reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- _____. Advertência aos leitores do Livro I D'O CAPITAL. In: **O Capital**. 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017, p. 39-58.
- ANTUNES, R. Os comunistas no Brasil: As repercussões do VI Congresso da Internacional Comunista e a Primeira Inflexão Stalinista no Partido Comunista do Brasil (PCB). **Cadernos AEL**, n. 2, p. 13-34. Disponível em <<https://ifch.unicamp.br/ojs/index.php/el/article/download/2427/1839>>. Acesso em: out. 2017.
- ARAÚJO, A.M.C e FERREIRA, V.C. **Terceirização e relações de gênero**. 2009. Disponível em: <http://www.academia.edu/3595417/Terceiriza%C3%A7%C3%A3o_e_rela%C3%A7%C3%B5es_de_g%C3%AAnero>. Acesso em: nov. 2017.
- ASSIS, S. G.; FARIAS, L. O. P (orgs.). **Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento**. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: O mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, J. **A polícia das famílias**. São Paulo: Graal, 2009.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social Fundamentos Ontológicos**. 7a. edição. São Paulo: Cortez, 2008.
- BEHRING, E. R. **Política Social no capitalismo tardio**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BERBERIAN, T. P. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. In **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 121, jan/mar 2015.

BIROLI, F. **Gênero e Desigualdades**. Limites da Democracia no Brasil. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça - CNJ. **Portal do CNJ**. 2017. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/82385-cnj-servico-saiba-a-diferenca-entre-comarca-vara-entrancia-e-instancia>>. Acesso em: maio 2017.

_____. Lei n. 2040 de 20 de setembro de 1871. **Lei do Ventre Livre**. Rio de Janeiro, 1871. Disponível em: <www.historia.seed.pr.gov.br>. Acesso em: jan. 2019.

_____. Lei federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, 1990.

_____. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, 2006.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos Feministas**, n. e., p.179-99, 1994.

CALDAS, C. O. **A teoria da derivação do Estado e do Direito**. Direitos e Lutas Sociais. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CARNEIRO, S. Gênero, raça e ascensão social. **Estudos Feministas**. Ano 3. N)2/95 - 2º Semestre de 1995.

CASTRO, Rogério. A família monogâmica, o amor individual sexuado e a emancipação da mulher. **Temporalis**, v. 1, n. 27, p. 265-274, ago. 2014. ISSN 2238-1856. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/_7384/5847>. Acesso em: out. 2016. (Resenha do livro do Sérgio Lessa – Abaixo a família monogâmica)

CHINALI, I. G. A globalização do capitalismo e as políticas sociais. **Serviço Social e Realidade**, v. 6, n. 2, 1997, p. 7-30.

CISNE, M. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, A. C. G. da. A família como questão social no Brasil. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). **Família Brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 19-25.

COSTA, S. G. Proteção Social, maternidade transferida e luta pela saúde reprodutiva. **Estudos Feministas**, n. 2, 2002, p. 301-323.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado?** 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FACIO, A. Feminismo, género y patriarcado. **Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires**, año 3, n. 6, primavera 2005, p. 259-294. Disponível em: <http://www.derecho.uba.ar/publicaciones/rev_academia/revistas/06/feminismo-genero-y-patriarcado.pdf>. Acesso em: jul. 2017.

FALEIROS, E. T. S. A criança e o adolescente, objetos sem valor no Brasil Colônia e no Império. **A arte de Governar Crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FALEIROS, V. de P. **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. Crítica ao funcionalismo. 12a. ed. São Paulo: Cortez, 2011a.

_____. Infância e política político no Brasil. In: **A arte de Governar Crianças**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2011b.

FALQUET, J. Repensar as relações sociais de sexo, classe e “raça” na globalização neoliberal. **Revista Mediações**, v. 13, n. 1-2, p. 121-142, jan/jun-jul/dez 2008.

FARIA, N. **A divisão sexual do trabalho como base material das relações de gênero**. Sempreviva Organização Feminista., 2011 Disponível em: <www.sof.org.br/textos/11>. Acesso em: jul. 2017.

FÁVERO, E. T. **Questão Social e perda do poder familiar**. 1a. ed. São Paulo: Veras, 2007.

_____. Barbárie social e exercício profissional: apontamento os com base na realidade de mães e pais destituídos do poder familiar. In: _____; GOIS, D. A. de (Orgs.). **Serviço Social e Temas Sociojurídicos**. Debates e Experiências. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

_____. Realidade Social, Direitos e Perda do Poder Familiar: desproteção social x direito à convivência familiar e comunitária. **Relatório Final – Pesquisa II. Universidade Cruzeiro do Sul**. Mestrado em Políticas Sociais. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas e Práticas com Famílias NEPPSF. Campus Liberdade. São Paulo, 2014 a.

_____; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. (Orgs.). **O Serviço Social e a Psicologia no Judiciário**. Construindo saberes, conquistando direitos. 4a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____; VITALE, M. A. F.; BAPTISTA, M. V. (Orgs.). **Famílias de Crianças e adolescentes abrigados**: quem são, como vivem, o que pensam, o que desejam. São Paulo: Paulus, 2008.

FERNANDES, F. A **Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 1977.

GAMA, A. S. **Trabalho, família e gênero**. Impactos dos Direitos do Trabalho e da Educação Infantil. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GIACOMINI, S. M. **Mulher e Escrava**. Uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes Ltda, 1988.

GÓES, W. L. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro**: a proposta de povo em Renato Kehl. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Caderno de Pesquisa**., n. 91, p. 7-22, 1994.

GONÇALVES, R. O feminismo marxista de Heleieth Saffioti. **Revista Marxismo21**, n. 27, p. 119-131, 2011. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2013/01/11-Renata-Gon%C3%A7alves.pdf>>. Acesso em: dez. 2016.

GONZALES, L. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, 1984, p.233-244.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 1, 2014.

_____; KERGOAT, D. As novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 7, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007.

_____; LABORIE, F.; DOARÉ, H. L. E.; SENOTIER, D. (Orgs.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Dados sobre os abrigos do Brasil**. Brasília: Ipea, 2004.

IAMAMOTO, M e CARVALHO R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológico, 13a. ed. São Paulo/Lima: Cortez/Celats, 2000.

_____. Questão Social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In **Política Social Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

IANNI, O. Questão Social. São Paulo em Perspectiva: Revista de Federação **SEADE**, São Paulo, v. 5, n.1, jan./mar. 1991.

_____. A violência na Sociedade Contemporânea. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, p. 7-28, 2002.

_____. A cultura da violência. In: **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LEITE, M. L. M. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. **História Social da Infância**. 9a. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

LENIN, W. I. **O Estado e a Revolução**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

LESSA, S. **Abaixo a família monogâmica!** 2012. Disponível em <<http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/abaixofamilia.pdf>>. Acesso em janeiro 2017.

MARX, K. **Para uma crítica da economia política**. eBook. Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <www.jahr.org>. Acesso em: out. 2018.

_____. **O capital**. Livro I. 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MASCARO, A. L. B. **Estado e Forma Política**. 2a. reimp. São Paulo, Ed. Boitempo: 2013.

_____. Direito, capitalismo e Estado: da leitura marxista do direito. In: **Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas** [S.l: s.n.], 2015.

_____. **Filosofia do Direito**. 5a. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2016.

MATOS, M; PARADIS, C. G. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. **Cadernos PAGU**, 43, p. 57-118, jul-dez. 2014.

MENEGATTI, J. C. L. Teoria da dissociação-valor: análise da mercadoria e hierarquia sexual. **Cadernos CEMARX**, Campinas, IFCH Unicamp, n. 10, 2017.

MIOTO, R. C. T. Famílias e Assistência Social: subsídios para o debate do trabalho dos Assistentes Sociais. In: DUARTE, M. J. de O.; ALENCAR, M. M. T. **Familismo: Direitos e Cidadania. Contradições da política social**. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

_____; CAMPOS, M. S.; CARLOTO, C. M. (Orgs.). **Familismo: Direitos e Cidadania. Contradições da política social**. 1a. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MORAES, M. L. Q. **Marxismo e Feminismo no Brasil**. 1a. versão, n. 66. IFCH/ Unicamp, ago. 1996.

MOTTA, M. A. P. **Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção**. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTT, M. L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. In: **Famílias e famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 3-14.

MOURA, C. Cem anos da abolição. **Revista Princípios**, n. 15, maio 1988, p. 5-10. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/tematica/revistas/principios/pdf/015.pdf>>. Acesso em: jul. 2018.

_____. **Dialética Radical do Brasil Negro**. 2a. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi, 2014.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NAVES, M. B. **Marxismo e Direito: um estudo sobre Pachukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, J. P. 8a. ed. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 17a. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NOGUEIRA, C. M. **O trabalho duplicado**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, R.C.S. **No melhor interesse da criança?** A ênfase na adoção como garantia do direito à convivência familiar e comunitária. Doutorado (Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, São Paulo, 2015.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. 1a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 15a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIZZINI, I. **O Século Perdido**. Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. 2a. ed. Ver. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. Crianças e menores – do Pátrio Poder ao Pátrio Dever. Um histórico da legislação para infância no Brasil. In: RIZZINI; PILOTTI. **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SADER, E. **Estado e Política**. 1a. ed. ver. São Paulo: Boitempo, 2014.

SAFFIOTI, H. **O Patriarcado-Capitalismo**: Heleieth Safiotti a partir da Ideologia Alemã. 1984. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2016/02/12/patriarcado-capitalismo-heleieth-saffiotti-a-partir-de-a-ideologia-alema/>>. Acesso em: jan. 2017.

_____. **A mulher na sociedade de classes.** Mito e Realidade. 3a. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência.** 2a. ed. São Paulo: Expressão Popular Fundação Perseu Abramo, 2015.

SALES, M. A. Política e direitos de crianças e adolescentes: entre o litígio e a tentação do consenso. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Orgs.). **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2010, p. 207-242.

SARTI, C. A. **A família como espelho** – Um estudo sobre a moral dos pobres. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCAVONE, L.; BRÉTIN, H.; THÉBAUD-MONY, A. Contracepção, Controle Demográfico e Desigualdades Sociais: análise comparativa franco-brasileira. **Estudos Feministas**, v.2, n.2, p. 357-72, 1994.

_____. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Revista Interface:** Comunic, Saúde e Educação, p.47-59, fev. 2001.

SCHOLZ, R. O Valor é o Homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. **NOVOS ESTUDOS** – CEBRAP, n. 45, p. 15-36, jul. 1996.

SILVA, A. G da. **Quando a devolução acontece nos processos de adoção:** um estudo a partir das narrativas de assistentes sociais no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2017.

SILVA, J. F. S. Violência e Desigualdade Social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. **Revista Ser Social**, Brasília, n. 19, p. 31-58, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/162/120>. Acesso em: mar. 2017.

SILVA, M.L.O. **Entre Proteção e Punição** o controle sociopenal dos adolescentes. São Paulo: Ed. UNIFESP, 2011.

SORJ, B.; PONTES, A. Políticas Públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações regionais. **Cadernos Sempreviva**, Série Economia e Feminismo, 2, São Paulo: SOF, 2010.

STOTZ, E. N. A propósito do poder judiciário e da legitimidade do Estado burguês. **Revista Crítica do Direito**, n. 2, v. 49, 2013. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2014/04/Stotz-P-Jud-e-Estado-burgues1.pdf>>. Acesso em: nov. 2017.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 71, p. 9- 25, set. 2002.

VICENTE, A. M. O direito à convivência familiar e comunitária: uma política de manutenção do vínculo. In: KALOUSTIAN, S. (Org.). **Família brasileira a base de tudo**. 7a. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VICENTINO, C.; GIANPAOLO, D. **História Geral e do Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Scipione, 2013.

VOGEL, A. Do Estado ao Estatuto. Propostas e vicissitudes da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: RIZZINI e PILOTTI (orgs) **A arte de governar crianças**. A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2011.

WANDERLEY, L. E. W. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E. W. **Desigualdade e a questão social**. 3a. ed. São Paulo: Educ, 2008.

YAZBEK, M. C. Pobreza e Exclusão Social: expressões da questão social no Brasil. In: **Revista Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001, p. 32-40.